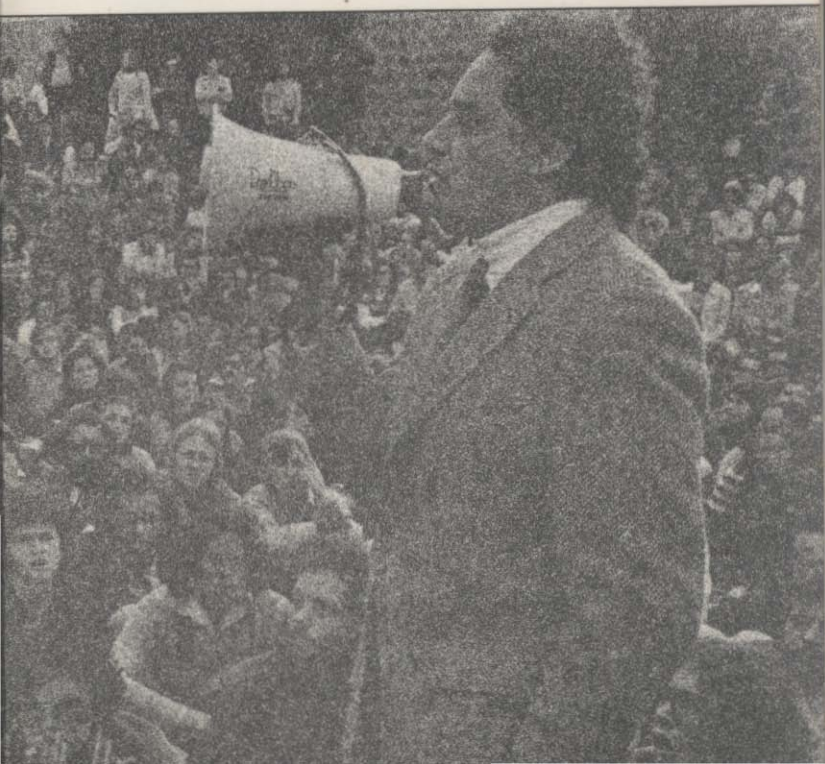


# DEMOCRACIA PARA MUDAR

30 HORAS DE ENTREVISTA  
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO



## DEMOCRACIA PARA MUDAR

Fernando Henrique Cardoso

“Nasci no Rio e vim para São Paulo, acho que em 1938. Vim por uma razão simples, meu pai era militar, foi transferido para cá e nunca mais voltei. Estudei aqui em São Paulo e fiz minha carreira intelectual aqui, até 1964. Nessa época, minha carreira profissional me levou também para a Europa e para outros lugares, mas foi basicamente no Brasil e em São Paulo.

Sempre fui uma pessoa preocupada com política. Quando era estudante secundário, participei de campanhas de defesa do Petróleo, tinha jornaizinhos, aquela coisa toda. Depois, meu pai, o general Leônidas Cardoso, foi deputado federal pelo PTB em São Paulo, e participou muito das campanhas políticas da época. Meu pai foi uma das pessoas que chefiaram a famosa *passeata da panela vazia*, que houve aqui — em 1953, por aí. Portanto, essas coisas eram parte de minha vida. Acompanhei muito esses contatos de fábrica, comícios na Mooca; nada disso é alheio à minha experiência.

Nunca pensei em vida intelectual como uma vida em torre de marfim. Não é o meu jeito. Acho que a gente aprende lendo também, mas aprende vivendo, ouvindo, conversando. A vida acadêmica, para mim, não é isolada da vida política.

Eu me meti na chamada campanha de Defesa da Escola Pública, que deu lugar a uma mobilização política intensa no começo dos anos 60. Uma tremenda campanha para dar certo rumo à educação. E, naquela época, a discussão — embora envolvesse professores universitários — era sobre educação primária, fundamental. Havia, aqui em São Paulo, o Salão das Classes Laboriosas, onde se fazia muita discussão sobre Escola Pública. Quer dizer, o mundo daquela época era bastante diferente do mundo que as gerações mais novas viveram. E o engajamento político dos intelectuais fazia parte do nosso dia a dia.

Como fui membro do Conselho Universitário durante muitos anos, participei da luta para modernizar a Universidade, isto é, para ter uma Universidade menos elitista, mais aberta às necessidades do País, com mais pesquisas do que aulas. E brigamos com muita gente, contrariando interesses e posições. Por causa disso, em 1964, fui processado. E saí do Brasil.

Passei muitos anos fora. No Chile, fui diretor da CEPAL e, depois, fui professor na França. Voltei em 1968 e ganhei concurso de cátedra, apesar das oposições. Concorri à cátedra de Ciência Política e ganhei por unanimidade. Durou pouco, porque em 1969 aproveitaram o AI-5 e fui afastado da Universidade.

A partir de 1969, então, tinha uma opção que era voltar para o exterior, onde, de certa forma, a vida para mim é fácil. Naquela época, tive vários convites e, além disso, sou professor de Cambridge, de Princeton e tenho, inclusive, livros publicados em outros países, que são até mais vendidos do que no Brasil.

Mas achei, em 1969, que era melhor ficar no Brasil e lutar para manter, junto com outros professores afastados pelo AI-5, uma vida intelectual independente, mesmo contra a vontade dos poderosos. Na verdade, depois disso — além de trabalhar em pesquisas sobre problemas nacionais — sempre que pude escrever, escrevi. Escrevi no **Opinião**, em toda essa imprensa alternativa que se foi criando e, sempre que me pediram entrevistas, também dei. E, nesses anos mais difíceis, nunca disse coisas diferentes do que estou dizendo agora”.

Fernando Henrique Cardoso  
Entrevista

**DEMOCRACIA  
PARA MUDAR**

Ficha catalográfica

CIP - Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

---

- C262d      Cardoso, Fernando Henrique.  
            Democracia para mudar / Fernando Henrique Car-  
            doso em 30 horas de entrevistas. - Rio de Janeiro: Paz e  
            Terra, 1978.  
            (Coleção Documentos da democracia brasileira; v.  
            4)

1. Brasil - Política e governo I. Título II. Série

- 78-0559              CDD - 320.981  
                          CDU - 32(81)

**EDITORA PAZ E TERRA**

*Conselho Editorial:*

Antonio Candido

Celso Furtado

Fernando Gasparian

Fernando Henrique Cardoso

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

em

30 horas de entrevistas

DEMOCRACIA  
PARA MUDAR

PAZ E TERRA

*Copyright © by Fernando Henrique Cardoso*

Capa: Elifas Andreato

Foto: João Bitar

Supervisão gráfica: Luiz Carlos Rodrigues Calazans

Revisão: Luiz Carlos Cataldo

Roberto Pereira Martins

Direitos adquiridos pela  
EDITORA PAZ E TERRA S.A.  
Rua André Cavalcanti, 86  
Fátima. Rio de Janeiro, RJ.

1978

---

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

## SUMÁRIO

<i>Ao leitor</i>		9
<i>Apresentação:</i> Democracia, já 212-1/d1		11
Capítulo I: Democracia para mudar 212-2/d1		17
Capítulo II: Os trabalhadores e a Democracia 212-3/d1		37
Capítulo III: Eleições: o povo dá a lição 212-4/d1		47
Capítulo IV: Constituinte: novo espaço para a participação popular 212-5/d1		61
Capítulo V: Sucessão: discutir as questões de base 212-6/d1		71
Capítulo VI: Os partidos e a participação popular 212-7/d1		83
Capítulo VII: A economia vai mal e, o povo, pior 212-8/d1		91
Capítulo VIII: Em campanha pela Democracia 212-9/d1		105

## AO LEITOR

Este livro reúne entrevistas e declarações de Fernando Henrique Cardoso, publicadas entre 1974 e esta data. As questões tratadas foram agrupadas em temas comuns que serviram de base para organizar os capítulos. Com isso, facilita-se a leitura, permitindo uma visão mais clara do pensamento do Autor, evitando as repetições.

Foram consultados os seguintes periódicos: *Alternativa* (Bogotá), *Amanhã*, *Coojornal*, *Diário de Notícias* (Lisboa), *Diário Popular*, *Em Tempo*, *O Estado de São Paulo*, *Exame*, *Folha de São Paulo*, *Gazeta Mercantil*, *O Globo*, *Isto é*, *Jornal do Brasil*, *Jornal da Tarde*, *Movimento*, *A Notícia*, *Opinião*, *Status*, *Time*, *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora*, *Veja*, *Versus*, *Zero Hora*.

*Os textos foram organizados por J. A. Guilhon Albuquerque e revisitos em colaboração com José Serra. Também colaboraram nesta edição André Luiz de Aranha Torres, Mariana Rodrigues Alves e Ruth C. L. Cardoso.*

J.A.G.A.

São Paulo, setembro de 1978

## APRESENTAÇÃO

### DEMOCRACIA, JÁ \*

Senhores Convencionais:

Nosso partido é o partido da resistência. Resistência democrática, contra o arbítrio e o autoritarismo. Resistência social, contra o arrocho dos salários e a desigualdade crescente.

Resistência não se faz apenas com palavras. Antes de nós, antes do MDB, já se lutava. Pertencço a uma geração que sabe o custo da palavra. Que não vê no gesto apenas o símbolo, mas um instrumento efetivo de luta. Companheiros nossos, amigos meus, tiveram que exilar-se. Convivi com muitos deles, também no exílio. Os perseguidos são nossos. Nosso partido abriga muitas famílias que viveram a agonia do quem sabe e do talvez, na busca de seus entes mais queridos.

Antes de nós, companheiros nossos de ideal democrático legaram a nós o protesto mudo de seus corpos. Recordo-me das caminhadas eleitorais que fiz, antes de 64, com o deputado Rubens Paiva, com o riso franco de quem não teme a democracia, com o ímpeto de quem quer ver sua pátria próspera e soberana, soldada por um nacionalismo enraizado no povo e não apenas no Estado. Desaparecido ou morto, Rubens Paiva continua sendo, para a minha geração, o companheiro nosso de cada dia, a recordar-nos o dever da resistência.

No MDB lutou o líder Mário Covas, paulista da Baixada Santista. No MDB lutou Alencar Furtado, que continua líder de todos nós. No MDB lutou Lysâneas Maciel, ainda distante, mas muito presente. No MDB lutaram os paulistas Gato e Fabiano. Cassados, perseguidos. Reivindicamos para nós a honra de dizer: os cassados são nossos.

Não, não nos esqueceremos. A perseguição e o arbítrio serão superados. Virá a anistia: ampla e irrestrita. Mas nós não esqueceremos a dor do exílio, as perseguições, a violência, a arbitrariedade. E porque

\* Discurso pronunciado por Fernando Henrique Cardoso na Convenção Paulista do MDB em junho de 1978.

recordamos tudo isso, não seremos jamais revanchistas: sabemos que a Pátria, que é nossa, e não de um punhado de presumidos "donos do poder", exige que se aponte para um futuro de dignidade humana, de igualdade social e de democracia. Temos bem dentro de nós o sentido de que a resistência faz-se com firmeza e serenidade e que o exemplo dos que foram perseguidos e continuam excluídos escreveu em nossa história o que é muito mais do que um chavão, é um anseio que cresceu na luta: anistia, Estado de Direito, Constituinte. Não fomos nós que inventamos estas palavras. Foi a consciência coletiva quem as foi soletrando, à custa de muita batalha.

O MDB foi e é depositário dessas lutas. Recordo o brado democrático de Oscar Pedrosa d'Horta. O anticandidato Ulysses Guimarães – candidato eleito da consciência nacional de resistência para a posição não apenas de Presidente do MDB, mas de Presidente de todas as oposições, vale dizer hoje, da sociedade civil brasileira – marcou para sempre o rumo de nosso partido. Em 1974, a votação maciça que receberam os candidatos do MDB em São Paulo foi plebiscitária. O governo estadual, que os poderosos arrancaram do povo, não bastou para estancar a vontade de participar e a rebeldia espontânea dos paulistas. O MDB elegeu o Senador mais votado da história brasileira e ganhou, de chofre, a maioria da Assembléia Legislativa. Porque soubemos resistir, ganhamos forças para destruir a ditadura e construir a democracia. É essa, daqui para a frente, a nossa tarefa prioritária.

Mas a resistência não foi nem é apenas de um partido, nem se faz apenas com os vultos conhecidos. As igrejas souberam dar basta ao arbítrio. Ninguém mais do que o bispo líder de São Paulo expressou a indignação dos paulistas no holocausto de Vladimir Herzog. A imprensa, mesmo quando amordaçada – e parte dela ainda está – soube manter viva a chama: a cada fresta aberta tem correspondido a passagem de um sopro de informação e de crítica. Não poupou os partidos quando eles vacilaram e compactuaram com as falcatruas e os casuísticos do poder; não deixou de encorajar os políticos, quando eles caminharam. Os advogados, os professores, os estudantes, os operários, resistiram e resistem. A universidade foi humilhada: homens-símbolo como o reitor Hélio Lourenço, como Paulo Duarte, Florestan Fernandes, Mário Schemberg ou Alberto Carvalho da Silva, dela foram afastados arbitrariamente. Sou com eles solidário, até porque os poderosos do dia me honraram com o mesmo destino. Os estudantes souberam derrotar a apatia. Os sindicatos, ainda agora, clamam com força por liberdade e melhores salários. E há os lutadores anônimos, nas periferias das grandes cidades, nas fábricas, nas fazendas, nos escritórios, nas escolas. Entre essa multidão de idealistas, há também o que muitos desconhecem – a rede forte de devotamento e persistência dos militantes de base, dos organizadores de diretórios, dos emedebistas do Interior que continuam lutando. Não os menciono para render uma home-

nagem formal, mas pra dizer: eles não deixarão o partido afastar-se dos caminhos da resistência e contarão comigo firmemente.

Senhores convencionais: um partido não se faz apenas de glórias passadas; se nós quisermos continuar a ter um papel na história brasileira, teremos de dar um passo à frente, e depressa. Nosso povo já o deu. Hoje, não basta pregar a democracia. É previsto vivê-la. Democracia, já.

Os sindicatos dos trabalhadores paulistas nos estão ensinando como resistir agora: construindo, na prática, uma ordem democrática. Os líderes sindicais não foram perguntar se o direito de greve é reconhecido pelo AI-5. Os trabalhadores paulistas, quando pararam ordeiramente de trabalhar, partiram do óbvio: o AI-5 é que é ilegal perante a consciência nacional; a tutela do Ministério do Trabalho é que é imoral perante o ânimo de reivindicar negociações diretas entre patrões e operários. Os estudantes mantiveram seus diretórios independentes. Não perguntaram se o 477 os permitia ou não. É este o passo a ser dado: democracia, já, com nossas próprias pernas. Sem diálogos do passado a prometer a revogação do que já está revogado pela vida. Como aceitar, hoje, que os cassados esperem mais cinco anos para voltar à militância político-partidária pela revogação tardia do artigo 185 da Constituição? Como expor todos ao constrangimento das "revisões" das punições, quando se sabe que, em quase todos os casos nunca houve processo e, portanto, nada há para rever?

O MDB exigirá, nesta campanha, a Constituinte porque sem ela não há lei que seja legítima. A sociedade brasileira perdeu o medo. Ontem, dizíamos: "sem medo e sem ódio". Hoje dizemos: "com coragem e com esperança". Somos nós que queremos a ordem jurídica, somos nós que queremos garantir aos que usurparam nossos direitos o Direito para que eles tenham conosco uma convivência política respeitada.

Mas nós queremos liberdades políticas, Estado de Direito, liberdade de organização partidária, reincorporação à vida nacional de todos os perseguidos, para construir uma sociedade mais equitativa. Democracia para mudar; não apenas democracia para justificar a pobreza, a exploração, a concentração da renda.

O MDB está diante de um desafio histórico: ele pode, se transigir, tornar-se um grande partido eleitoral, acentuando os remendos que o governo oferece, fazendo de conta que já ingressamos na redemocratização, "lenta, gradual e segura". Isso é democracia para inglês ver, lá fora. É nosso dever, diante dos companheiros que lutaram e tombaram, diante da luta anônima das massas brasileiras, dizer um rotundo *não* às reformas consentidas que nos tornariam parlamentares tranqüilos de um regime de embuste. Eu não quero ser Senador para votar remendos e fazer de conta que somos democratas. Nós não queremos e não seremos o partido que legitimará os pacotes de abril, as eventuais emendas do próximo julho, a pseudodemocrática mutilação da pró-

pria idéia de Constituição por enxertos num documento outorgado por uma Junta Militar como é a Constituição de 1969.

Nós seremos o partido que, na próxima campanha eleitoral, abrirá o caminho para que a vontade popular e nacional se expresse e diga o que quer. Reproduziremos a voz que já está gritando que quer participar para fiscalizar, para controlar e para exigir melhores condições de vida.

A democracia que queremos é a democracia que permitirá, à base da sociedade, exigir que as políticas de redistribuição de renda façam-se com o pensamento fixo em que é imoral uma ordem social que admite que 60% dos assalariados recebam menos de dois salários mínimos e que o salário mínimo seja um salário de fome. A indignação pela miséria da maioria e pelo esbanjamento dos ricos obriga-nos a dar um grito de *basta* a tanta mistificação em nome do crescimento.

A democracia que queremos é um regime que permita às bases, aos municípios, aos Estados da Federação, aos grandes centros urbanos, a mesma *autonomia* que os sindicatos reivindicam, os estudantes desejam, os assalariados necessitam. Sem que se ponha um paradeiro às burocracias e à centralização crescente, sem que a política das empresas públicas torne-se de fato pública, sem que os partidos, a imprensa, os sindicatos, os grupos de moradores, enfim a própria sociedade, participe das decisões, controle e fiscalize os que mandam, não haverá democracia, nem a democracia que se construir servirá para mudar as condições de vida do povo. Nós queremos democracia para valer. Assumindo os riscos de uma mudança efetiva na sociedade.

Hoje não é só o trabalhador quem sente a injustiça no seu bolso com os magros salários. A classe média, o professorado primário e secundário, os comerciários, a dona de casa, todos sentem, pelo custo de vida, que os anos do "milagre" e da repressão só serviram a alguns ricos. E nem a todos. O juro nosso de cada dia é pago hoje por quase todos: é o trabalhador que compra sua roupa e paga juros escorchantes; é o funcionário que quer comprar um rádio e paga juros; é o industrial e o fazendeiro que estão pendurados nos bancos. Todos pagam o seu tributo aos senhores do milagre. E, ao lado disso, um grupo reduzido de especuladores financeiros e prestamistas agiotas se farta com os frutos do nosso trabalho com o crescimento econômico. No centro de todo este sistema estão as empresas multinacionais, atuando sem controle, e a finança internacional, beneficiando-se sem cessar com o crescimento da dívida externa. Queremos democracia para por um ponto final nisso tudo.

E queremos democracia também para que a corrupção – a pequena e a grande – que está estampada nas denúncias dos jornais, seja apurada. Apurada por quem de Direito: pelos Tribunais e pelo Parlamento. À luz do dia e não nas C.G.I., cujos processos só os poderosos conhecem e utilizam para fazer chantagem política. A verdadeira oposição brasileira não aceita e não compactua com as práticas de esban-

jamento e corrupção e exige um paradeiro nisso. E tampouco compactua com a utilização dos resultados das comissões de inquérito para garantir apoios políticos ou para fazer ameaças sem base aos adversários.

Nosso princípio maior é a fidelidade democrática e o respeito à opinião do eleitorado. Eu sinto que o eleitorado brasileiro – que condena as eleições indiretas – quer hoje, participar. Participar para poder terminar com elas, não para dar-lhes substância. Participar, através do MDB, para eleger candidatos que tenham compromissos claros e inequívocos com nossas bandeiras: Constituinte, Anistia, Estado de Direito, Distribuição de Renda.

Pessoalmente apoiarei os candidatos que preencham estes requisitos, desde que tal decisão conte com o respaldo do partido e dos eleitores. Não faremos em ponto pequeno o que o governo faz no atacado. Nossas bases e nosso eleitorado estão maduros para entender o porquê de certas alianças, sempre e quando não prometamos que elas resolvem o que só a participação direta do povo será capaz, por si, de resolver: os problemas de base do País. Discutiremos abertamente na imprensa e nos comícios, e assumiremos os riscos responsavelmente, para que o povo ganhe o espaço político necessário para exigir as condições condignas de vida a que aspira e tem direito. Eu tenho certeza de que *não nos faltará* o apoio popular. Venceremos, pelo Brasil.

## CAPÍTULO I

### DEMOCRACIA PARA MUDAR

*Novas opções para a democracia. O espaço da participação popular. Democracia substantiva: concretizar as utopias. Os estudantes e os intelectuais na democratização. O papel das minorias oprimidas. Atualidade da democracia. Democracia e liberdade.*

#### 1. *Novas opções para a democracia*

**Pergunta:** Você propõe um novo modelo de democracia baseado em novas formas de participação?

Fernando Henrique Cardoso: Modelo é ilusão das elites. Falando francamente: nossas discussões se dão num contexto em que é difícil tocar no solo firme das forças sociais de base. O elitismo da sociedade brasileira é tão profundo que, a nível dos letrados (e nele se incluem não apenas os intelectuais, mas os fazedores de políticas, fardados ou não, os que mandam nas empresas, nas grandes instituições nacionais, como a empresa, as universidades e as igrejas, etc.), tem-se a ilusão de que qualquer proposta é viável e de que o que nos falta é um Grande Plano Salvador. O Governo, montado na sapiência técnico-burocrática, propõe seus Planos Nacionais de Desenvolvimento, brandindo metas e distribuindo recursos nem sempre existentes. As oposições, de tempo em tempo, gastam seus Modelos Alternativos. Os estudantes – que são as elites de hoje e, generosamente, atuam por delegação autodeferida em nome dos trabalhadores e do povo – também sabem como deve ser a construção do futuro. Enfim, cada qual tem sua utopia à tiracolo para salvar o País. E de tal modo é gelatinosa a sociedade, que qualquer modelo que se articula vê-se imediatamente assaltado por demandas e pressões que vêm de todos os lados, como as próprias reuniões da SBPC exemplificam.

**P :** Isso ocorre freqüentemente?

FHC.: As pressões e expectativas que se colocam em cada forum, centro de pesquisa, gabinete democrático ou comissão de justiça que se reúne são tão grandes, que esses órgãos (que nascem como uma vereda para permitir a aragem da opinião livre e, otimisticamente, para ver se, por fim, se faz uma ligadura que permita tocar o solo firme da base da

sociedade), são rapidamente destruídos pelos instrumentos cirúrgicos mais poderosos daqueles que, por temerem irrupções que podem vir da base, preferem estancar no nascedouro qualquer iniciativa que possa questionar o poder do Estado. Este, como já disse, é frágil para defender os interesses públicos, mas sua própria fragilidade para relacionar-se com pressões múltiplas tornou-o extremamente forte para estancar e reprimir. No fundo, neste aspecto, Estado e sociedade civil – ou melhor, o Estado e a expressão política das próprias elites insubordinadas – são um o espelho do outro. Bloqueiam-se mutuamente, sem dar lugar à redemocratização, já que esta não pode supor a ausência do Estado nem sua subordinação imediata a qualquer interesse da sociedade civil que se apresente como aspirante hegemônico mas, ao contrário, supõe o Estado que, se não é forte no sentido facistóide, deve ser complexo, diferenciado, capaz de atuar entrelaçado, não com as Grandes Empresas (do próprio Estado ou privadas), mas com os *interesses públicos*, múltiplos, ativos e diversificados.

**P : A questão de saber como o Estado poderá articular a diversidade dos interesses da sociedade.**

FHC: Exatamente. Assim, a primeira e fundamental questão da democracia no Brasil é como substituir a irresponsabilidade do Estado perante a vontade da maioria e a dos setores atuantes da sociedade civil frente à base da sociedade e frente ao próprio Estado. A resposta para este desafio, nem é fácil, nem depende de soluções tiradas dos bolsos de algum colete ou farda.

Construir modelos é, no fundo, olhar do alto, de muito alto, o solo dos interesses sociais e, de tão alto olhamos para as rugosidades dos interesses que, inclusive, nos esquecemos de ver que, para aqueles em nome dos quais queremos falar – o povo – a questão da liberdade transformá-se de um modo mais imediato nas questões das necessidades: o preço do pão e da escola, o caminhão que leva o bóia-fria ao trabalho, o hospital e as filas do INPS são a tradução imediata do código de nossos valores mais caros. Frente a essas demandas, muitos entre nós acariciam outra ilusão: calemo-nos e deixemo-nos conduzir “pelas massas”. Passa-se, assim, do elitismo das visões sobre o que o povo deve ser, para o populismo também elitista dos que, sem reconhecerem que as carências são tantas que tornam a massa impossibilitada para, por si, contrapor-se à manipulação tecnocrática, abdicam das legítimas funções de liderança (embora com controle possível por parte dos liderados), para cantar hozanas aos que são bem aventurados porque não sabem... Oscilam entre um elitismo iluminado e um populismo pouco esclarecido.

**P: Em termos concretos, qual seria a outra opção?**

FHC: Para resumir: se quisermos realmente caminhar na direção de uma democracia substantiva, não basta gritar contra o Estado e propor o melhor dos mundos. É preciso buscar o princípio da realidade da política e este, democraticamente, não pode ser outro que não o das

forças sociais existentes. Estas incluem a cara pálida dos interesses constituídos, e a cara branca da repressão do Estado, mas não se limitam aí; que novas ilusões poderemos descobrir nas máscaras que encobrem a face dos interesses populares! *Por que, em vez de falarmos tanto em povo nas universidades e nos parlamentos, não deixamos que o povo balbucie seus interesses, ou melhor, por que não afinamos nossos ouvidos para ouvirmos os sussurros que vêm da terra e da oficina, dos escritórios e dos balcões, das favelas e dos apartamentos do BNH?*

Ora direis... Mas não são estrelas que eu quero ouvir, pelo menos dessas que se puseram a falar sinistramente nos últimos tempos. Interesses numa sociedade como a nossa, chocam-se. Os murmúrios da maioria são quase sempre silenciados pelas carapaças e pela quinquilharia eletrônica da moderna repressão. Se nem a nós, intelectuais e estudantes, os donos do poder querem ouvir – nós que, embora sem representação expressa, ousamos falar pelos que não falam – como ouviriam os interesses das maiorias?

É neste ponto que a referência anterior ao papel fundamental do Estado na articulação de interesses ganha sentido. A democracia, nas sociedades contemporâneas, tem chances quando e se a mediação dos interesses econômicos torna-se difícil pela via autocrática, e quando e se aqueles que estão à margem dos grandes vetores econômicos, existem e têm força para levar a uma redefinição do Pacto Social, de modo a incluir nele os grupos subordinados à elite.

## 2. O espaço da participação popular

**P: Trata-se então, de temperar a democracia “burguesa”?**

FHC: A ignorância da história fez esquecer que as instituições representativas e os partidos populares criaram-se *contra* o interesse privado da burguesia e que, nos dias que correm, a burguesia largada a si mesma é *autocrática* e não liberal, *elitista* e não democrática. Democracia, neste sentido, é o reconhecimento da diversidade e do *conflito* de interesses. Só então poderá haver uma *negociação* quanto às soluções que, em cada conjuntura, a *correlação real* de forças permitir. Se não for isto, a democracia ou é a “ilusão liberal-burguesa” de que todos são iguais, sem o serem, ou é um utopismo, sem força política, dos que crêem que basta conhecer a verdade (e a verdade seriam os interesses populares) para que ela se estabeleça pela vontade da maioria. Infelizmente, talvez, a política não equivale à revelação mística e no seu reino os bem-aventurados não são os pobres de espírito.

**P: Levar em conta a realidade social?**

FHC: Quando não se aceita que existe uma diversidade de interesses e que a força relativa deles é desigual, tem-se, à direita, um totalitarismo que, às vezes, soma-se à força e impõe consenso: mas é o consenso dos cemitérios, os mortos não opinam. À esquerda, um consensualismo “de massas”, também autoritário e que, em geral, mal se enuncia e é levado de roldão pela repressão direitista.

Em termos práticos, além disso, de pouco vale dispor de uma maioria permanentemente bloqueada e silenciada, não pelo voto, mas pelo veto de uma minoria poderosa. Se nós quisermos sair do bloqueio em que nos encontramos é preciso buscar caminhos que dêem fluidez à maioria e que permitam estabelecer um Pacto Social que, mesmo sem ser a expressão dos nossos melhores sonhos, possa evitar que, enquanto estamos embalados por eles, outros disponham dos limites de nossa liberdade.

**P: A religião das massas é o ópio dos intelectuais?**

FHC: Tenho insistido, nesta e em outras entrevistas, em artigos e conferências, na necessidade de que as forças sociais se expressem, até para contrabalançar o espaço, às vezes excessivo, que a intelectualidade ocupa na discussão política. Mas isto não quer dizer que seja possível caminhar politicamente sem *idéias* e sem o concurso dos intelectuais. Neste ponto, entretanto, eu pergunto: será que nós temos levado ao debate político idéias realmente novas? Responder pela afirmativa, além de presunçoso parece ser discutível. Não tenho a pretensão, tampouco, de inovar coisa alguma no que estou dizendo. Quero apenas chamar a atenção para uma área de problemas diante da qual nossa contribuição tem sido limitada.

**P: Em que sentido?**

FHC: Nós continuamos pensando que estamos no século XIX e, por outro lado, que a determinação da "contradição principal" entre o capital e o trabalho é suficiente para resolver as questões políticas. Com isso, apenas repetimos o óbvio. Mas nos esquecemos não só de que além de feijão existe o sonho, mas também que as demandas culturais e sociais contemporâneas vão além das necessidades básicas, repondo-as noutros planos: como se vive nas cidades, a poluição, o espaço para a liberdade privada (o divórcio, o amor, e educação dos filhos), o problema da "maior minoria" constituída pelas mulheres (que a rigor são uma maioria minorizada), a opressão dos negros, dos índios, os problemas da terra, da segurança, dos acidentes no trabalho e no lazer, a ecologia, etc. São temas que se entrelaçam com a oposição entre o capital e o trabalho e, numa ótica política não abstrata, constituem a trama viva da questão social e da questão econômica. Falar de democratização implica em falar de tudo isso, articulando-se os temas, propondo-se alternativas, organizando as opções, preparando-se o espaço político, não para o "caos contestatório", que é o limite que a falta de imaginação policial-fascista quer dar à nossa imaginação e à nossa ação, mas para uma participação substantivamente democrática.

Não podemos, é óbvio, esquecer que, no espectro da opinião democrática moderna cabe uma alternativa socialista e isso deve ser dito e reconhecido. Seria, entretanto, retórico e inoportuno, fazer a pregação de um socialismo de eleitos numa sociedade em que a maioria continua tão afastada das elites quanto estas de uma prática realmente popular. O espaço político para tais opções vai-se criando na própria so-

cidade e não cabe apenas aos intelectuais colocar questões que devem ser debatidas a fundo por aqueles que, por definição, constituem os atores privilegiados de tal opção, as próprias classes populares, e especialmente as lideranças operárias. Reconhecer a perspectiva do socialismo como uma alternativa contemporânea, entretanto, não é ato de fé, mas honestidade elementar de quem analisa a situação política. Quem sabe saudá-la, amanhã, como possibilidade, possa constituir uma reconciliação entre a razão e o querer.

### *3. Democracia substantiva: concretizar as utopias*

**P: Várias vezes você mencionou “democracia substantiva”. Seria mais um adjetivo, sem trocadilhos?**

FHC: Não fui eu quem inventou a expressão, mas democracia não é apenas a forma de organizar o Estado e sua relação institucional com a sociedade. Democracia é um processo que vai à raiz das relações sociais. Ela não se esgota, portanto, no plano formal. Não se pode pensar na idéia de democracia sem pensar no Estado de Direito, pois sem um conjunto de regras estatuídas, cai-se numa situação de arbítrio. Mas isto não basta. No Brasil fala-se muito em “nossa tradição democrática”, etc. Ora, substantivamente, nunca houve democracia no Brasil.

**P: No caso brasileiro, então, o que é democratizar substantivamente?**

FHC: É o seguinte: além do estado de direito, que implica habeas corpus, liberdades, Constituição, etc., é traduzir essa prática de liberdade no atendimento às necessidades fundamentais da população, isto é, emprego, renda, educação, saúde e participação.

**P: Mas, no momento, nem temos o Estado de Direito tradicional. Como chegar, sem ele, à democracia substantiva?**

FHC: Essa é a real questão. Eu tenho dito que política é travessia, é caminho – não é proclamação de objetivos. Porisso eu também falo em realismo utópico: é preciso ter um horizonte de opções para escolher. Mas, se nós concentrarmos toda a atenção no modelo, não caminhamos nada. Ficamos discutindo no clube dos sábios a República ideal. E por aí não se vai longe. Por quê? Porque as utopias estão dadas, não adianta discutir muito. A questão é como, na prática, vamos nos aproximar das utopias.

**P: No lado prático, então, como ficam as coisas?**

FHC: Bom, não quero parecer um Maquiavel de subúrbio, mas a melhor forma, para mim, é correr o risco. É começar a fazer democracia. Existe a famosa teoria do caldeirão: alguns pensam que é só abrir a tampa e acontecerá o caos. Mas o que é o “caos”? Eu só aceito o caos na acepção chinesa. Os chineses usam dois ideogramas para explicá-lo: o primeiro quer dizer “impasse”; o segundo, “alternativas”. Trata-se de correr o risco das alternativas.

**P: E quais as alternativas?**

FHC: Bem, o que não nos falta é uma coleção de Grandes Planos Salvadores... Mas eu acho que é preciso ter uma expectativa relativamente modesta de como se dá um processo de transformação desse tipo. Eu diria até que, apesar de haver, no plano estritamente político, um autoritarismo crescente depois de 1964, do ponto de vista da realização de um processo de transformação mais profunda as condições melhoraram, e não pioraram. Por exemplo, talvez não por efeito de medidas conscientes dos Governos, mas certamente por efeito do próprio processo do crescimento econômico, nós temos hoje – sei lá – algo como 1,4 milhão de estudantes nas universidades. Há vinte anos, quantos eram os universitários? Cinqüenta mil? Isto é um dado da maior importância. Porque hoje, quando existe uma demanda no meio estudantil, essa demanda transcende a elite. Hoje qualquer questão universitária afeta mais de 1 milhão de pessoas – agora, multiplique isso pelas famílias...

**P: De um lado, abrem-se opções além da elite; de outro, fecham-se canais de participação. Como se explica a contradição?**

FHC: Isso põe o dedo na ferida. Quem produziu a pressão por participação além das elites não foi o regime. Foi o próprio processo de crescimento econômico da sociedade – e o fato de que essa sociedade está vinculada a um sistema internacional. O modelo que está sendo implementado não é um modelo de autarquia. É essencial, para o crescimento econômico, ter um fluxo de idéias. Aqui você não pode fechar totalmente porque é preciso ter desenvolvimento tecnológico, etc. E isso produz um efeito que é contraditório.

**P: Como sair desse processo?**

FHC: Bom, para isso é preciso ter certa vocação de estadista. É preciso correr o risco. É preciso realmente redefinir o regime. Então, é nessa altura que aparece o problema do realismo utópico: é preciso ter alguma idéia a respeito do tipo de sociedade que se quer, do tipo de controle que se deve ter. E como, no Brasil, o processo é muito complicado, fica mais fácil fazer diagnóstico a nível estrutural do que a nível conjuntural.

**P: É por isso que você diz que se fica a fazer retórica?**

FHC: Nós freqüentemente substituímos a vida pelas idéias, o fluxo do real por um clichê bem intencionado. E todos aceitam o jogo, o próprio Governo aceita o jogo. Por que o movimento estudantil ficou com um espaço imenso no Brasil? Porque os setores populares, por exemplo, não se manifestam, estão contidos pelo autoritarismo. Existe no Brasil a idéia de que a diversidade não é legítima, tanto que se vive buscando o consenso, em nome do interesse da Nação, etc. Ora, quem busca consenso é regime autoritário. Democracia, não. Democracia é o reconhecimento da legitimidade do conflito, a busca da negociação, é a procura de um acordo, sempre provisório, em função da correlação de forças.

**P: A proposta de democracia substantiva incluiria maior igualdade social. Isso quer dizer socialismo?**

FHC: No leque de opções que está posto aí existe uma tendência socialista. E quem não entender que, na sociedade brasileira, há uma corrente de opinião socialista não entende o que está acontecendo e não entende o que significa democratização. Democratizar significa justamente englobar todas as tendências. Isso pode doer nos ouvidos de algum direitista mais sensível, mas é uma verdade elementar: não existe possibilidade de falar numa democracia substantiva no Brasil sem reconhecer a legitimidade de uma tendência socialista. Agora, não se pode pensar que exista uma corrente social-democrata, como em outros países. Simplesmente porque o processo histórico no Brasil é outro. Nós não estamos na Alemanha dos anos 20.

**P: E os exemplos atuais da social-democracia na Inglaterra, na Suécia, na Holanda?**

FHC: Também aqui a situação é diferente – todos esses países já possuem sociedades muito mais homogêneas que a nossa. Nós estamos vivendo numa época e em um local que tem certas especificidades. Houve a industrialização da periferia do mundo capitalista. Isso não é uma coisa banal. Todas as teorias de que dispomos dizem respeito a sociedades do miolo do mundo capitalista. Nos países como o Brasil, a desigualdade interna é muito maior. Esse é o nó teórico da questão de nossa política social e econômica.

**P: E como se pode enfrentá-lo?**

FHC: Primeiro, se você quer partir para um sistema realmente aberto, tem que debater. E, se se deseja uma sociedade realmente justa e igualitária, não adianta pensar apenas em medidas de redistribuição da renda – é preciso pensar na estrutura da produção. Eu acho que aqueles que pensam seriamente numa tendência social-democrática, ou socialista que seja, não podem desconhecer o problema da produção, porque é irrealismo, é demagogia colocar o acento unicamente na distribuição de renda. Essa distribuição, para ser efetiva, tem de começar desde a produção – ou seja, tem de estar, de alguma forma, embutida já nos mecanismos de produção. Há vários exemplos de que a distribuição se esgota nela mesma. E a capacidade de recuperação de um regime capitalista diante de medidas distribucionistas isoladas é imensa. Distribuiu-se num ano e, no ano seguinte, a renda está mais concentrada ainda.

**P: O que significa, na prática, pensar no problema da produção?**

FHC: Vou dar um exemplo. Um dos carros-chefes do sistema produtivo no Brasil é a indústria automobilística. Quando se tomou a decisão de implantá-la nos anos 50, houve pouca discussão sobre suas consequências. E o automóvel parecia o símbolo da modernização. Mas teve várias consequências, pois influi na política de estradas, na política energética, na poluição, etc. Muito bem, com a crise do petróleo, tentou-se mexer no consumo da gasolina e dos automóveis, mas é muito difícil, porque há uma rigidez no sistema produtivo e qualquer medida afeta o dinamismo do resto da economia. Quer dizer: o perfil do consumo atual está dado pelas decisões de produção feitas no passado.

Porisso é preciso não aceitar automaticamente qualquer nova forma de investimento, só porque dá emprego. A sociedade que teremos daqui a vinte anos dependerá das decisões que tomarmos agora. Mas as coisas aqui não são debatidas: vem tudo em "pacote", como antes vinha tudo sob a forma de "impactos".

**P: Não é utopia demais querer uma democracia onde as coisas se resolvam pelo debate?**

FHC: Numa sociedade pouco democratizada e cheia de traços elitistas como a nossa eu não vejo muita possibilidade de passar do pior para o melhor dos mundos. Mas, no momento, eu acho que é possível aumentar as áreas de negociação, legitimar mais temas, legitimar a participação de grupos que não participam, como os populares. O futuro fica em aberto, pois aí seria querer mesmo resolver pela palavra o que não foi ainda resolvido pela vida.

**P: E nessa possibilidade de avançar não existe a possibilidade de haver novos impasses?**

FHC: Eu acho que, possivelmente, vamos chegar a vários impasses, mas isso depende um pouco das lideranças. E, pensando bem, existem dois núcleos fortemente organizados no Brasil de hoje, além da Igreja: a empresa e as Forças Armadas. E o Estado está muito vinculado a esses dois grupos. Entretanto, enquanto o setor empresarial mais organizado é extranacional, as Forças Armadas tendem a se identificar com a Nação - embora freqüentemente elas confundam a Nação (que inclui o povo) com o Estado. Então, o futuro da sociedade a médio prazo depende muito do que esses dois setores forem capazes de fazer.

**P: O que esses setores são capazes de oferecer de novo?**

FHC: O setor empresa não propõe nada, fica numa posição oportunista, beneficiando-se do regime. É um setor que não tenta a travessia. Quanto ao setor militar, que tem tremendo poder de veto e que toma as decisões finais, eu acho que a doutrina que está sendo expressa é uma doutrina dos anos 50. Em geral, o clichê que sai nos discursos comemorativos, nas grandes datas, é o mesmo dos anos 50. Em termos de idéias, de pensamento, é muito pobre. A tragédia é que um processo maniqueísta atingiu os militares a fundo. Eles descobriram a Guerra Fria (que se tornou ideologia oficial em 1964) quando ela já tinha acabado. As armas nucleares acabaram com as teorias convencionais sobre a guerra, mas também com a ilusão de que seria possível destruir qualquer dos dois poderes principais. Se o mundo capitalista não pode erradicar a União Soviética do mapa, tem que negociar e tem que admitir que existam os PCs no mundo. É isto que estão fazendo na Europa. Diante do euro-comunismo (que expressa, por outro lado, a incapacidade da União Soviética impor sua norma aos PCs ocidentais), os líderes ocidentais preferem negociar. As tentativas de todo capitalismo inteligente vão no sentido de "civilizar" a esquerda, mesmo a esquerda comunista.

**P: Isto se aplica a nós?**

FHC: Por que não? Existe uma intelectualidade militar. Ela lê jornais, tenta informar-se. Precisa processar as informações e elaborar uma doutrina que archive as idéias antiquadas sobre a Guerra Fria e a guerra revolucionária (de guerrilhas) e elabore uma doutrina afim com os interesses brasileiros e compatível com a sociedade contemporânea a nível nacional e internacional.

**P: Mas você não acha que os militares temem o revanchismo?**

FHC: Nenhuma força política brasileira na oposição, que eu saiba, propôs a revanche. Inclusive porque os setores propriamente repressivos perderam força política no governo atual. O General Geisel os desativou. Houve, neste sentido, uma transição. Não será necessário que ocorra uma virada de mesa para que a redemocratização triunfe. Talvez o Governo Geisel, sem que se perceba, já represente uma transição. A liberdade de imprensa, ainda que parcial, é muito importante. Por certo, há o problema da anistia. Mas alguém já disse: a anistia deve ser ampla; com ela cessa também a revanche. E a anistia vai acontecendo. Não sei se haverá decreto para sancioná-la. Mas que vai acontecendo aceleradamente, vai.

#### *4. Os estudantes e os intelectuais na democratização*

**P: Os intelectuais terão um papel específico nesse processo?**

FHC: Isso implica a discussão do papel político do intelectual, coisa que é muito mal entendida no Brasil – basta ver o exemplo do Cebrap. O intelectual pode optar por uma vida partidária, mas essa possibilidade é pouco estimulante no Brasil de hoje. Não obstante, existe uma função em que a política é até certo ponto pedagogia. Ou que a pedagogia é política. É isso que os intelectuais precisam fazer – e têm tentado fazer: acostumar os poderosos e também os destituídos de poder a certo tipo de discurso. O intelectual tem que ousar enfrentar certas questões. Sem provocação: não há intelectual que não faça um pouco de subversão – no sentido de que altera a ordem das coisas.

**P: Mas os intelectuais têm falado. Não podem ficar falando, por décadas, sem alterar nada?**

FHC: *Há o risco de continuarmos falando apenas para os que já sabem.* Acho que tem faltado na nossa pedagogia uma dimensão popular. Pedagogia no duplo sentido – ensinar e aprender. Sem demagogia: quem faz pesquisa, como eu, vê o quanto não sabe. A gente vive debatendo a “falta de consciência popular”, mas não percebe que a massa popular tem uma consciência dela, tem o seu jeito, diferente do nosso. E nós intelectuais temos que aprender com ela. Por exemplo, achamos que as condições de vida em São Paulo são um desastre. Mas, para a massa nordestina que vem para São Paulo, a cidade representa uma brutal possibilidade de realização. As pesquisas mostram isso: além de emprego, São Paulo oferece para eles escola e hospital e, em comparação com o lugar de origem, São Paulo representa um progresso. Essa gen-

te, então, seria conformista? Não é isso. Na hora de votar, esse pessoal vota na oposição. Talvez não sabia por quê, mas está manifestando desejo de algo diferente.

**P: O intelectual não entende o povo e fala por ele?**

FHC: *Eu tenho muita irritação com um radicalismo retórico que anda por aí. Substitui-se a realidade por um modelo de solução, ignorando a correlação de forças. Quem pensa assim se comporta como membro da elite. Pensa que sabe o que deve ser feito – e não ouve nada. Na hora de pagar o pato, não são os verbalmente radicais que pagam. O que conseguem fazer é frear a possibilidade real de você caminhar. Eu digo sempre que há muitos setores da esquerda brasileira que continuam vivendo entre fevereiro e outubro de 1917 – período da Revolução Soviética – e choram porque não há um Palácio de Inverno na América do Sul. Não havendo o Palácio de Inverno para tomar, como em 1917, não se faz nada... Isso é típico do intelectualóide, revela uma brutal dependência cultural. Essa gente tenta aplicar chavões e palavras de ordem gastas, que já não correspondem a uma prática social real.*

**P: O que é uma prática social real para o intelectual, o cientista?**

FHC: O intelectual não pode pensar que ele comanda, que vai lá dar a palavra de ordem. Eu tenho uma visão mais modesta da função do intelectual. O que ele pode fazer é articular o debate, fazer aflorar aquilo que está na sociedade. E, se tiver uma vocação realmente democrática, não vai manipular. Vai usar construtivamente essa possibilidade.

**P: E quanto aos estudantes, não estariam vivendo também sua própria nostalgia? Não estariam tentando viver as manifestações de 1968?**

FHC: Eu não acredito que a crise política atual reviva 1968. As condições são outras. Em 1968 havia, por um lado, muito apoio da classe média e dos empresários ao Governo. Por outro lado, havia movimentos políticos radicais (alguns quase armados) contra o regime. O movimento estudantil lançou-se entre essas duas frentes e foi reprimido junto com o resto da sociedade. O AI-5 foi a resposta do Governo às manifestações estudantis e populares. Convém não esquecer que em 1968 houve a greve de Osasco e que havia o temor, por parte do Governo, de que se generalizasse um estado de espírito contestatório.

**P: A perplexidade do estudante de hoje é a mesma de 1968?**

FHC: Por certo, a “angústia” dos estudantes tem raízes comuns. Por um lado ela deriva da falta de liberdade (AI-5, 477) e da descrença na possibilidade de participação política institucional. Por outro lado, do sentimento – generoso, mas cheio de riscos – de que os estudantes são a voz dos oprimidos. Eu disse que esse sentimento é generoso porque, de fato, ele é em si um protesto: o estudante fala, sem procuração, pelos que não podem falar (os pobres, a maioria silenciada). *Mas há um risco elitista: o estudante pensar que sabe o que o operário, a dona de casa ou o pobre sentem e querem.* Daí, freqüentemente, a desilusão (e a angústia). Toda vez que o movimento estudantil dispara muito longe na frente, fica sozinho e o estudante se queixa da “falta de consciên-

cia” das outras classes. Falta, às vezes, o realismo (e a humildade) necessários para que os estudantes aceitem que nem sempre o ponto de vista que eles atribuem à base da sociedade coincide com as possibilidades e os desejos desta mesma base.

**P: A ausência de lideranças estudantis decorre somente da ameaça do 477, ou de outros fatores?**

FHC: O 477 possui grande parte de responsabilidade pela inexistência de lideranças estudantis. Mas não é só ele. O AI-5 e o autoritarismo prevalente disseminaram o medo e a insegurança. Nos últimos dois anos, porque o Governo foi menos encorajador da repressão violenta, viu-se um certo renascimento das lideranças em vários níveis da sociedade. Mas a inexistência de movimentos sociais, o horror que o Estado tem da divergência e da vida politicamente autônoma, fazem com que os poucos que vinham atuando até agora – os setores intelectualizados (Igreja, universidade, p. ex.) – acabem por atuar muito no nível do imaginário, do ideológico. Soluções e palavras de ordem que corresponderam a outras sociedades e a outros momentos históricos são recolocadas como se pudessem ser a saída brasileira. Não obstante, pelo pouco que sei, a liderança estudantil tem sido capaz de colocar objetivos que são apoiados realmente pela população: liberdade, democracia, ponto final ao medo e ao ódio. Neste sentido, os jovens estão dando uma lição aos mais velhos.

**P: Como vê hoje a universidade brasileira?**

FHC: Eu estou afastado da universidade há oito anos – pelo AI-5. De longe, algumas coisas me surpreendem:

- a burocratização enorme da universidade;
- certo policialismo (controle da vida estudantil, controle dos novos contratos etc.);
- não obstante, uma vitalidade incrível.

O número e a qualidade das teses é um fator alentador. Ora, se a estrutura universitária parece emperrada e a vida cultural não se estiola, isto é prova de que o Brasil dispõe de uma intelectualidade capaz de sobreviver, até mesmo em condições adversas. Por que não confiar que, com mais liberdade, e responsabilidade, a universidade volte a ser o ponto de encontro natural entre as gerações e entre a intelectualidade e a população?

**P: E o jovem brasileiro, está mais preocupado com as diversas formas de diversão ou com o 477 ou AI-5?**

FHC: Compreensivelmente, a juventude preocupa-se com as diversões. A dimensão lúdica é essencial ao homem. Não creio que se deva opor o homem lúdico ao homem político. Existe tempo para o divertimento e tempo para a reflexão e a ação. A música tem sido um elemento de síntese de tudo isso. Se algo existe de vital na “cultura jovem” é a música e o protesto através da música. Há momentos em que a política avassala a vida cotidiana, outros em que não. No caso brasileiro, tem-se visto que, oportunamente, os jovens, mesmo os mais apolíticos, se

mobilizam. Se eles permanecessem em estado permanente de politização e mobilização, estariam próximos de um regime autoritário estável. Por sorte, em nosso caso, não existe fanatismo na política dos jovens. Assim como vão a passeatas e a missas de protesto, também se interessam pelo cinema ou pela música e — como a vitalidade das teses mostra — cumprem seus labores acadêmicos.

A questão dos modelos e da inovação social é mais complicada. Frequentemente o jovem pensa que inova (e não só o jovem: vejamos no Congresso quanto caçador de bruxa fica vendo comunismo por todos os lados, como se estivéssemos na década de 1950 com Mac Carthy) quando repete palavras de ordem que empolgaram os revolucionários do mundo no começo do século. Repetem, com ardor, como se fosse uma proposta de futuro, o que na Europa se dizia há 70 anos. Mas neste caso a culpa é nossa, dos intelectuais, dos políticos e das lideranças brasileiras que não tivemos a audácia e a firmeza de ir mais a fundo na discussão dos temas relevantes. Enquanto nós não redefinirmos o que seja inovação e revolução no mundo contemporâneo, e não adequarmos essas práticas ao Brasil, os jovens continuarão a usar símbolos antigos para exprimir suas insatisfações atuais.

**P: Deve o intelectual rever seu papel neste momento?**

FHC: O papel de um intelectual é basicamente o de um articulador. Agora, no meio desse bolo, são vários os seus papéis, sem querer substituir as forças reais. *Engano nosso querer dizer aos sindicatos o que eles devem fazer, os sindicatos é que estão ou têm que estar discutindo e que sabem onde o calo aperta.* O máximo que se pode fazer se a gente se informa, faz pesquisa, trabalha junto, etc., é ajudar a formular as alternativas. O risco do intelectual é sempre o risco dele pensar que é demiurgo, que ele substitui o real. Tem que ter uma presunção tão grande que lhe permita ser modesto. Você dirá: quer dizer que o intelectual não deve participar da política? Não é o que eu penso, em certas circunstâncias acho que devemos participar da política, articulando as discussões e servindo de mediação mas não com palavras de ordem. Do lado oposto, não cabe supor que a função do intelectual é a do escriba, um freqüente engano da sociedade. Da mesma forma como o intelectual não deve querer substituir o político, ao político não convém tentar instrumentalizar o intelectual. Usá-lo, nunca.

**P: Mas a maioria dos intelectuais não se julga capaz de entender e falar pelas outras classes?**

FHC: Concentremo-nos no presente: cada um dos grupos que se manifestaram até pouco tempo faz parte da classe média para cima (estudantes, intelectuais, empresários), de natureza elitista e com pretensão de imaginar que sabe o que os outros devem fazer. Que seja por generosidade, é uma atitude perigosa. Aliás, repetem o comportamento da classe dominante. A culpa, todavia, não é deles. É do sistema, que não deixa que cada um diga o que quer. No instante em que haja um movimento social amplo, o movimento estudantil se torna mais estudantil.

Tudo isso é dramático: os estudantes estão apenas falando em nome dos que não podem falar. Naturalmente, presos à sua visão elitista. **P: Estatisticamente, a juventude está cada vez mais afastada do poder. Num país esmagadoramente composto de jovens...**

**FHC:** Nos países de tendência burocrática, isso é típico. Na União Soviética, por exemplo. Acho lamentável. A única maneira de se dar sentido de realidade ao jovem é dar-lhe poder. Senão você o condena a viver no isolamento e na utopia. Esse é também o grande risco da universidade contemporânea. Transformá-la num zoológico. Quer dizer, lá existem animais de vários tipos, aves raras, professores e alunos. Dá-se toda a liberdade a eles e os mantém bloqueados. Exemplo maior disso, a Universidade de Vincennes na França. Muitos acharam formidável; nada disso, é uma tragédia: juntem todos os esquerdistas aí e façam sua revolução mental aí. O desafio principal do estudante é sair do gueto, da relatividade da universidade brasileira, tanto mais radical do ponto de vista verbal quanto ineficiente.

### *5. O papel das minorias oprimidas*

**P: E o problema da mulher, tem algo a ver com a democracia?**

**FHC:** Não é fácil responder numa frase. Especialmente porque, em nome da democracia, as mulheres sempre reivindicaram direitos iguais como cidadãs (voto, direito de serem eleitas, de trabalhar, etc.). Este foi o começo da luta feminista e, agora, muitos grupos lutam por direitos especiais para a mulher.

**P: O que isso significa?**

**FHC:** Como sempre, os grupos dominados ou minoritários têm que conseguir participação em pé de igualdade para que as regras do jogo democrático possam valer realmente para eles. No caso das mulheres, durante séculos presas ao espaço doméstico, a participação pública, seja na esfera do trabalho, seja no círculo da política, era dificultada por preconceitos que definiam essas áreas como "naturalmente" masculinas. A mulher era e é, em grande medida, a "rainha do lar", e dentro dele se esgota seu poder e seus direitos.

**P: Mas tudo isso não mudou?**

**FHC:** Hoje em dia, esses preconceitos já não são mais apresentados, friamente, como obstáculos ao desempenho de funções públicas pelas mulheres. Entretanto, é bom não esquecer que essa participação ainda é pequena. Cada vez existem mais mulheres trabalhadoras, mais profissionais e representantes do poder público que são do sexo feminino mas, proporcionalmente, o seu número ainda não é representativo nem de longe. Estão concentradas em profissões tidas como femininas, ganham, em geral, salários menores do que os homens que cumprem funções semelhantes e têm, ainda, dificuldades a vencer para exercerem esses papéis, pois são poucas as mulheres que conseguem chegar a posições de chefia.

**P: Mas tudo isso indica que as mulheres aceitam, às vezes, passivamente, essa situação de inferioridade.**

FHC: O processo de socialização distingue os sexos desde o nascimento e desenvolve capacidades específicas para homens e mulheres, que acabam fazendo com que as pessoas as confundam com diferenças "naturais". As mulheres que, por pressão das circunstâncias, vão trabalhar fora das funções domésticas ou participam politicamente, demonstram e, em parte, se convencem, de que essas limitações são culturais – e às vezes políticas – e não biológicas. Mas a sociedade ainda opera como se, em casos excepcionais, algumas mulheres pudessem chegar a desempenhar funções que não deixam de ser masculinas. E desde que a maioria continue dedicada aos cuidados da casa e à educação dos filhos.

A oposição dos papéis de mãe e de profissional continua vigente, principalmente porque a educação dos filhos é tida como tarefa da família e, dentro dela, da mulher. Esta é a razão pela qual a principal reivindicação dos movimentos feministas é a da divisão das tarefas domésticas, obrigando os pais a dividirem com as mães as responsabilidades e os trabalhos da casa e dos filhos. Que nem ao menos se considera trabalho, por ser tarefa "feminina". Em geral fala-se em *afazeres* ou em *cuidados* domésticos. Esta mudança na vida familiar é fundamental, porque só ela possibilitaria a participação social de homens e mulheres em condições de igualdade.

**P: Lugar de homem também é na cozinha...**

FHC: O importante não é discutir quem cozinha e quem leva as crianças para a escola, mas aceitar que todas essas tarefas são da família em seu conjunto, e ninguém está "naturalmente" preparado para qualquer delas. E sendo reconhecidas socialmente como trabalho, e não como afazeres, cuidados ou prendas, devem ser levadas em conta como fator importante da subsistência das famílias e, portanto, da população.

Os homens já têm responsabilidades familiares, mas sempre no campo das decisões maiores e na manutenção da casa. Esta é uma divisão do trabalho que coloca sobre um sexo, o feminino, tarefas apresentadas como muito nobres, mas cujo efeito é desligar da sociedade aquelas que serão exclusivamente esposas e mães, isto é, que limitam suas vidas à esfera privada.

**P: É aí que entra a questão da democracia?**

FHC: Justamente. Se a democracia moderna supõe a participação de todos em condições iguais, é preciso que as mulheres possam lutar por seus desejos e por seus direitos e, para isto, é condição necessária que suas reivindicações sejam respeitadas e que possam criar as condições para se libertarem da divisão de trabalho que impede o exercício pleno de sua cidadania.

Nesse sentido, as mulheres, como os homens, sofrem as consequências das distinções de classe, mas suportam de modo diverso as li-

mitações que lhes são impostas. Há, portanto, um campo específico que lhes diz respeito, e por onde passa a transformação de nossa sociedade.

**P: Como você definiria esse campo de reivindicações?**

FHC: Não cabe a mim definir. Mas, se expresso corretamente o que tenho ouvido das reivindicações feministas, o primeiro problema para caminharmos para uma sociedade mais igualitária é a mudança da legislação que sanciona a posição subalterna da mulher dentro de casa e limita sua atuação individual. Nossos códigos (Civil e Comercial, por exemplo), estão cheios de exemplos dessas limitações, por definirem o casamento, não como uma sociedade entre iguais, mas reconhecerem o homem como cabeça do casal. Para que se possa conseguir essas modificações legais é, portanto, fundamental, que as mulheres se organizem, para colocarem em discussão a desigualdade doméstica e a consequente limitação à participação política dela resultante.

Não se pode pedir, de cidadãos de segunda classe, que atuem como membros plenos e responsáveis por uma sociedade, se não acenarmos com brechas pelas quais se podem introduzir mudanças profundas nessa situação.

**P: Nesse quadro, quais as marcas mais profundas de desigualdade na sociedade brasileira?**

FHC: Até hoje pesa, sobre nós, a escravidão. Somos uma sociedade autoritária. Em nossas relações, somos ao mesmo tempo cordiais e autoritários. Isso é escravidão. Saint-Hilaire dizia que as mulheres brasileiras – as Senhoras, bem entendido – só sabiam falar gritando, no século XIX. Elas estavam acostumadas a mandar em escravos.

**P: E isso tem repercussões no plano político?**

FHC: O autoritarismo político é reforçado pelo autoritarismo que é social. E esse é um caráter bem anterior aos nossos dias. Além do que, somos um país que teve a sua transformação econômica, empresarial, sem a revolução burguesa no sentido pleno da palavra. Tudo se deu num tremendo sistema de acomodação das classes dominantes. É um autoritarismo para baixo, enquanto é conciliador ao nível da classe dominante. Na Europa, houve a Revolução Francesa; nos Estados Unidos, a Guerra de Secessão. Aqui, é certo, você teve a República: o setor cafeicultor, que não tinha escravos, predominou sobre o outro. Mas ambos incorporaram o imigrante. E o negro ficou marginalizado. A República incorporou os setores aristocráticos que lhe faziam oposição. Rodrigues Alves, conselheiro do Império, veio a ser Presidente da República.

**P: E isso é brasileiro?**

FHC: Vou dar um exemplo. Nos Estados Unidos, ninguém entra na zona dos guetos, senão leva paulada. Os guetos se defendem. Aqui, você leva turista para ver as favelas.

**P: E como mudar as coisas?**

FHC: Numa sociedade como a nossa, você não pode dar as costas

para o Estado e a política. Daí a importância dos partidos políticos. Daí o perigo do preconceito antipartido, daqueles que pensam que só têm que olhar para a base da sociedade. Mal ou bem todo movimento de emancipação acaba passando pela arena principal de luta, que é o Estado.

**P: Você falou nos guetos americanos e na sua reação defensiva. Um movimento negro agressivo não poderia levar a um novo tipo de racismo?**

FHC: Pode, mas não necessariamente. E é um risco que devemos correr. *Afinal, o mínimo que se espera de uma democracia é que reconheça e legitime a existência da diversidade social e até mesmo cultural.* O que não se pode é algar duplamente as minorias, primeiro com a opressão que sofrem e, segundo, condenando seu esforço para libertar-se, sob o pretexto de que fere uma igualdade abstrata que, para as minorias, nunca funcionou na prática.

**P: Mas não seria mais eficaz, e talvez mais justo, somar as reivindicações das minorias às reivindicações populares da maioria?**

FHC: Somar, não, pois não se trata de coisas idênticas, homogêneas. Eu diria multiplicar. As reivindicações dos movimentos minoritários passam, repito, pela reivindicação básica da igualdade, e supõem a liberdade de organização, de expressão e de reivindicação. Nesse sentido, não somente você tem uma massa maior da população mobilizada em torno da democracia – isto é, você soma – mas principalmente você multiplica as razões para reivindicar e mobilizar, você cria novos pólos de articulação de interesses, e isso é democracia.

E há mais, as minorias não se deixam iludir muito pela igualdade jurídica, pois a experiência do dia-a-dia a desmente a cada momento. Porisso, sua visão da igualdade é mais concreta e, portanto, mais radical, porque o que está em jogo é a própria vida de cada um, e não somente idéias. *A opressão, para os negros, as mulheres, não é um conceito compreendido num livro de teoria política, nem uma notícia de jornal, é experiência diária de sua própria condição de vida. Porisso, a organização e a atuação dos movimentos de emancipação é uma frente inestimável de luta por uma democracia substantiva.*

6. *Democracia, questão atual*

**P: Tornou-se muito comum afirmar que a democracia é coisa do passado e que, nas condições atuais, as decisões devem caber aos mais competentes.**

FHC: A democracia é coisa do passado *e do presente*. O que há é um certo equívoco, às vezes deliberado. Na verdade, as formulações clássicas da democracia são claras: é o governo do povo. Toda a discussão gira em torno das condições para que o povo se expresse no que um autor clássico chamou de “vontade geral”. A informação, a expressão individual e direta da opinião de cada um são, evidentemente, necessárias para que se expresse essa vontade geral.

A partir de observações deste tipo, alguns distorcem o sentido do Pacto democrático e pretendem ver a necessidade de que algum caudi-

lho ilumine o caminho da democracia. Esquecem-se de que, na concepção clássica, o povo é a totalidade dos cidadãos e, portanto, o caminho da democracia só pode ser encontrado pelo conjunto dos cidadãos: "*Todos igualmente necessitam de guias; é preciso obrigar uns a conformar suas vontades com a sua razão; a outros é necessário ensinar a conhecer o que pretendem*" (Rousseau). Assim, é "das luzes públicas" que nasce o consenso, que é obra do legislador, sempre sujeito ao corpo coletivo, isto é, ao povo.

**P: Mas a formulação dos clássicos não se refere a outra realidade sócio-econômica, não teria perdido a atualidade?**

FHC: O democratismo radical de Rousseau, um dos clássicos do pensamento democrático, levou-o a recusar a idéia de representação (de deputados, Câmaras, etc.): para ele, só a expressão direta e individual seria capaz de dar legitimidade à ordem pública. A recusa da representatividade obrigou-o a aconselhar não só a formação de Estados pequenos, mas organizados em sociedade pouco diferenciadas. Paradoxalmente, o democratismo radical de um Rousseau inspirou historicamente momentos políticos que poderiam ser qualificados como de "democracias totalitárias". A forma plebiscitária, a recusa da representação, a desconfiança dos partidos, levariam à procura de consensos que podem esmagar a opinião organizada e restringir a liberdade.

Não parece ser a partir destas conseqüências que se pode encaminhar a questão da democracia no Brasil. O pensamento democrático clássico continua atual quando justifica o Estado de Direito como natural e necessário. Da mesma maneira, os objetivos políticos centrais que propõe - a igualdade e a liberdade - continuam motivando as correntes de opinião verdadeiramente democráticas. Portanto, a visão autoritária elitista não pode, senão por sofisma, proclamar-se herdeira da democracia clássica. Não será a partir dela que poderão justificar a necessidade de guias iluminados, portadores da verdade, como condição para que a vontade geral se exerça e se alcance o bem comum.

**P: Contudo há quem afirme que a índole do nosso povo e a situação de dependência externa justificam um regime forte.**

FHC: Por certo, a Democracia não é inevitável. Mas tampouco o Autoritarismo. Mais ainda: existem condições econômicas, sociais e políticas que propiciam uma solução mais democrática, ou mais totalitária. Eu disse *propiciam*, o que significa que essas tendências não são inevitáveis. É por isso que a posição ideológica a favor ou contra a Democracia é relevante: se ficarmos a repetir, como papagaios, que o "povo ainda não está maduro" e que nossa sociedade é desorganizada por razões histórico-estruturais, apenas fortalecemos o autoritarismo. Pior ainda: os que insistem nessas teclas esquecem de olhar os dados. De fato, nos últimos vinte anos, o país se industrializou, urbanizou-se, multiplicou seus centros de ensino e pesquisa. Existe uma opinião pública por mais que a queiram negar ou a desafiem. As eleições de 1974, comparadas com momentos eleitorais anteriores, mostram que

existe certa coerência no comportamento eleitoral, sempre que se tenham condições de liberdade de expressão.

**P: O povo não está despreparado para votar...**

FHC: Só não vê esse processo quem não quer. Se os interesses populares e a escolha da maioria não coincidem com o que os bem pensantes gostariam que prevalecesse, é outra questão. O que é inaceitável é que a única alternativa para evitar que as decisões sejam tomadas por "poucos e bons" é a baderna. Dentro do Estado de Direito existe ampla margem para que o legislador construa canais institucionais capazes de tornarem a participação popular efetiva e autêntica. O que é inaceitável, porque não passa de um engano deliberado, é repetir velhas idéias autoritárias a pretexto de defender a "verdadeira" Democracia, quando já se está diante de uma situação nova, que requer, menos a retórica das grandes tiradas filosóficas e mais, o simples reconhecimento de que o rei está nu.

**P: Não seria necessário, primeiro, atingir um patamar em que haja menos miséria, menos ignorância, em suma, menos desigualdade?**

FHC: A necessidade de maior igualdade tornou-se, no Brasil, não apenas um anseio, mas um imperativo. A opinião pública sente e deseja isso. Esta é a base a partir da qual a questão da liberdade se recoloca e, com ela, a da democracia. Separar as duas questões para dizer, primeiro a igualdade (ou o "fim do subdesenvolvimento", como se com isto se conseguisse igualdade) e depois democracia, é a maneira de não resolver qualquer das duas questões. Para tomar a questão a sério, é preciso perceber, como Rousseau e os clássicos da Democracia o fizeram, que não existe igualdade sem liberdade, que é a condição para que a própria igualdade seja reconhecida como natural e possível. Se, no plano das idéias, os dois aspectos básicos da questão da democracia aparecem imediatamente ligados, é forçoso reconhecer que, historicamente, ambos se desenvolvem interligados num processo. O imperativo do aqui e agora mostra que não estamos no último dia da criação, mas em seu começo. O sentido desse processo, entretanto, deve ser claramente posto desde o início. Não será postergando a participação popular que se irá, num futuro indeterminado, alcançar maior grau de democracia, nem será a partir das boas intenções, admitindo que existam, que se alcançará menor desigualdade econômica e social. *Melhor dar a voz aos que estão roucos de silêncio para que possam dizer o que sentem seus estômagos e o que aspiram para seus filhos, do que continuar a fazer discursos sob o pretexto de que só a elite é iluminada e o povo brasileiro é incapaz de definir suas necessidades e anseios.*

## 7. Democracia e Liberdade

**P: Trata-se, portanto, de desenterrar o esqueleto da velha democracia liberal?**

FHC: Absolutamente. A questão da democracia no Brasil, embora inclua a temática liberal do Estado de Direito, da representação, da divi-

são e independência dos poderes, etc., não se limita a ela. Sabemos que a economia contemporânea, ao invés de *diminuir* as diferenças na sociedade, acentua tendências à centralização das decisões e dos capitais. Além disso, a própria forma atual de regulamentação das atividades econômicas (dos capitais) ultrapassou de longe os mecanismos do mercado concorrencial. Nos países desenvolvidos e, com mais força ainda, nos de economia dependente, a articulação entre as empresas, enquanto unidades privadas de produção, depende da ação do Estado, que ultrapassa os limites da simples regulação da economia, para ingressar na esfera da produção; surge um setor produtivo estatal com tendência à expansão.

**P: Os limites entre o Estado e a economia privada se tornam pouco claros.**

FHC: Exato, a relação entre a economia e a política, entre a sociedade civil e o Estado, se apresenta, mais do que nunca, como uma relação simbiótica, sem que se resolva o impasse entre uma ideologia de igualdade e uma prática inversa. Ao contrário, se nas economias competitivas, que serviram de base à ideologia de liberalismo econômico, o liberalismo político parecia viável, em função da pluralidade de interesses em luta, e da necessidade objetiva de garantir-se a fluidez da vida econômica através do mercado aberto, nas economias oligopólicas, fortemente estatizadas, a centralização tornou mais visível a desproporção objetiva entre os que controlam as informações, o saber, as empresas, o mercado de trabalho, etc., e a massa da sociedade, que não dispõe dos mesmos recursos.

Para quem não é ingênuo e não se limita a uma adesão a valores não enraizados em práticas reais, a proposição da questão da democracia deve partir dessas considerações. Não basta proclamar que existem valores universais que resguardam a liberdade, a intangibilidade dos direitos humanos, a ordem jurídica. É preciso verificar como isto ocorre em condições concretas.

**P: Se o liberalismo se torna inviável ou insuficiente, haveria outras saídas para a democracia?**

FHC: A resposta tradicional, nem por isso imprestável, tem sido: a sociedade civil deve organizar-se, articular seus interesses, formar partidos e, através desses processos, poderá controlar as decisões econômicas. Porém, a questão que se coloca imediatamente é a de saber como se dará a multiplicação dos pães, para garantir que tudo isto seja algo mais do que uma declaração de princípios, transformando-se numa prática efetiva, ou seja, para não desligar a questão de igualdade jurídica da questão da igualdade social.

*É neste ponto que as respostas variam.* Na variante anti-democrática, há os que proclamam que o liberalismo está morto, e imediatamente passam a destruir, não só as ilusões relativas aos mecanismos auto-reguladores do mercado, mas também a necessidade de preservar-se a liberdade. Reconhecem a tendência à centralização das

grandes empresas e do Estado e em nome de um desses dois pilares da sociedade contemporânea (quando não dos dois, pois, como vimos, eles se entrelaçam), proclamam uma ideologia unificadora que vê, no Estado, a encarnação da "moral objetiva", o bem comum. Não se pense que tal variante existe apenas à direita: ela é proclamada mais despudoradamente pelo pensamento fascistóide, especialmente quando militar, mas também existe à esquerda. Há quem pense que, se o Estado mudar suas políticas, assegurando uma política externa independente e certo redistribuicionismo, acrescido do rígido controle das empresas multinacionais e rápida expansão das estatais, ter-se-á um socialismo à altura das exigências contemporâneas. Subordinam assim, o Estado de Direito, ao Estado do bem-estar, mas se esquecem de perguntar a que título as burocracias (dos partidos, das empresas do Estado) podem definir, sem ouvir os interessados, o que é bem-estar social e a quem ele deve dirigir-se.

**P: E no pensamento democrático?**

FHC: Na variante democrática, para responder ao desafio de ligar a igualdade jurídica à igualdade social, também existem alternativas. Os menos atentos às realidades contemporâneas pensam que é suficiente deixar que os valores liberais se afirmem e que imponham limites ao Estado. Com isso se retomaria a marcha ascendente da liberdade e, progressivamente, o interesse de cada um, articulando-se nos partidos, controlará as forças cegas que reproduzem as desigualdades sociais. Não percebem que o interesse privado dos empresários reaparece hoje dentro do Estado e que, na ausência do instrumento regulador que as empresas individuais representavam, nem sequer as formas de "democracia" – elitista – encontram hoje solo firme em que apoiar-se.

**P: Se correr o bicho pega...**

FHC: Não é bem assim. Não é preciso limitar os horizontes da política contemporânea à opção entre o realismo autoritário e um liberalismo ingênuo. Não se trata de preservar o ideal do liberalismo, mas de recolocar a questão da democracia. Esta, em termos concretos, inclui a preservação das liberdades, que está intimamente articulada às necessidades materiais: ser livre é também ter emprego, ter agasalho, estar nutrido, ter instrução e ter a capacidade de informar-se, opinar e influir.

Não será pela defesa ideal da empresa (privada ou pública) que esses valores se transformarão em prática. Eles dependerão da capacidade de controle que as sociedades criarem para orientar as políticas em qualquer nível (nas empresas, nos sindicatos, nas burocracias, nos partidos, etc.) em função de objetivos de maior igualdade social e de iguais oportunidades para todos.

## CAPÍTULO II

### OS TRABALHADORES E A DEMOCRACIA

*As lições da greve do ABC. Os trabalhadores inovam o debate político. As perspectivas políticas do movimento dos trabalhadores. Os trabalhadores e as eleições: plataforma de reivindicações da liderança sindical autônoma. Os trabalhadores e a democratização.*

**Pergunta:** Parece que bastou que os trabalhadores levantassem a cabeça, depois de tantos anos de arrocho salarial e estrito controle dos sindicatos para que os profetas de desgraças começassem a lembrar 64... Que lições você acha que se pode tirar das greves do ABC?

Fernando Henrique Cardoso: Há tempos não se ouvia falar de greve. Para muitos, para os muitos ricos e conservadores e para os pobres de espírito, isto era um sinal de ordem. Para a maioria dos brasileiros, já cansados de tanta arbitrariedade e soluções de fôlego curto, era apenas sinal de que as amarras do autoritarismo, embora mais estridentes no Parlamento castrado, na imprensa censurada, nas prisões inchadas, estavam bem assentadas na fábrica, no mundo do trabalho.

De repente, com vigor mas sem alarido, com firmeza e sem provocação, espocaram greves no ABC. Seriam "selvagens"? Seriam espontâneas? Estariam os sindicatos por trás ou seriam frutos da ação de algum partido encapuzado? Foram as primeiras indagações propostas. E mal propostas. Não foi nada disso e foi tudo isso: *é a democratização em marcha*, em dura marcha batida, a partir dos pés do povo, de cada um de nós, de todos os que não são direitistas empedernidos ou exploradores sem grandeza. Esta é a lição que os trabalhadores estão dando para quem quiser aprender. Renasce o movimento sindical, renasce a esperança por dias melhores, renasce o afã de organizar, falar, propor alternativas, negociar. Sem medo, com firmeza, com esperança.

**P: Democracia em marcha...**

FHC: Agora sim, pode-se começar a falar de democracia, sem adjetivá-la. Ela vem da base, da demanda de mudanças por parte dos que estão cansados de tanta equação matemática do salário perfeito. Não foi só o arrocho salarial por anos a fio, a utilização do PIS e do Pasep para financiar as empresas (até mesmo para ajudar a especulação financeira) ao invés de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, o Fundo de Garantia para desestabilizar o emprego através das

despedidas rotativas da mão-de-obra, etc. Foi também o peso surdo de uma ordem política e de um clima de desrespeito aos trabalhadores no cotidiano da fábrica, que garantiu o "rigor" das equações ministeriais. Ridículos tecnocratas que agitavam fórmulas matemáticas para melhor comprimir os salários, como se as equações enchessem barrigas. O voto, de agora em diante, ao contrário do que dizia a demagogia populista, vai encher as barrigas. Democracia, sim, partidos, sim, eleições diretas, sim. Mas para tirar dos Congressos e das Câmaras, é, se possível, tirar dos governos, os que defendem a teoria do "primeiro acumular para depois dividir"

**P: E a propalada manipulação dos trabalhadores?**

FHC: Basta ouvir a voz direta, ríspida, dos líderes sindicais: nem os Partidos, nem os que pensam que sabem o que os trabalhadores devem fazer, encontram ressonância nos Lula, nos Gonçalves, nos líderes das oposições sindicais, e muito menos em suas bases. A greve não lhes foi concedida por decreto. A inteireza das reivindicações e sua simplicidade - melhores salários para permitir uma vida decente - não surgiram de qualquer panfleto. Vieram da dura experiência de anos de opressão e exploração. E vêm com o sopro forte do novo e do autêntico.

**P: Você falou em lição: qual seria a contribuição desses movimentos dos trabalhadores para o debate político?**

FHC: Os sindicatos vão ao cerne da questão política: sem cortar o nó cego da tutela do Ministério do Trabalho e sem assegurar, mesmo frente aos Partidos, a independência relativa dos trabalhadores, a manipulação desfigura as lutas, as reivindicações viram concessões e, com a mesma mão que são dadas, podem ser retiradas.

Por certo não se pode encarar esses temas com simplismos. Os liberais da Arena já se apressaram a lembrar que a mediação do Estado "protege" as camadas operárias de menor poder de barganha... Mas os trabalhadores não reivindicam que, de repente, suas esperanças por melhores condições de vida e pela mudança da sociedade fiquem à mercê da relação direta entre patrões e operários. Sabem que o grosso dos trabalhadores não dispõe dos mesmos recursos de luta com que contam os trabalhadores das grandes fábricas modernas do ABC. E sabem também que a sanha patronal, em média, pode ser tão ávida quanto é castradora a ação do Ministério do Trabalho. Ninguém propõe a eliminação da Justiça do Trabalho, nem se pretende acabar com o salário mínimo. Longe disso. É preciso elevá-lo. Mas a partir de um percentual geral de aumento e de certo nível de salário mínimo, as negociações entre sindicatos de operários e de patrões devem operar livremente.

Sabem também os trabalhadores de Osasco, do ABC, de qualquer grande núcleo industrial, que há um momento que é da política. Que sem ele os trabalhadores mais pobres, que são explorados pelas empresas menos dinâmicas, acabam sendo superexplorados quando não há centrais sindicais fortes e partidos políticos nacionais que os apoiem. E

isso é o que tem ficado cada vez mais claro nos pronunciamentos e nas articulações das lideranças sindicais mais expressivas após as greves do ABC.

**P: Isso quer dizer que as conseqüências do movimento do ABC não se esgotam nas greves e nos acordos firmados com as entidades patronais?**

FHC: Sem a menor dúvida! O movimento dos trabalhadores da Scania, da Ford, da Volkswagen etc., mesmo sendo localizado, e mesmo estando na área em que existe um dos sindicatos mais combativos de São Paulo (o que infelizmente não ocorre em toda parte) – o dos metalúrgicos de São Bernardo – tem importância nacional: o encaminhamento positivo dessas reivindicações e o fortalecimento de uma liderança independente abre as portas para uma reformulação mais ampla da vida sindical brasileira e vai requerer a discussão dos problemas centrais da democratização do País.

E é porisso, também, que todos os que têm interesse real no fim do autoritarismo e não se limitam a pensar a democracia como uma gaiola de cristal para fazer resplandecer o interesse das oligarquias e das elites, saúdam no movimento dos trabalhadores paulistas os sinais de um amanhã mais promissor. Que chegue, logo, pois todos queremos democracia, já.

**P: E isso prenuncia a formação de um partido socialista?**

FHC: Como é possível fazer um partido realmente de tendência socialista num regime autoritário? É muito difícil, inviável. Porisso, a questão da Democracia é fundamental. Quer dizer, nós ainda estamos na fase da questão da Democracia. É claro que as coisas não evoluem por etapas: nós estamos na discussão da questão democrática e já existem inquietações a respeito de um partido que seja algo mais definido do que o MDB. Por toda a parte que se vai, a pergunta é esta. Por isso eu diria que existe sociologicamente um partido de tendência socialista no Brasil mas, politicamente, não. Que partido seria este? Não acredito em solução de bolso de colete, gerada por alguns bem-pensantes. Um partido desse tipo, na medida em que se puder enraizar, vai expressar o que os grupos sociais mais oprimidos desejam e podem expressar.

**P: Tem-se falado em social-democracia...**

FHC: Isto, a meu ver, é um equívoco brutal. A questão da social-democracia é mal posta do começo ao fim no Brasil. A social-democracia, na Europa, foi o resultado de certas situações específicas. Primeiro: a existência de um grande partido operário, baseado numa estrutura sindical e movimento dos trabalhadores de caráter muito amplo. Segundo: um desenvolvimento econômico bastante forte. Terceiro: uma burguesia que procura pacto com o movimento operário. Quarto: uma liderança operária que aceitou esse pacto e que de alguma maneira disse: está bem, vocês continuem aí produzindo a riqueza que nós vamos ajudar a gestão, com a condição de que nós tenhamos mais controle. Isto foi o pacto da social-democracia na Europa. E não

se pense que é apenas tapeação. O Partido Social Democrata na Suécia é enraizado na classe trabalhadora, o inglês também. A classe trabalhadora é que aceitou uma espécie de transformismo, como diria o Gramsci. Só que um transformismo de baixo para cima. No Brasil, enquanto não se tiver um movimento de trabalhadores forte, não se tiver sindicatos ativos, nenhum partido propriamente operário, nem burguesia disposta a oferecer cogestão ou codireção para nada, quem quiser ser social-democrata é... bobo. O que há de novo na conjuntura brasileira é que, de fato, alguns setores da sociedade civil passaram a existir, movimentos importantes dentro das igrejas, movimentos de bairros, alguns movimentos jovens e o surgimento, bastante promissor, de um movimento sindical autônomo e atuante. Diria que um partido de esquerda no Brasil seria um partido capaz de recolher e expressar todos esses movimentos. Há aspirações, algo mais definidamente favorável a algumas transformações sociais. Qual é a força e os limites delas? É algo ainda a ser definido, a ser discutido no próprio processo de organização desse partido.

Temos diante de nós uma tarefa de imaginação criadora, de imaginação sociológica muito importante, que é criar algo realmente novo em termos de partido político. Não podemos continuar pensando que estamos no século XIX quando estamos indo para o XXI. Às vezes vejo que a discussão é pobre, que está baseada num contexto que não existe mais. E quando se tenta dizer isso, pensam que você está querendo fazer conciliações. Para ser de esquerda não precisa ser bobo. Tem que ter capacidade de entender o processo que está em emergência para imaginar uma fórmula político-partidária que seja também nova nesse sentido.

**P: Por enquanto essa fórmula ainda seria o MDB... Mas isso seria suficiente para encontrar eco nessas novas lideranças sindicais?**

FHC: Acho que isso, em parte, vai ocorrer. Você não faz política sem ter uma base real e essa base existe, mas ela não fica somente dentro do MDB. Eu tive, por exemplo, contatos com líderes sindicais dos mais famosos. E não fui eu quem os procurou, não. Mandaram recado que queriam conversar e disseram que iam me apoiar para o Senado. Isso representa uma mudança, também, no estilo de participação das forças populares. Já não ficam, como no passado populista, à espera dos candidatos que mais prometem. Eles mesmo escolhem os nomes e programas que mais se identificam com seus próprios interesses e tomam a iniciativa do contato, não só para comprovar intenções, mas evidentemente para pressionar os políticos no sentido de uma identificação maior ou de um compromisso que melhor atenda às suas reivindicações.

**P: E o que resultou desses contatos?**

FHC: O mais importante é o compromisso que assumi com as reivindicações trabalhistas e que resultou num documento conjunto das lideranças sindicais, elaborado de comum acordo comigo. Desse com-

promisso nasceu a candidatura do advogado trabalhista Maurício Soares de Almeida para suplente de Senador. Quando da divulgação do documento conjunto, no lançamento da candidatura do Maurício Soares de Almeida à suplência em minha chapa, o Luís Inácio da Silva – o Lula – declarou formalmente que esses dois nomes representavam hoje uma escolha que o movimento sindical não teve nos últimos 14 anos. E foi muito claro: “Cabe a nós (trabalhadores) encabeçar a luta, porque eu acho que eles têm que ir a reboque dos trabalhadores se quiserem ser eleitos”.

É uma linguagem totalmente diferente da que nos habituamos a ouvir. Mais que isso, é uma *atitude* radicalmente diferente e uma perspectiva de participação popular, como sem dúvida não presenciámos, com tanta clareza, nos últimos 40 anos!

**P: O que é que o documento traz de novo?**

FHC: Muita coisa! Em primeiro lugar, a prioridade da liberdade de organização sindical e da organização partidária como instrumento da transição do Estado autoritário para o Estado democrático.

Com isso os trabalhadores inovam o debate, apontando para as questões substantivas – e não meramente jurídicas – do Estado de Direito, fazendo a ligação clara entre a democracia e a liberdade de luta pelas reivindicações econômicas, sociais e políticas da maioria, passando pela liberdade de organização sindical e partidária.

**P: E quanto à estrutura sindical?**

FHC: Os trabalhadores afirmam o princípio da autonomia sindical e da participação popular. Ou seja, as organizações sindicais só são legítimas quando obra dos próprios trabalhadores e, conseqüentemente, as políticas sociais e econômicas só têm legitimidade quando contam com a sua participação direta.

Por outro lado, a autonomia sindical não é apenas afirmada como princípio, mas formulada em reivindicações concretas e muito claras:

- o direito de greve;
- o direito à ação independente dos sindicatos, sem tutela nem intervenção direta do Estado, e protegida pela garantia da estabilidade no emprego;
- o direito à negociação livre entre sindicatos e empresas, a partir da garantia legal dos direitos fundamentais e comuns a todos os trabalhadores, como salário mínimo, férias, duração da jornada de trabalho, etc;
- o direito de organização no próprio local de trabalho, de modo a poderem negociar reivindicações específicas.

**P: E no que se refere à organização político-partidária?**

FHC: Este é um passo muito importante, porque até há pouco tempo falava-se numa desconfiança generalizada, entre as lideranças sindicais mais autênticas, no que se refere à política partidária. A posição dos trabalhadores, firmada nesse documento, é de reconhecer, na li-

berdade de organização partidária, um princípio tão importante para a manifestação dos interesses dos trabalhadores, quanto a própria liberdade sindical.

Eles reivindicam o direito de organizarem, por si mesmos, as estruturas partidárias que melhor correspondam às suas necessidades de auto-representação política em todos os níveis, nacional, estadual e municipal. Textualmente, o documento afirma: "A existência de organizações político-partidária dos trabalhadores, na medida em que traduz o exercício dos direitos de livre associação e de livre participação no processo de formação da vontade coletiva, só se verifica no contexto democrático que consagra, de forma ampla e irrestrita, o princípio do pluralismo e da legitimidade dos conflitos entre discordantes, enraizados na estrutura social"

**P: Não seria mais lógico apolarem um candidato trabalhador, em vez de um sociólogo e um advogado?**

FHC: Nisso, também, o Lula foi muito claro, quando disse que "o Maurício não representa os advogados, a classe dos que têm diploma, mas ele representa - como poucos dirigentes sindicais - a pessoa dos trabalhadores". E também se referiu aos que repetem que eu não "represento" os trabalhadores: "Eu entendo, disse ele, que os trabalhadores devem eleger aqueles que podem defender seus interesses". *Acho que os trabalhadores têm uma idéia mais clara do que é a representação de interesses no plano político.* Seria chover no molhado reafirmar que eu endosso tudo isso. Mais do que eu possa dizer está nesse documento que firmamos em conjunto, na incorporação dessas reivindicações em minha plataforma e no que representa a indicação do Maurício Soares de Almeida para a suplência. Fatos, não palavras.

**P: Essa nova atitude das lideranças sindicais não levará a um processo de democratização com grande dose de pressão social? Seria possível uma comparação com a Espanha?**

FHC: O papel das *comisiones obreras*, grupos articulados e de grande autonomia, foi sem dúvida fundamental ao lado dos protestos de outras áreas. Tudo isso somado às questões nacionais, regionais. Então, o Exército não tinha mudado, nem perdeu a guerra, mas o regime estava exaurido e a pressão social interna estava muito alta. Não é comparável com a situação do Brasil. Em comparação com a Espanha, nossa pressão social é baixa. Este é um dado que se precisa entender. Não tínhamos greves amplas há muitos anos. Na Argentina de hoje mesmo há greve. Nós temos que entender que é por isso que a transformação do regime autoritário no Brasil está se dando sob controle. Houve uma transformação na sociedade, incluindo partes do próprio Estado, como a burocracia estatal, etc. Pessoas que foram sendo contaminadas pela idéia de que não é necessário manter a situação de quem está em guerra ainda. Isto porque ganharam, não porque perderam. Os empresários, por exemplo, estão achando que é possível mudar as coisas porque estão por cima. Então, nossa margem de manobra objetiva não é

tão grande. Acho que o que se pode esperar deste processo político é talvez um Estado de Direito, talvez um regime de orientação democrática e de aspiração popular. Mais do que isso... com que roupa?

**P: Mas a tendência é que surjam ou aumentem as pressões...**

FHC: Bem, o quadro hoje é este ou será que estou errado? A pressão social é relativamente baixa e as Forças Armadas não perderam. As Forças Armadas sentiram há pouco, entre elas, que para acusar o inimigo tiveram que usar um documento frágil e ridículo. É neste quadro que estamos nos movendo. O quadro de uma transformação que, do ponto de vista da ciência política, é muito interessante, pois é uma transformação que vai-se dando sem que as pressões de baixo sejam suficientemente fortes. O que vai acontecer agora que elas começam a existir? Aí é que as coisas se complicam para quem quer fazer a transformação sob controle.

**P: De fato, as pressões sociais estão crescendo. As greves estão aí. Isso era previsível para o cientista social?**

FHC: Pouco importa o que se diga, pois muitas vezes o cientista social está condenado a "prever" o passado. O que importa é que as greves provocaram uma grande surpresa para a sociedade: foi a constatação de que existe alguma coisa além do Estado, existem grupos sociais – não só empresários, mas também trabalhadores preocupados com a distribuição da renda neste País. Porém, o fato mais auspicioso e salutar é que se começa a reconhecer que esses grupos existem completamente desligados do Estado, o que significa uma independência relativa das classes. Hoje, é possível fazer negociações com os empresários. Porém, o mais importante é o fato de que, na prática, certas regras muito rígidas – e essa rigidez é anterior a 64, vem dos tempos do Getúlio Vargas – e certas formas que regem os conflitos entre classes são postas em dúvida, e até certo ponto a greve é aceita como legítima pelos empresários. A greve, é ilegal segundo a legislação. Mas a prática nos levou a concluir que a lei é imoral.

Creio que as negociações entre trabalhadores e empresários passarão a ser vistas como uma relação democrática, o começo da legitimação dos conflitos, pois não existe democracia sem uma legitimação dos conflitos existentes entre as classes que compõem o universo produtivo. A grande surpresa foi que o empresário não apertou um botão e chamou a polícia, o que nos leva a concluir que o que está acontecendo agora é um avanço.

**P: Os trabalhadores, sobretudo as lideranças, estão convencidos dessa mudança?**

FHC: O melhor que eu posso fazer é citar o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Arnaldo Gonçalves, num debate recente de que ambos participamos e, o que é mais significativo, juntamente com empresários. Ele disse que "durante todos estes anos os trabalhadores nunca participaram da riqueza que criaram, sempre estivemos marginalizados. Os trabalhadores vêem sua participação diminuída

dia a dia e nós queremos mudar esta situação, acho que o trabalhador deve participar daquilo que produz". É com base nisso que tentarei demonstrar, em minha campanha, que as teorias do regime de força que vigora no Brasil não resolvem, e que os protagonistas das reformas políticas, econômicas e sociais devem ser as forças que sofrem a exploração, que vivem espoliadas.

**P: A questão é saber se o regime absorverá – como se diz – essa nova realidade.**

FHC: Até agora não, e isso é mau. Parece que, ao contrário, o Governo tem-se esmerado em resolver o problema de um ângulo que seria curioso se não fosse dramático: *como ganhar eleições contra o povo.*

Aproveitando-se de uma simples crise parlamentar – que aliás, muitos consideram manipulada – editou o “pacote” de abril e com ele mudaram-se todas as regras do jogo no País. Não dava para o Governo ganhar as eleições para governadores, então passa-se a nomear governadores. O Governo perderia a maioria no Senado em 1978, então, passa-se a nomear um terço dos senadores. Para que seu próprio partido, a Arena, não mostrasse alguma veiledade de participação mais ativa e independente, o Governo decidiu modificar as eleições indiretas, que propusera para o País. Ao invés de eleições indiretas, o Presidente da República passou a nomear diretamente os governadores, vice-governadores e senadores que anunciara seriam eleitos em pleitos indiretos.

Esta é a situação atual. O regime que aí está não tem nada a ver com as classes populares e nem nunca teve. Ele absorve as pressões dos trabalhadores, mas a contragosto. O que é mais surpreendente, ainda, é que não tem nada a ver com a classe dominante também. Os “Constituintes do Riacho Fundo” não ouvem mais ninguém. O que temos, no momento, é um sistema republicano sob a égide de um rei.

**P: Mas você afirma que, mesmo a contragosto, está tendo que absorver as reivindicações dos trabalhadores. Isso faz prever modificações?**

FHC: *Para modificar esta situação, precisamos organizar forças que sejam capazes de substituir o que está aí.* Há um esgotamento, uma exaustão do regime vigente no País. Só assim haverá mudanças. A Oposição não pode, portanto, continuar apenas denunciando a situação, apenas sendo contra. É preciso dizer o que se imagina como soluções, propor os remédios e principalmente como aplicá-los, quem vai executar as transformações.

O papel de um partido como o MDB não pode ser outro senão uma espécie de lança para acordar outras forças sociais *para que elas se articulem e avancem.* Estamos vivendo o momento em que o conjunto da população começa a perceber o que fazer, o MDB deve dar guarda a tudo isto. Para realizarmos as transformações precisamos *organizar forças políticas populares poderosas.*

**P: Para organizar essas forças populares, onde estão as lideranças? Em outras palavras, com quantos Lulas se faz o verão da democracia?**

FHC: Realmente, o Lula é um homem excepcional. Mas há muitos seres excepcionais. Eles não podem é brotar. Esse operariado que está se movendo não é o das greves dos anos 50, nem o das do início da década de 60, principalmente ligados às grandes empresas estatais – portuários, ferroviários, etc. É o operariado ligado à grande indústria moderna. É outra classe operária que está-se mexendo, que tem outras demandas e que requer um tipo de liderança mais aberto, para entender que o problema é de salário, sim, mas não é só de salário. É de relacionamento com os patrões, contrato coletivo, etc. O Lula representa o que há de novo, ele é uma espécie de força da natureza, mas ele é tudo isso porque representa condições novas.

**P: Essas condições novas iriam até à organização de um partido dos trabalhadores? É nesse sentido que vai sua candidatura para o Senado?**

FHC: Não é bem isso. Eu acho que, por razões históricas e estruturais, as tendências favoráveis à formação de partidos estritamente operários no Brasil têm fracassado. Não é porque inexistem grupos e pessoas com vontade de fazê-los, especialmente entre intelectuais e nas classes médias. Ocorre, entretanto, que a industrialização brasileira e a formação da classe operária dão-se entre nós sob a égide do capitalismo oligopólico. Este cria trabalhadores e cria um mercado de consumo de massas ao mesmo tempo. Até a década de 50-60 ainda se poderia imaginar que a história da classe operária brasileira repetiria a da França, ou mesmo a do Chile. Hoje, só quem não está atento às transformações do mundo pensa assim.

Quanto a mim, já disse que não tenho a pretensão de ser o *candidato* dos trabalhadores. Eles têm poucas opções neste regime, neste momento, e uma dessas opções passa pelo MDB, pois o MDB é um instrumento – talvez decisivo – para a democratização. *Mas o compromisso fundamental dos trabalhadores, hoje, não é com uma candidatura ou mesmo com o MDB, mas com a democratização e com as condições que só a democracia oferece para a concretização de seus interesses de classe.*

### CAPÍTULO III

## ELEIÇÕES: O POVO DÁ A LIÇÃO

*Vencer as eleições, hoje. Tapar o sol da vontade popular com a peneira da lei Falcão. As lições do passado. Recolher sugestões vindas de baixo.*

#### 1. *Vencer as eleições, hoje*

##### **Pergunta: Eleições, agora, para quê?**

Fernando Henrique Cardoso: Para começar, as teses gerais do MDB são claras, de minha parte não há discordância em relação a elas. Queremos democracia, mas democracia já; precisamos agir como se, na prática, já existisse a democracia; precisamos fazê-la com as nossas próprias pernas, o que significa independê-la de diálogos, conversações, etc. Para não ser retórico, porque o estilo de minha campanha será anti-retórico, significa algumas coisas simples e diretas.

O que há de novo no Brasil de hoje? O que se quer mudar? Fala-se muito que estamos numa fase de transição. Transição do que, se sabe: do autoritarismo. Agora: "para quê?", essa é a questão.

Temos que dar um passo à frente. O MDB deve correr bastante, para chegar onde a sociedade está chegando. Quero dizer, com isso, que hoje existe um sentimento mais profundo de autonomia, de vontade de identificação. Exemplo: os trabalhadores em suas greves, nos seus movimentos sociais, o que é que eles dizem? "Eu sou trabalhador. Eu não sou estudante". E as mulheres, o que é que dizem? "Há uma questão feminina. Eu sou mulher". E assim vai. Cada grupo social quer se expressar, quer ter sua identidade.

Então, mudar no sentido de acabar com o estilo da política em que todos os gatos são pardos. O PSD morreu. O que quero dizer com "o PSD morreu"? Quero dizer que, hoje, para a gente dar um passo à frente, tem que ter muito claro quais são os interesses, quais são os ideais e, mesmo, quais são os conflitos. É possível fazer aliança? É e se deve. Num país do tamanho do nosso, não muda nada se não houver acordo. Mas os acordos devem partir do que cada um é, e do reconhecimento disso.

**P: Em suma: mudar para quê?**

FHC: Mudar, para mim, significa uma democracia que aceite autonomia, a proposição de cada grupo social. Mudar significa também, basicamente, que temos de inverter, digamos, as ênfases dos processos de desenvolvimento. O país cresceu. É próspero. Poucos países do mundo se industrializaram como o nosso, tão rapidamente, tendo uma fronteira agrícola para ser conquistada. Quer dizer, há campo. Entretanto, esse campo está sendo acaparado por muito poucos. Este é um país em que temos que acabar com os super-ricos e com os miseráveis. Estou repetindo uma frase que me foi dita por Manuel de Melo, o pastor, que achei muito boa.

Então, assim como eu digo democracia para mudar, queremos também salários altos e juros baixos, que é o lema que significaria o passo adiante a ser dado agora. Salários altos e juros baixos. Porque as coisas estão ligadas. Quer dizer, por que é que existem juros altos? Por que o modelo todo está pendurado para fora? Tem de mudar.

Isso tudo implica o quê? Implica uma renovação profunda. Acho que se dissemos, no passado, "sem medo e sem ódio", hoje temos de dizer "com firmeza e com esperança". É a minha mensagem.

**P: Dentro dessa perspectiva, quais são as possibilidades de vitória do MDB e, conseqüentemente, da vitória dessas teses nestas eleições? Há possibilidade do MDB repetir a grande vitória de 1974 mesmo sem o acesso ao rádio e à televisão?**

FHC: Eu acho que as perspectivas são boas, porque as eleições, como em 1974, vão demonstrar o grau de avanço da consciência do nosso povo com relação ao problema político. Eu acho que esse negócio só pode ter aumentado depois de dois anos de debates mais intensos, em 1976 e 1977, depois que nós fomos vendo o aumento de dissidência dentro dos setores governamentais.

Eu não vejo nenhuma razão para imaginar que a votação possa vir a ser decepcionante. Com uma condição, que o MDB se posicione. Quer dizer que, se o MDB ficar encolhido – não preciso dizer que ele tem estado nos últimos tempos –, é claro que essa votação também vai ser uma votação mais acanhada, não vai refletir a vontade popular. Isto vai depender de nós, da nossa capacidade de levantar palavras de ordem na campanha, que sejam consoantes com o que pensa a população.

Você falou na televisão e no rádio. É muito importante, mesmo, que reflitamos um pouco sobre isso. Vamos ter que fazer uma campanha em outro estilo, vamos ter de fazer uma campanha muito diretamente, ligada às articulações da sociedade brasileira. Evidentemente vai ser uma campanha trabalhosa, de bairro em bairro, discussões em clubes de mães, tudo isso tem de ser mobilizado. Numa sociedade como a nossa, é claro que a televisão e o rádio têm uma potencialidade imensa. Mas existem, simultaneamente, meios de comunicação não formais que se estabelecem. Isso não é só aqui, não. Nos Estados Uni-

dos, quando houve o caso Watergate, a mobilização contra a guerra do Vietnã, não foi feita pela grande imprensa e nem pela televisão. Quando chegou lá já havia uma consciência nacional, que foi sendo criada. Eu acho que aqui pode acontecer a mesma coisa. O problema todo está em fazer com que a população sinta que o voto tem sentido.

**P: Um novo tipo de campanha implica novo tipo de contato com as bases eleitorais. Implicaria também um novo tipo de político?**

**FHC:** A sociedade brasileira está mudando com tal rapidez que muita gente nem percebeu. De nada adianta ficar levando mensagens feitas, elaboradas em gabinetes ou em cátedras políticas, para um eleitorado já muito consciente do seu papel no processo político.

Nosso papel de político é processar as demandas que constantemente estamos recebendo da população. Veja que *os movimentos contra o custo de vida, as greves operárias e as manifestações pelas liberdades democráticas não carecem de lições de iluminados. Eles brotam da necessidade da população, que já sabe muito bem o que quer*, ou seja, melhores condições de vida. Um dos grandes defeitos do político brasileiro é falar mais do que ouvir. Por isso, estou tentando mudar a sistemática de se fazer política no País. Assim, ao invés de ir aos sindicatos procurar apoio, já venho recebendo adesões de importantes líderes sindicais, da Igreja e de entidades de bairros. A verdade é que os grupos sociais querem exercer sua capacidade de pressão organizada, e isto já vem sendo colocado em prática. Daí por que devemos centrar nosso trabalho na valorização dos assalariados em geral, desde o operário ao professor primário e aos grupos de classe média.

É preciso uma campanha mais popular para o Partido ser mais popular, no sentido de abranger amplas camadas de assalariados da sociedade, de tal maneira que possam expressar os anseios dos que estão à margem do sistema decisório. Existe o risco de se cair no populismo – a manipulação dos interesses populares por aqueles que estão no sistema decisório – mas pode ser evitado se a base da sociedade estiver articulada para controlar o encaminhamento das questões que lhe dizem respeito. Só se evita o populismo com a organização autônoma dos interesses das camadas sociais, e aí estão as associações de bairros, de profissionais liberais; os sindicatos, que devem se tornar livres e independentes. São focos latentes, tênues, mas que devem ser incentivados a uma participação não apenas eleitoral, mas também nas questões sociais, no dia-a-dia da sociedade.

Um partido popular não se forma exclusivamente das bases, mas precisa também de setores da classe média. Inversamente, os Partidos modernos não são apenas das classes políticas, mas devem expressar os interesses da sociedade. Numa campanha, a política deve ser pedagógica, atendendo e influenciando outros grupos, além das classes políticas.

**P: Sou tentado a dizer que o que levou você a fazer política foi pensar que você encarna esse novo tipo de político...**

FHC: Bem, eu nunca deixei de fazer política, mas acho que chega um momento em que você tem que se organizar. Acho que a ação só tem sentido real se você for capaz de, nesse processo, lançar não só novas idéias, mas novos concorrentes. Eu levo uma vantagem porque não sou "raposa" da política. É uma vantagem, porque o eleitorado está cansado, cansado de político no sentido tradicional. Eu acho que, da mesma maneira como se sente, por todos os lados, uma vontade de mudar, dissidências, rebeldias, isso começou a acontecer também no MDB e também nos setores que não estão no MDB e que estão participando das oposições, estão tentando ver se é possível dar um outro rumo às coisas. Eu acho que é uma espécie de percepção - de coisa que está no ar - de que como está não vai ficar. É preciso dar um passo. Então, minha candidatura nasceu basicamente dessa vontade de dar um passo. Não é vontade só minha, embora pudesse ter sido.

Como nunca me havia metido em política eleitoral, isso para mim é uma coisa até certo ponto nova. Não é totalmente, mas é até certo ponto nova. Para poder dar expressão a um certo tipo de posição, era preciso encontrar alguém que fosse capaz de ter alguns apoios de dentro do MDB, sensibilizar o MDB, depois fora do MDB. Demos tratos à bola para ver quem poderia cumprir essas funções e, aparentemente, por algumas razões da própria evolução da minha inserção na vida brasileira, parece que eu tinha mais possibilidades de desempenhar esse papel do que outros. Por isso foi feita a candidatura.

**P: A que tipo de posição você se refere?**

FHC: Na verdade, o sistema não satisfaz de maneira nenhuma. E, agora, durante a campanha, estou verificando até que ponto a legislação excepcional é uma terrível camisa-de-força. A razão, no entanto, é esta: *muita gente percebe que este regime está para mudar. Sabemos de onde ele veio, mas não sabemos para onde vai. É exatamente esse desafio, representado por não saber para onde vamos, que me incentivou a ter uma participação mais efetiva.* São Paulo, certamente, terá, no futuro um papel muito importante na política brasileira. Um papel que, desde 1930, salvo em um ou outro momento, não teve. Há uma evidente desproporção entre o peso da sociedade paulista, da sua economia, e sua participação política, e isso não pode continuar assim por muito tempo. Acho que devemos ajudar a abrir caminhos, a construir alternativas. Esse o sentido principal da minha participação, da minha motivação pessoal.

**P: Mas como abrir caminhos? As alternativas não estariam limitadas pelos obstáculos do tipo Lei Falcão? É possível uma campanha eleitoral livre e pedagógica com a Lei Falcão?**

FHC: O enfraquecimento da Lei Falcão é pré-condição para se ter uma campanha minimamente decente, embora, como já disse, haja mecanismos para se permear esse obstáculo e tudo dependerá da liberdade de imprensa, da televisão e de quem se disponha a falar.

Eu proponho - e tenho dito isso há muito tempo - que temos de fazer aqui o que Mahatma Gandhi disse na Índia: há o momento da desobediência civil. Quando as leis são de tal maneira injustas, que se tornam ilegítimas, devem ser desobedecidas. Acredito que, justamente em função de Gandhi e de quase todos os grandes pensadores do mundo, há momentos em que devemos ir para a desobediência civil. E este é o momento. Sendo lei iníqua, a desobediência civil não é subversão. Subversão é manter a iniquidade.

As palavras têm que ter um certo peso. Se não, é retórica. E nós queremos decisão. Eu sou contra a Lei Falcão e me disponho a desobedecê-la. Todos nós, que queremos democracia, assumamos um compromisso real, por atos e não por palavras, de protesto.

## *2. Tapar o sol da vontade popular com a peneira da Lei Falcão*

**P: Esse protesto tem apenas o sentido mais imediato de contornar as dificuldades de uma campanha eleitoral, ou coloca um problema mais geral e mais profundo do significado da democracia e do respeito à vontade popular?**

FHC: Está claro! Com a Lei Falcão os donos do poder voltaram, no Brasil, a tentar solucionar a quadratura do círculo. Quer-se eleições mas teme-se a vontade do eleitor. Nessas circunstâncias, qualquer "remédio legal" corre o risco de matar o doente com a cura. No caso, a liderança governamental optou pela volta a antes de 1930, a pretexto de despolitizar a eleição municipal de 1976. Mas como, se o próprio Presidente da República foi a Gramado, na mesma ocasião, proclamar a importância do pleito?

Foi num quadro político desse tipo que o Ministro da Justiça se imortalizou, encaminhando ao Congresso a Lei Falcão. Acredito que é inútil especular sobre os propósitos e reiterar o significado da medida. São óbvios. A questão mais importante é outra: será que os responsáveis pelo encaminhamento das questões institucionais no País não perceberam que esse tipo de recurso não resolve qualquer problema básico no quadro político brasileiro?

**P: E não resolve?**

FHC: Em primeiro lugar, é um engano pensar que a limitação do uso do rádio e da TV possa alterar substancialmente o resultado eleitoral. As pesquisas estão à disposição de todos, para mostrar que se não houver um fato político novo, o MDB vai ganhar, em geral, nas cidades de mais de 50.000 eleitores e a ARENA tem chances razoáveis nas outras.

Em segundo lugar, nas eleições de 1974, ao contrário do que muitos pensam, o resultado favorável ao MDB, em alguns Estados, não se deveu à propaganda na TV e no rádio. Os índices de audiência destes programas foram baixos e, em muitos deles, a ARENA contou com mais ouvintes do que o MDB. A opinião pública, nas sociedades de

massa (e partes do Brasil, caem nesta categoria) forma-se de maneira mais complexa e menos homogênea do que fazem crer as teorias do "homem unidimensional" e da manipulação através dos meios de comunicação de massas.

Nessas condições, os expedientes oficiais para dificultar a difusão da mensagem oposicionista acabam tendo efeito de "boomerang". Não apenas não resolvem a questão política nacional, como agravam as condições em que o partido do governo entra no pleito frente à opinião pública.

**P: Isso não caracteriza aquele temor da vontade popular a que você se referia?**

FHC: É um dos erros mais persistentes e daninhos na história política recente do Brasil: o de subestimar a opinião dos brasileiros e sua capacidade de formar juízos até certo ponto independentemente da propaganda e das pressões. Por que insistir nesse caminho?

O General Geisel, a seu modo, e meio desajeitadamente, parece estar à frente de alguns de seus conselheiros em matéria de compreensão do que seja o jogo político de massa. Vestiu a camisa da ARENA e saiu por aí. Ele acha que não existe incompatibilidade entre o exercício da Presidência e a chefia do Partido. Talvez não. Em circunstâncias normais, isto é, sem Lei Falcão, sem pressões indevidas. Entretanto, se os dois planos se confundirem, o da política de campanário e de vale tudo, com o da política como forma de expressar uma legítima visão da sociedade e do Estado, a eventual derrota não só ganha mais chance como terá o sabor de uma "crise de Estado", quando poderia ser apenas uma crise partidária. Sobretudo, quando se soma à campanha a autoridade alternativa do sucessor designado.

Admitindo-se que não seja este o propósito presidencial - o de provocar uma crise de Estado - porque, então, conduzir o processo político-eleitoral de forma a maximizar os flancos para o ataque da oposição contra as distorções do processo? Provavelmente porque, cheios de juridicismo repressor, os fazedores de leis-milagre para as eleições, embora vindos do ex-PSD, esqueceram-se dos conselhos dos patriarcas daquele partido: em política a versão é que faz o fato. Ora, a versão desta lei é de que o governo quer evitar a derrota da ARENA. Os dados eleitorais, deste jeito, vão acabar confirmando esta versão, pois não se ganha eleições com lei, mas com votos.

### *3. As lições do passado*

**P: Contudo, parece ter havido um retrocesso do MDB entre 74 e as eleições municipais de 76, justamente quando começou a vigência da Lei Falcão.**

FHC: As coisas são mais complexas. O resultado das eleições de 1974 surpreendeu a quase todo mundo. Aos Partidos, ao Governo, aos analistas e aos próprios eleitores. Com exceção de um número limitado de

líderes do MDB e dos que acompanham profissionalmente o comportamento eleitoral (como os jornalistas, ou os cientistas sociais), acreditava-se que o número de votos brancos e nulos garantisse, uma vez mais, a vitória da ARENA.

Abertas as urnas, veio a euforia das oposições. Mesmo os mais descrentes da legitimidade do processo eleitoral, perceberam que, bem ou mal, o apoio popular ao MDB simbolizou um protesto contra o estado de coisas prevalecente. Esse protesto foi mais forte do que a confusa reação negativista do voto nulo, que se apresentava sob o fundamento de que ele equivalia a "rejeitar o sistema".

Mas, passada a euforia, novamente a dura realidade começou a perturbar o sonho dos que confundem o momento de reação popular através do voto com o funcionamento rotineiro de um sistema democrático-partidário. Viu-se logo que o protesto do voto não teve como consequência imediata a renovação partidária: os eleitos em 1974 foram escolhidos pelos partidos antes da maré montante da vontade popular pôr em causa as máquinas partidárias. No ambiente morno de descaço que antecedeu a escolha e o registro eleitoral dos candidatos, entraram nas chapas aqueles que podiam furar duas barreiras, pelo menos: a dos atestados ideológicos e a da burocracia partidária. Um grande número de vereadores e de políticos por conta própria, de ex e atuais deputados e dirigentes acabou sendo eleito em 74 com as sobras da legenda oposicionista. Não tiveram que se comprometer, quer com as teses definidas pela direção nacional durante a campanha, quer com a vontade difusa do eleitorado (sendo que provavelmente as teses expressavam o sentimento popular daquele momento).

**P: Quer dizer que a maré oposicionista de 74 não influiu decisivamente no comportamento do Partido?**

FHC: Nem tanto ao mar, nem tanto à terra, mas não seria realista esperar que o MDB, enquanto conjunto de deputados e senadores, passasse a comportar-se, automaticamente, como um partido que representa o ponto de vista de um eleitorado consciente, com propósitos definidos e políticas também definidas. Nem os candidatos foram selecionados nesta base, nem o eleitorado; em 1974, tinha um grau de clareza quanto a objetivos e meios, suficiente para cobrar, dos representantes, coerência com o programa.

Sem dúvida, entretanto, o resultado eleitoral (14 milhões de votos para o MDB contra 10 milhões para a ARENA) dava uma caução para que os líderes da Oposição - pertencesse ou não ao Partido - tentassem aprofundar o debate sobre a vida política, para obter mais liberdade e participação e para que fossem mais longe na crítica social e econômica, coisa que alguns dirigentes do MDB fizeram no primeiro ano de mandato. O contra-ataque do governo custou, mas veio de rijo. Nesse contra-ataque, há dois aspectos a considerar. Um, negativista, foi o esforço para transformar as eleições municipais de 76 num pleito

sobre questões locais. Por si só isso não seria grave: afinal, nas eleições há muito o que discutir sobre os problemas do povo a nível municipal. Mas o Governo, através da Lei Falcão, tentou, de fato, restringir todo e qualquer debate partidário. Simultaneamente, sob o argumento de que cabe ao executivo cuidar dos interesses nacionais, despejou a carga publicitária na realização de obras e medidas oficiais de atendimento das queixas populares. O outro aspecto a considerar, relaciona-se com este primeiro mas, a longo prazo, não é negativo: pela primeira vez, depois de 1964, um Presidente e seu governo buscaram sanção popular através de um partido. Que este partido seja a ARENA e que os métodos usados sigam a mais pura tradição coronolesca-eleioeira do pior do estilo PSP-PSD., é um problema para quem diz pretender aperfeiçoar os métodos democráticos, mas não diminui a importância política da tentativa de revalorizar as eleições e os partidos como mecanismo de legitimação do poder.

**P: O que importa é que essas duas estratégias se revelaram frutíferas: a ARENA ganhou as municipais.**

FHC: A complexidade do problema, dificulta uma avaliação correta das eleições de 76. As interpretações correntes contentam-se em ressaltar que o bipartidarismo expressou adequadamente a opinião do eleitorado, sem preocuparem-se muito com discuti-lo ou nuançá-lo. As eleições passaram a ser vistas como um teste, não do Governo ou da normalização democrática, mas do bipartidarismo. Foi esse o empenho maior dos dois lados: o Governo, de vitalizar a ARENA como um partido com base popular; a Oposição, de expandir a máquina do MDB nas áreas em que ele é mais fraco, sem contestar, junto ao eleitorado urbano de massas, a legitimidade das eleições.

Vista deste ângulo, a eleição municipal de 76 foi um espetáculo coroado de êxitos. Como contribuição brasileira à história do bipartidarismo, ofereceram-se os louros da vitória a dois partidos. Nem cara nem coroa e... nem empate. Ninguém ganhou, mas também ninguém perdeu. Ou melhor, ganhou o Governo porque deseja distender, dirão seus partidários, ou, o que é quase o mesmo, ganhou a Oposição, porque também quer distender, dirão os emedebistas. Mas isso não explica nada, como sempre.

**P: Haveria, portanto, uma lição a tirar dessa confusão?**

FHC: Certamente: as eleições reafirmaram uma tendência clara do eleitorado: o MDB ganhou nos grandes centros e nas cidades médias, tendo dificuldades para vencer no "Grande Interior". Apressadamente, seria possível concluir: logo (como se o silogismo resolvesse os impasses políticos), com o tempo, como o País se urbaniza rapidamente, o MDB é o partido do futuro.

O olhar atento às perspectivas da Oposição no Brasil não pode deixar de registrar certos resultados que mostram dificuldades e fragilidades. Não me refiro às óbvias, tipo Lei Falcão, controle, máquina administrativa, etc. Penso noutras questões. Por exemplo: bem ou mal

a ARENA obteve um milhão de votos em São Paulo. É difícil dizer que sejam da elite, ou que se trata de eleitorado rural. Noutros termos: existe certa base popular-urbana disponível para a ARENA. Portanto, se o MDB dormir sobre os louros contando com a inevitabilidade da vitória nas cidades, terá surpresas em 1978.

O eleitorado oposicionista, especialmente no interior de São Paulo, reagiu à pouca firmeza da Oposição, que elegeu em 74 alguns homens que se comportaram como na tradição do clientelismo fisiológico. Tentaram fazer, do exercício do poder, um mercado para pequenas (e grandes) vantagens pessoais. Que isto tivesse ocorrido, poder-se-ia levar à conta da improvisação da vitória de 74, elegendo os que ousaram candidatar-se. Mas a fraca reação do partido e a demonstração pública da fragilidade da direção, em situações como esta, demonstram o que existe de frágil na organização oposicionista.

Por outro lado, condicionado pelo sistema do bipartidarismo ilusório, porque minado pela sublegenda, o MDB neste aspecto não se distinguiu - nem poderia - da ARENA. As alas e facções, das quais a mais notória é a "chaguista" do Rio, confundem o significado da votação na Oposição. De fato, quem ganhou no Rio, o MDB ou o "chaguismo"? Aparentemente, este último. Neste caso, ganhou ou perdeu a Oposição?

**P: Não seria possível dizer, então, que houve vitória da Oposição?**  
FHC: Houve, e vitórias nítidas. A de Porto Alegre (e do Rio Grande em geral) reflete a existência de um partido capaz de politizar e sensibilizar o eleitorado. Não é de menosprezar a tendência nas grandes cidades - como São Paulo - onde houve a inversão de posição entre ARENA e MDB quanto ao número de vereadores. E houve, sobretudo, campanhas de alguns candidatos que enraizaram mais o Partido na massa popular.

Mas a recusa de parte do eleitorado, dito mais ideologizado, de acompanhar o MDB, resultou em prejuízo, precisamente, para os candidatos que se batiam mais em função de temas e de uma concepção de política que se afasta do clientelismo fisiológico. Seja qual tenha sido o peso do voto nulo, ele certamente prejudicou o MDB e, neste, os candidatos que apresentavam programa visando obter votos mais conscientes. Não é isso que queremos.

Não seria correto, entretanto, criticar os partidários do voto nulo (embora eu seja obviamente contrário a essa posição e não é de hoje) sem analisar sua motivação e sua consequência. A própria possibilidade de ter surgido uma tendência deste tipo entre os mais ardorosos oposicionistas, e de uma fração do eleitorado segui-la, indica que houve certo distanciamento entre o MDB e parcelas da opinião. Que essas parcelas podem crescer, não há dúvidas: até 1974 a votação em branco e o voto nulo pesavam consideravelmente. Cabe ao MDB reconquistá-las.

Trata-se de admitir mais explicitamente em seu seio, e nas sublegendas, uma tendência oposicionista e popular mais consistente – embora minoritária dentro do Partido – para não correr o risco de ver-se desguarnecido à esquerda e desfigurado diante da ARENA.

Em suma, justamente porque as tendências do eleitorado têm-se mostrado consistentes e firmes, a tendência do voto pode mudar caso não haja firmeza das posições.

**P: Explique melhor.**

FHC: Em 1974, por exemplo, as análises das eleições – de que participei e que reuniram cientistas de várias instituições de pesquisa – atestam que o *espantoso* resultado do MDB tem raízes bem mais profundas que as supostas pelos arautos do regime e da imaturidade popular. Essas raízes ligam o MDB ao grosso filão dos partidos populares, que sempre se opuseram aos ancestrais elitistas e conservadores da ARENA. Em todas as oportunidades em que se identificaram com o interesse do eleitorado, foram majoritários.

Em outras palavras, o sentimento de oposição, esse conjunto de interesses que foram projetados sobre o MDB em 74, não é recente, nem episódico. Foi constatado até entre os bóias-frias da região de Campinas que, no dizer dos sociólogos, estão no limiar da cidadania. Embora descrentes do sistema representativo, o próprio desenrolar da campanha terminou fazendo com que eles adotassem uma certa distinção entre os dois partidos: *o dos pobres*, o MDB, e *o dos ricos*, o partido do Governo.

Hoje, entretanto, essa distinção já não basta para esse eleitorado, que dirá para o eleitorado urbano, sobretudo os setores mais dinâmicos, como os operários sindicalizados que, a cada vez que falam, deixam claro que só apoiarão programas definidos que atendam aos seus interesses.

A mesma análise das eleições de 74 demonstra claramente o que alguns de nós já suspeitávamos instintivamente: a insatisfação conjuntural provocada pelo custo de vida, pelo arrocho salarial, pela opressão, é geral, mas a pregação dos partidos não sensibilizou as massas da mesma maneira; o que fez plebiscitar a legenda do MDB foi *a ligação entre problemas econômicos, problemas do dia-a-dia e soluções políticas*.

Como se verifica claramente nas opiniões expressas por eleitores dos dois partidos: quase 90% dos partidários do MDB concordavam que é hora de modificar a distribuição de rendas; 80% afirmavam, ao mesmo tempo, a primazia do voto direto e, além disso 2/3 confiavam na sabedoria do voto popular. Quanto ao eleitorado da ARENA, as suas proporções eram bem menores e, além disso, cerca de 60% desconfiavam pura e simplesmente da sabedoria da escolha popular, preferindo as decisões das autoridades...

Ora, é fácil concluir. *A vitória do MDB dependerá de sua capacidade de representar efetivamente todas essas tendências que se esboçam na vontade popular em múltiplos interesses que, com as experiências mais*

*recentes dos movimentos sociais, estão se tornando cada vez mais nítidas. É por isso que tenho afirmado, inúmeras vezes, que uma diversificação de candidaturas, representando uma diversidade real de tendências não divide, mas multiplica o potencial eleitoral do MDB.*

**4. Recolher sugestões vindas de baixo**

**P: Em certo sentido seria essa a motivação de sua candidatura, a de abrir novas opções para o eleitorado de Oposição?**

FHC: Antes de me lançar candidato, conversei com o Senador Franco Montoro. Que, inclusive, convidou-me para ser seu suplente. Consultei outros setores e, com todo o respeito que o Senador merece, constatei que alguns deles não se sentem representados por ele. Isso é real. Há, às vezes, um certo desgaste dos homens públicos, injusto até, mas que ocorre. Estou convencido de que a minha candidatura ajuda o MDB, na medida em que abre uma opção para os setores que talvez até votassem no Partido, mas com menor entusiasmo. Por outro lado, acredito que outras áreas, que não são especificamente as da oposição extrapartidária, possam se sensibilizar com uma campanha do tipo da que eu estou conduzindo. Mesmo pessoas que, no passado, foram até favoráveis a certos aspectos do Governo e que, agora, estão cansadas com a corrupção, com a desmoralização, com a demagogia. Por tudo isso, acho que a minha candidatura, na verdade, amplia as bases eleitorais do MDB.

**P: Que espécie de eleitorado julga que a sua pregação possa sensibilizar? Seria apenas, para usar uma expressão um pouco arbitrária, o eleitorado não fisiológico?**

FHC: Infelizmente o voto não fisiológico talvez não seja a maioria, porque, embora o eleitor não vote esperando algum benefício direto, existem máquinas que são reais. Mesmo no MDB. Assim, a vontade de se opor ao Governo é muitas vezes captada por grupos ou por pessoas que não são contra nada e simplesmente se beneficiam de um mal-estar geral. Preocupe-me de início, com o fato de que o nosso é um eleitorado preponderantemente jovem, onde uma mensagem forte, nítida – não demagógica e retórica, porém, que não é do meu feitio – pode penetrar. Um outro setor que considero importante e no qual, para minha alegria, penetrei bem, é o setor sindical. São Paulo tem uma liderança sindical nova muito importante e o Lula é a ponta de um iceberg, é o que está visível, mas não está sozinho. Uma parte do MDB é também susceptível de ser sensibilizada por intermédio de uma conduta e de uma campanha do tipo da que estou fazendo. Sem o apoio de uma parcela, pelo menos, da máquina política do partido, qualquer campanha fica difícil. Mas estou satisfeito com o que consegui até agora.

Só em São Paulo há 500 mil estudantes universitários. Onde não há diretório do MDB há faculdade. Mas só isso não dá mais. Se você não tiver uma mensagem plausível, não vai prá frente. Resumindo, há

rês outros setores que me interessam e sobre os quais estou trabalhando: um é o setor de trabalhadores. Então, falar em Democracia é saber como você vai resolver o problema da autonomia sindical, do salário, de uma Federação de Sindicatos, isso é real. Outro setor muito importante é o das Igrejas. Em terceiro lugar, e muito importante: a máquina política, o MDB mesmo. Aí vem um fato importante: na convenção, o MDB resolveu que eram dois candidatos só, não três. Então é cara ou coroa por questões internas do partido, tem muita gente que é anti-Montoro, a menos que a ARENA desse uma opção, e ela não dá. Aumenta muito minha possibilidade política dentro do MDB.

**P: Mas quais seriam suas possibilidades de identificar-se com esses setores extrapartidários? Você não estaria sujeito a uma crítica dos setores mais radicais por participar do que alguns chamam de política burguesa? Qual o seu itinerário, da crítica ao populismo à sua candidatura pelo MDB?**

FHC: Veja. Eu não me colocava na Oposição durante o Governo do Jango. E eu estava apoiando o quê? As reformas. As reformas a que se propunha o movimento popular em geral. Estava bastante próximo a homens como Almino Affonso, então Ministro do Trabalho. Eu não creio que tenha mudado, não no essencial. *Continuo achando que o fundamental é apoiar os movimentos de massa. Eu não acredito que o sistema político sozinho, mudando lá em cima, mude a sociedade.* Por isso insisto na idéia do movimento de massa. *Diz você que eu vou entrar na política burguesa:* eu não concordo com a expressão. *Eu estou na política que existe: que é a mesma onde qualquer um está.* Qual é a distinção entre política burguesa e política o quê? Qual a política não burguesa? É a política de massa. E esta política de massa passa muito frequentemente pelos canais existentes. Passa pela imprensa alternativa. A imprensa alternativa não está também inserida no mundo burguês? Nossa política passa eventualmente por alguns partidos que fazem o jogo parlamentar. Mas passa por setores desses partidos que não são setores, digamos, integrados e deliberados a manter o *status quo*.

**P: Você diz que não mudou no essencial. Qual, então, a sua visão do mundo, hoje?**

FHC: Primeiro, permita-me fazer uma certa distinção. Sou daqueles que crêm que as idéias têm um papel limitado no mundo. Quer dizer, *não acredito que o processo político e social seja comandado por idéias abstratas.* Então, se você quiser saber qual o meu ato de fé, como pessoa, eu sou favorável a acabar com o mundo de exploradores e explorados! Mas *isso é um ato de fé*, que tem talvez uma importância biográfica, uma importância moral. Mas o importante é desenvolver uma atitude política, e não uma atitude moralista. *Importante é saber quais são as forças sociais que estão se movendo numa dada direção. Importante é introduzir o ato de fé na conjuntura.*

**P:** Como você se coloca diante do Socialismo, ou o assim chamado Socialismo, tal como é na URSS, na China, em Cuba, como é que você se coloca?

FHC: Se você pensar o Socialismo tal como está no poder, o que existe de novo nesta segunda metade do século XX? Existe uma espécie de desencantamento do mito; você não pode hoje dizer que o que foi formulado no século XIX está encarnado na política prática existente na URSS ou mesmo na China. *Há um abismo entre o ideário do século XIX e a prática do século XX.* Eu acho, até como intelectual, que um passo importante é tomar consciência disso. Tomar consciência para saber como imaginar um socialismo que corresponda àquilo que estava muito vivo no século XIX, que era um sentimento de democracia. Democracia, como eu chamo, substantiva. Muito importante no mundo de hoje é ter uma atitude crítica, porém aberta. Quer dizer: uma crítica que não seja de jogar epítetos aqui, ali, mas para entender por que as coisas ocorreram de determinadas maneiras.

**P:** Mais concretamente: sua candidatura se apresenta como proposta diferente, como candidatura-alternativa, digamos, e em torno dela se reúnem aqueles candidatos comprometidos com programas democráticos e populares. Como você pretende, durante a campanha eleitoral, marcar essa diferenciação política frente aos adversários e também frente aos correligionários, como o Franco Montoro?

FHC: Primeiro, há um problema de estilo. Falamos sempre em ouvir as bases, mobilizar as bases, etc., mas na prática isso quase não se faz. Numa campanha eleitoral tradicional, espera-se que o candidato dê palavra-de-ordem, diga o que fazer. No entanto, pelas razões teóricas que antes coloquei e por razões políticas, acho que, numa fase de transição como a atual, muito pouco se sabe sobre o que fazer, menos ainda do que se pensa. Uma campanha como a nossa é, então, uma oportunidade para se praticar uma espécie de catarse, uma espécie de balançada geral no coreto, para ver se a gente recolhe, dos diversos grupos sociais, qual seria a plataforma política para o momento. Isto me parece melhor caminho, melhor do que imaginar numa postura elitista, uma saída intelectual e baixar a solução pronta e acabada. Precisamos fazer uma campanha realmente ativa, inclusive em termos de experiência, de estruturação de múltiplos comitês mais ou menos autônomos. *Quer dizer, nosso papel e nosso estilo é de criar um estímulo, um impulso, uma tentativa de recolher sugestões vindas de baixo...*

**P:** Mas essa proposta não parece difusa demais para permitir a diferenciação?

FHC: Sim, existe o risco. Mas você não pode imaginar que as coisas brotem espontaneamente; você tem que dar no mínimo um quadro, um marco sobre o que se pretende, não é? Então, eu digo que, na campanha, a gente deve ser radicalmente democrático. *Devemos ir até as raízes dos problemas, ir até a questão social, a ponto de mostrar que a questão da democracia está ligada ao problema da igualdade, o qual está*

*amarrado ao problema da propriedade. Eis a nossa temática, não para ser tomada em abstrato; mas no concreto. Então, temos de atender às demandas atuais. Que demandas? Por democracia, entendida como imprensa livre, parlamento livre, pluripartidarismo, etc., mas também demanda por participação efetiva de grupos de base. Há ainda, eu acho, uma demanda por controle, não no sentido de cogestão, mas no sentido de fiscalização. E há uma reivindicação clara para melhoria do nível de vida. E ao lutar pela solução desses problemas, você chega logo a barreiras e tem de tocar na questão da estrutura da sociedade.*

**P: Se você saísse para Deputado Federal eu não tenho dúvida que você venceria. Por que você saiu para Senador, que implica numa campanha muito mais difícil?**

FHC: Eu também não tenho dúvida. Mas veja, saindo como Senador, primeiro eu obrigo o Partido como um todo a tomar suas posições – eu ou Montoro. Também saindo como Senador, aqueles que estiverem mais próximos a mim na sublegenda, têm mais chance. E além disso, São Paulo precisa de liderança, é um Estado que tem poucas lideranças. E eu não estaria aqui discutindo com você se fosse candidato a Deputado Federal. Foram todas essas considerações que me levaram a essa decisão muito mais difícil, mais empenhada mas que, por outro lado, me dá um conhecimento de São Paulo, e da máquina, que é fantástico.

Além disso, acho que nós estamos num regime de transição de um Governo autoritário para uma coisa que é um ponto de interrogação. *Que depende das forças democráticas se organizarem para dizer o que vai ser no futuro.* Então, minha entrada na política significa a vontade de ajudar de uma maneira. E qual é essa maneira? *Acho que não se pode mudar um país baseado em estabelecer regras formais de direito: São importantes e necessárias, mas não são suficientes.* Então acho que, neste momento, você tem no País segmentos importantes da Oposição que não estavam participando diretamente do processo partidário e que não estavam com voz direta do Congresso. Outros estavam lutando. Mas acho que agora chegou uma hora em que, em São Paulo, estamos todos pela Oposição. Mas nós queremos saber como vamos fazer essa oposição amanhã.

## CAPÍTULO IV

### CONSTITUINTE: NOVO ESPAÇO PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR

*Constituinte: um novo compromisso. Mobilização popular. As questões fundamentais. Estado de Direito via participação popular.*

**Pergunta:** Vamos agora tratar de um tema – a Constituinte – que está subentendido em várias questões abordadas nesta entrevista, como o processo de democratização, a participação popular, a mudança do regime. A questão da Constituinte surgiu na Oposição, de certa maneira fora do MDB, mas acabou sendo incluída no programa partidário, sem contudo comprometer efetivamente sua direção. Começemos pelo princípio, qual o significado político de uma Constituinte?

Fernando Henrique Cardoso: Uma Constituinte é o mecanismo pelo qual, de alguma maneira, o que se convencionou chamar de vontade coletiva (que é uma abstração) se manifesta para traçar as regras do jogo político. Obviamente, a vontade coletiva, em qualquer sociedade, está sujeita a constrangimentos. Ela expressa, em ocasiões muito raras, a vontade de todos. Só pode ser a vontade de todos quando se tem uma democracia direta, quando então todos se manifestam, etc. Numa sociedade complexa, mais ainda numa sociedade de classes como a nossa, essa vontade não se expressa de uma forma límpida, e a Constituinte dificilmente reflete a opinião da maioria. Ela é um compromisso. Eu acho que a gente deve dizer as coisas pelo nome que têm. A palavra compromisso, eu digo sabendo o que significa, porque se trata de um compromisso realmente.

Ora, em qualquer ato político você tem que levar em consideração dois lados da questão. Por um lado, a filosofia política, o que são seus valores, até onde você quer chegar. Não se trata de uma colocação puramente idealista, de umas proposições ideais, mas é aquele conjunto de idéias que, no decorrer da prática social, num determinado momento, se apresenta como as idéias-força, que orientam a ação. E, por outro lado, existe o aspecto de como se chega até obter esses objetivos. A política é a relação entre essas duas coisas. A política implica, por um lado, todo um mecanismo do que fazer, como se costuma chamar, *a travessia*. Como é que se chega, de onde você está, até onde

você quer ir. Se você sabe aonde quer ir, nem sempre consegue chegar lá, porque as ondas podem impedir que você chegue lá. E isso é um limite tênue, também, entre o que é uma reação oportunística (porque a gente pode simplesmente perder de vista os objetivos e a ação vira oportunística) e o realismo, ou seja, considerar os meios de que se dispõe sem ser cínico e oportunista; esta é a questão.

**P: Como se coloca o problema no caso especificamente brasileiro?**

FHC: No caso brasileiro da Constituinte, – a gente tem que ser claro. Quais são os objetivos? Não há condição, na presente correlação de forças no Brasil – forças sociais e forças de todos os tipos – não há condição para se passar do estado de exceção em que nos encontramos, a um estado, digamos, em que, por exemplo, somente a classe dos trabalhadores da cidade ou do campo, ou uma aliança entre eles, seja a que vai impor a regra do jogo. Não há correlação de forças no Brasil atual com possibilidade de se efetuar uma tal proposta. A Constituinte não vai ser a expressão da vontade dessa maioria e eu acredito que ninguém pode imaginar que uma Constituinte se manifeste desta forma.

**P: Para que uma Constituinte, então, se tudo parece indicar que ela venha a ser o lugar de um novo compromisso entre as classes dirigentes, ou pelo menos entre os setores mais próximos das elites?**

FHC: A resposta, outra vez, é aquela relação entre os meios e os fins. Porque a *Constituinte é a maneira pela qual se abre um espaço político para melhorar as possibilidades de que a maioria possa participar da vida política brasileira*. Essa é a racionalidade substantiva para que se proponha a Constituinte. Mas nós, na verdade, estamos discutindo questões já muito avançadas, porque de fato a idéia de uma Constituinte, no momento em que foi proposta, era até muito mais limitada do que isso, simplesmente uma tentativa, diante da correlação de forças muito negativas que aí está. Mas as oposições tomavam em consideração que existe uma espécie de desgaste político do regime, que aqueles que suportam, que apóiam o regime, começam a se afastar dele, porque percebem que as questões básicas apresentadas por aqueles que se propuseram a assumir o controle depois de 1964, especialmente depois de 1968, não têm sido resolvidas.

**P: Quais seriam as questões básicas?**

FHC: Para eles, repito, não para nós, que pensamos em questões mais de base como a integração do homem do campo, como o aumento da participação dos trabalhadores no controle da vida nacional, das empresas, etc. A questão básica, para eles, era aumentar o poder nacional – esta questão é básica para todos nós, imagino. Mas, como é que eles encaravam a possibilidade de aumentar o poder nacional? Encaravam esta possibilidade dizendo: é preciso ter uma ordem interna que evite a corrupção e que faça uma alocação racional de recursos, e que transforme a economia numa economia orientada pelos interesses do Estado Brasileiro. Nenhum desses três objetivos foi alcançado. A corrup-

ção está aí, é visível. Foi posta a público pelas dissensões internas das forças dominantes.

Por outro lado, não foi possível obter um crescimento econômico que aumentasse o grau de autonomia real do Estado Brasileiro. Esse crescimento se fez com penetração das empresas multinacionais. Não é só penetração em si. É que o próprio modelo de desenvolvimento que se produz aqui está sendo condicionado pelas formas de produção determinadas pelas empresas multinacionais e, por consequência, isto enfraquece uma capacidade realmente autônoma do poder nacional de tomar decisões frente ao jogo de interesses aqui e no mundo. Portanto, os próprios setores dominantes começam a perceber que, talvez, o regime de exceção tenha servido, apesar dos objetivos, de uma espécie de cortina de fumaça, para que outras forças mais poderosas por trás pudessem moldar o perfil do estilo da sociedade brasileira, do estilo de desenvolvimento brasileiro.

É porque existe esse desgaste, esse cansaço por parte daqueles que suportavam este regime, que se coloca, então, a possibilidade de dizer: por que não começar de novo? Por que não tentar ver se é possível estabelecer algum mecanismo, alguma forma de compromisso político — repito a palavra, sabendo perfeitamente o que o poderão dizer, mas acho que a gente deve ter a coragem de dizer as coisas como são, e evitar que o idealismo infantil, beatífico, acabe substituindo a política. Isto é o que pode acontecer de mais perigoso, porque de certa forma dá “razão” à extrema-direita que vem e impõe a sua regra. Nós temos muita experiência disso. Então, volto a dizer, é preciso, neste momento, que se proponha uma espécie de compromisso político.

**P: Que compromisso seria esse?**

FHC: Este compromisso político é o seguinte: as oposições brasileiras, apesar de muito sofridas, apesar de que este sofrimento custou muito, até a vida de muitos, estão dispostas, não obstante, em vez de levar uma guerra de morte contra o sistema dominante, a dizer: temos ainda uma chance, uma oportunidade de construir um pacto constitucional que nos permita regulamentar a vida política brasileira por uma década, duas décadas, enfim, pela duração que uma Constituição possa ter.

**P: Esse compromisso poderia ser semelhante ao que ocorreu na Espanha, por exemplo? Poderia seguir um processo idêntico?**

FHC: O que ocorreu na Espanha foi algo que tem a ver com o Brasil; primeiro, que o regime franquista também se esgotou; houve um cansaço no regime franquista. Mas, em relação à Espanha há duas diferenças, pelo menos. Uma, que a Espanha está na Europa, integrada no Mercado Comum. Então, as forças econômicas da própria Espanha e do Mercado Comum pressionaram, de certa maneira, para que a Espanha se europeizasse e europeizar significa aceitar a necessidade das regras do jogo democrático. E a outra diferença, mais importante talvez, é que na Espanha o movimento atual de redemocratização foi precedido por um intenso movimento de lutas sociais. Um movimento dos

trabalhadores nas fábricas, comissões operárias, etc. Isto não ocorre no Brasil com a mesma intensidade. Temos de dizer as coisas como elas são: não há um movimento social no Brasil neste momento, comparável ao da Espanha.

**P: Por que não?**

FHC: Na Espanha as forças sociais se organizaram há mais tempo, com uma longa tradição de luta, e com uma capacidade de estruturação que não é comparável com o esforço quase sobre-humano que as forças populares estão começando a demonstrar no Brasil. E foi por isso que, apesar de que na Espanha as forças dominantes, especialmente o exército, continuem à direita, talvez não tão à direita, foi possível contrabalançar essa força por causa dos interesses da europeização e dos interesses das forças sociais espanholas. Mas, há uma distância entre o mundo e o que acontece aqui, onde alguns ainda pensam que a esquerda é um fantasma. Ela não é mais um fantasma no mundo. A Constituinte pela qual lutamos, vai ter que espelhar isto. E neste sentido, também, acho que é importante a definição de uma Constituinte. Ela terá que espelhar esta nova realidade mundial. Esta nova realidade mundial é que permitiria depois, talvez, colocar outras questões no Brasil. Então, eu creio que isto dá um exemplo de como é que eu vejo esta luta pela Constituinte de um ponto de vista que não é meramente formal de pensar: bem, vamos reestabelecer UDN, PSD, PC.

**P: O que seria, então?**

FHC: Vamos tentar atualizar o Brasil frente ao que aconteceu no mundo. Reconhecer os dez ou vinte últimos anos, quando houve uma imensa transformação na sociedade brasileira. E só quem é cego deixa de ver que isto aqui é um País que, nos últimos vinte ou trinta anos passou, de um país agrário a um país semi-industrial. Isto tem conseqüências. Qual é a conseqüência imediata? Uma classe trabalhadora do campo que nunca foi tomada em consideração e como que está excluída, pode continuar excluída? *Não, a Constituinte tem que ratificar a existência dos bóias-frias. Tem que ratificar a existência da camada trabalhadora. Como é que se ratifica politicamente a existência deles? Dando o direito de organização política.* Permitindo que os seus pontos de vista se expressem, permitindo que as forças não diretamente políticas, como a Igreja, a Universidade, os Sindicatos, não só existam, mas existam em função dessa diversidade da sociedade, o que é essencial, se quisermos marchar para uma ordem democrática. A ordem democrática não é como os ideólogos apregoam, especialmente os ideólogos europeus e americanos, uma ordem censural. Consenso é inimigo da democracia, em qualquer lugar. Nos países socialistas é a mesma coisa. *A idéia de consenso é manipulação. Não há consenso. Quando se apresenta tudo com unanimidade, é mentira.* A ordem democrática existe quando se reconhece que essas diferenças às vezes são negociáveis e, às vezes, não, aí há um impasse. *Democracia não solucio-*

*na. Não é um passe de mágica para resolver os problemas sociais básicos. Ela é apenas uma forma de permitir que os problemas se coloquem. A sua resolução não vai depender simplesmente da democracia. A democracia encaminha a forma de sua solução, de que maneira se vai dar a negociação, mas ela não soluciona de per si.*

À pergunta se a Constituinte vai resolver o problema do povo, a resposta é não. Ela coloca a condição necessária, mas não suficiente. São coisas tão elementares como estas que nós precisamos esclarecer. **P: Até há pouco tempo, havia um claro alheamento dos trabalhadores e da camada popular em geral no que diz respeito à Constituinte e ao debate político como um todo. Agora, os líderes sindicais mais importantes se reúnem para apresentar emenda à Constituição e chegam a pressionar diretamente os parlamentares.**

FHC: Isto é uma coisa importante, porque nós poderemos encarar a Constituinte de duas maneiras. Ou como uma assembléia que vai promulgar um pacto e então, digamos, as elites se juntam na mesma forma moderna em que se faria a transição do absolutismo a uma ordem constitucional; ou nós podemos encarar a Constituinte como um movimento social. É óbvio que as pessoas que pensam na redemocratização substantiva do Brasil devem encará-la do segundo ângulo. Ou, então, a Constituinte passa a ser uma mera lei feita por este Congresso ou por qualquer outro Congresso semelhante a este, que tem muito pouca força. O problema é de base; como eu disse anteriormente, na Espanha, houve dez, quinze anos de lutas sociais, de descoberta do povo da sua situação de injustiça, e o povo espanhol melhorou de condições de vida, estava melhorando quando lutou. Aqui o nível da luta social tem aumentado, mas ainda não atingiu esse ponto. Já houve momento em que se dizia que quase não existia luta social, depois, ficou muito feio, não se podia dizer a verdade, porque parecia que se estava traíndo a essência da classe trabalhadora. Mas a realidade é que existe uma baixa capacidade de mobilização e de atuação. Eu não acredito que seja inerente ao trabalhador brasileiro. Eu acho que isto depende, em primeiro lugar, de existir um clima maior de liberdade, para que possa haver uma manifestação mais organizada por parte dessas camadas populares; em segundo lugar, depende de que essa liberdade seja aproveitada por aqueles que usufruem, que são basicamente os homens que estão nos partidos, nas grandes organizações nacionais, nas ordens dos advogados, nas ordens profissionais, nos sindicatos, etc. que teriam que se mobilizar para chegarem até essas camadas populares.

**P: Não existe uma certa apatia das massas?**

FHC: Veja, quando se falava em votação e eleição há uns 4 ou 5 anos, se dizia a mesma coisa. A massa não se interessava pela votação. Em 1974 o que nós vimos? A massa votando entusiasticamente. Em 1976 nós vimos isso outra vez. Há alguns anos, quando se lançou o debate

sobre a Constituinte eu dizia: por que não pensar que daqui a pouco existe uma possibilidade de a massa participar ativamente, desde que nós tenhamos a capacidade de dizer, de maneira simples, qual é a ligação que existe entre a questão política, eminentemente política, com a questão social, com a questão da inflação, do custo de vida, da exploração, da falta de garantias sociais, enfim todos estes problemas que nós estamos debatendo no dia-a-dia.

De lá para cá, grande parte desse trabalho foi feito, pela imprensa alternativa, pelas igrejas populares, e veio ao encontro de um trabalho semelhante dos militantes sindicais e de organizações de base. Agora; quando você examina a Carta de Princípios da oposição sindical e as propostas de emendas apresentadas pelos sindicatos, pode parecer surpreendente como as reivindicações, não somente são claras, como também são muito precisas em termos políticos. Basta citar a questão da reforma partidária, da autonomia do Legislativo, da inviolabilidade dos mandatos, da anistia, que os líderes sindicais tratam com firmeza, ao lado das reivindicações propriamente trabalhistas...

**P: Você acha, então, que esse começo de mobilização das forças populares é capaz de alterar as perspectivas de uma luta pela Constituinte, e até mesmo o conteúdo do compromisso que há de vir?**

FHC: No mínimo, no que diz respeito à forma de lutar e às questões substantivas. Tem-se falado, por exemplo, em volta à Constituição de 67. A Constituição de 67, para o meu gosto, é uma Constituição muito restritiva. Eu acho que ela pode servir eventualmente para uma fase de transição, algo assim. A Constituição de 67, de alguma maneira, visava dar viabilidade ao milagre. Quer dizer, era uma Constituição que dava certas garantias, mas muito controladas, e não abria temas que às vezes são importantes. Por exemplo, a questão sindical. Como é que nós vamos manter a questão, depois do que houve no ABC? *Eu acho que os operários do ABC deram uma lição a todos nós, porque não ficaram discutindo se a greve é legal ou ilegal. Eles partiram de que o AI-5 é ilegal, é imoral, porque já não corresponde ao que se quer. Então, começaram a fazer greve. E dizem: "nós não queremos mais a tutela do Ministério do Trabalho". É generalizada essa demanda. Então, nós vamos ter que chegar a uma ordem jurídica que aceite essa demanda. Esta é uma forma muito concreta pela qual a participação popular já alterou o debate sobre a Constituinte.*

**P: Essa tendência significaria a formação de um processo histórico irreversível?**

FHC: Veja, não sei se ele é irreversível. Eu vivi no Chile muitos anos. No Chile havia uma idéia de que a democracia era irreversível; por causa dos 40 anos de experiência democrática, etc., etc. E nós vimos o que aconteceu: reverteu. Agora, como nós estamos, aqui, no começo de uma curva ascendente, mesmo que não seja irreversível, tem muito gás, tem força. Eu não sei, nós estamos discutindo aqui, pode ser que hoje estejam decidindo um novo pacote em Brasília, pode acontecer.

Isso pode ocorrer. Agora, não creio que, com novos pacotes, se resolvam os problemas que estão postos. Quer dizer, nós vamos ter que fazer um "rearranjo" Esse "rearranjo" será mais durável quanto mais ele for capaz de permitir que as demandas emergentes se expressem, se realizem. Se esse arranjo for feito tapando o sol com a peneira, não querendo ver que há demandas novas, ele vai ser precário. Se ele for feito aceitando a possibilidade de um jogo mais amplo na nossa sociedade, ele vai poder durar mais. Quer dizer, uma Constituição não aspira isso, não aspira botar uma camisa-de-força na sociedade, aspira dar uma norma para que a sociedade possa caminhar. Não nos esqueçamos que, há um ano, se discutia aqui coisas tão infantis como o Conselho de Estado. Lembra? Todos os "manecos" da vida inventavam aí que era preciso ter um conselho de Estado, que o conselho de Estado deve imperar, poder moderador, toda essa baboseira.

**P: A seu ver, a repercussão da campanha da Constituinte no MDB tem refletido essa necessidade de mobilização das forças populares e, mais ainda, essa capacidade de ouvir as demandas sociais expressas por esses setores?**

FHC: Francamente, não. A Constituinte é o alvo de todos os democratas, na medida em que ela significa a reivindicação básica de que só o voto popular direto e sem restrições dá legitimidade para reformas a fundo. Mas creio que o MDB não tem sido capaz de conduzir a luta política no sentido de prestar atenção à travessia. É preciso ligar a reivindicação geral da Constituinte, do Estado de Direito, com as reivindicações sociais e econômicas e é preciso dar à campanha o tom de reivindicação contemporânea. O coronelismo ressurgente do Governo deve ser posto em cheque na prática, por proposições oposicionistas que politizem os grandes temas da massa urbana: a qualidade da vida, a poluição, o sistema de transportes, a falta de lazer adequado; o cansaço e a irritação produzidos por um estilo de vida que reflete em si a exploração do trabalhador, a discriminação contra as mulheres, os problemas dos negros e das minorias, etc. deveriam constituir - junto com a questão dos salários, da inflação e do custo de vida - a espinha dorsal da luta pela Constituinte. Uma Constituinte contra a carestia e pelo Estado de Direito, por uma vida mais decente, onde a liberdade fosse também a expressão concreta do acesso ao trabalho, com salários capazes de proporcionar um padrão decente e contemporâneo de vida.

**P: Não seria pedir demais a um partido de frente ampla como o MDB? Ele estaria à altura da tarefa?**

FHC: Por que não? Eu sei que, na campanha que ora se inicia, o fantasma da dissolução dos partidos irá dificultar a coesão. Mas isso tanto no MDB quanto na Arena. Eu sei também que o MDB abriga tendências muito distintas. Mas, ou somos capazes de nos defender frente ao inimigo principal ou apenas facilitaremos; neste momento, a cria-

ção do "Partidão da Ordem". E isto que justifica entrar no MDB e lutar pela democratização dentro dele.

Para mim, a Constituinte entra aí. Ela tem sentido, não porque se imagine que se vá ter uma Constituinte amanhã ou depois. Não vai, nem pode. Sabe aquela brincadeira de pegador, de correr um atrás do outro e que tem o ponto do pique onde não se pode pegar ninguém? Pois o MDB não pode encarar a Constituinte assim. Se a Oposição disser: eu estou no pique, na Constituinte, não vou discutir coisas do varejo como, por exemplo, se o habeas corpus muda para tal tipo de preso e não para tal, só me interessa o atacado, vai ficar ilhada, prisioneira de sua idéia grandiosa. A Oposição tem que entender que, quando começar a mudar, ela vai ter que facilitar a mudança. Facilitar, mas não se comprometer, o que não é fácil. Quer dizer, acho preferível que o Governo decrete as reformas que quer, do que ficar naquela conversa: o MDB vai lá e vota nalgumas medidas. Não, o MDB deve dizer: eu quero a Constituinte e o Estado de Direito. Agora, este decreto foi bom porque foi um passo nesta direção. Não é meu o decreto, é do Governo, mas serve.

A Constituinte, para mim, tem sentido na medida em que ela for concebida não apenas como um alvo, um pique, a coisa melhor do mundo, mas na medida em que for um processo. Aí ela é para valer. Como um processo, *ela é o mecanismo através do qual você leva a discussão a vários setores da sociedade, recolhe daí os diversos pontos de vista que eles querem expressar, especialmente das bases da sociedade.* A meu ver, a Constituinte seria uma coisa muito ruim se o Presidente da República dissesse assim: bom, em março teremos uma Assembléia Constituinte convocada. Porque, daqui até março não terá havido realmente nenhuma mobilização efetiva. Não terá havido discussão profunda de nada.

**P: Vamos passar para questões mais específicas: e a incorporação das medidas de "salvaguarda" do Estado à Constituição?**

FHC: Concordo com o que disse recentemente o Senador Marcos Freire: tirar o arbítrio das mãos de um para colocá-lo nas mãos de uma dezena de pessoas, não muda essencialmente nada. Criar uma comissão com poderes especiais para quê? Pois já se tem aí o Conselho de Segurança Nacional e, na prática, o Presidente absorve as funções dele quanto à aplicação do AI-5. Não vejo porque manter o fetiche de que, sem instrumentos de exceção, não há ordem que se mantenha. Basta cumprir as leis, e dar politicamente legitimidade aos que mandam, para assegurar a ordem. Não foi por falta de recursos formais de defesa da democracia que a contestação armada cresceu no passado. Foi porque muita gente, aberta ou discretamente, acreditou nela. Os meios legais, sempre que setores importantes estejam comprometidos com eles, bastam para a manutenção da ordem.

**P: Quais seriam, então, os pontos principais de uma nova Constituição, que, a seu ver, poderiam exprimir essas reivindicações e demandas sociais?**

**FHC:** Não creio que seja o caso de detalhes. Mas, sugerir os grandes temas. E me refiro ao documento que encaminhei à direção nacional do MDB à guisa de esboço de programa para a campanha nacional do partido nas próximas eleições. O documento, que acaba de ser publicado, foi fruto do trabalho de dezenas de técnicos. Além de exigir a supressão completa da legislação de arbitrio, o reestabelecimento das eleições diretas em todos os níveis e a anistia, *caracteriza o Estado de Direito democrático pela mais ampla participação popular no processo decisório, como meta a ser alcançada pela convocação de uma Constituinte*. Sugerimos a iniciativa popular na apresentação de projetos de lei ao Legislativo e a adoção do referendo nas questões de importância nacional.

Além desse tópico propriamente de organização política, propomos medidas destinadas a consagrar a mais ampla liberdade sindical, articulando os problemas da mulher, do jovem, do menor, das minorias raciais, da desproteção ao consumidor, do obscurantismo cultural, e propostas de mudanças na política oficial, que se sustentarão nas variadas formas de participação popular, a partir da organização, pela base, dos vários segmentos da sociedade civil.

Propomos radical e profunda transformação no estilo de desenvolvimento, através da efetiva redistribuição de renda e completa reorientação das políticas sociais. Os principais instrumentos da mudança centram-se numa nova política salarial, baseada na livre negociação e no contrato coletivo de trabalho, a partir de um piso mínimo e, por outro lado, uma urgente redefinição das políticas sociais, visando a rápida ampliação dos serviços públicos e sua melhora qualitativa. Meios pelos quais as gritantes deficiências nas áreas da saúde, da educação, do saneamento básico, da habitação popular, dos transportes coletivos urbanos e da proteção do meio ambiente, poderão encontrar o caminho de sua solução. Essas questões não são propriamente constitucionais, mas dependem, por um lado, de uma legitimação definitiva – pela Constituição – da liberdade de organização sindical; por outro lado, seria necessário que a Constituição consagrasse ou pelo menos deixasse a porta aberta para a participação popular na definição da política social.

A viabilidade financeira desta programação sustentar-se-á numa reforma total do sistema de financiamento público, a partir de uma reforma tributária, da utilização dos recursos financeiros públicos como instrumento de desenvolvimento e pela correção das grosseiras distorções na aplicação dos fundos sociais (PIS-PASEP, FGTS). Aqui, a questão constitucional é a supressão definitiva do poder indiscriminado que o Executivo se outorga, de tributar sem limites, a torto e a di-

reito; ao sabor se seus problemas de caixa ou dos interesses minoritários que pretende "incentivar".

Tal reforma permitirá a necessária reformulação do sistema financeiro parasitário existente, onde se cobram taxas de juros das mais elevadas do mundo, estimuladas pelo círculo vicioso do endividamento externo. Essas medidas se ligam harmoniosamente a uma reformulação da política econômica, voltada ao mesmo tempo para o crescimento rápido e para a redistribuição de renda. Para esse objetivo são propostos um programa de inversões na infraestrutura de serviços públicos - viga-mestra da nova política social - uma política de desenvolvimento da indústria de base, o reforço da empresa nacional, através de uma política industrial bem concebida e do crescimento da indústria de bens de consumo, propiciada pelo crescimento do emprego e pela elevação salarial. O programa desmitifica o susposto caráter inflacionário das políticas propostas, ao demonstrar que a forma atual de funcionamento do sistema financeiro é a mola-mestra da persistência da inflação, muito ao contrário do que apregoam os tecnocratas do regime.

## CAPÍTULO V

### SUCESÃO: DISCUTIR AS QUESTÕES DE BASE

*Figueiredo e Euler. Novo espaço para as forças populares. O papel dos militares. Os três temas fundamentais: participação, distribuição de renda e dependência externa. São Paulo e a sucessão.*

**Pergunta: E a sucessão: Figueiredo ou Euler?**

Fernando Henrique Cardoso: Eu não conheço o General João Baptista Figueiredo. Confesso, pelo que vi dele, por suas entrevistas, que não tenho vontade de conhecê-lo. Eu vou explicar por quê. Não ponho dúvida em testemunhos objetivos. Mas esse Ministro está em fase de Planalto há oito ou nove anos. Foi chefe da Casa Militar, no período de maior repressão no Brasil, no período de maior arbitrariedade no Brasil. Foi chefe do Serviço Nacional de Informações até ontem. Eu não creio que esses dois postos recomendem alguém para uma transição democrática. Independentemente do caráter pessoal dele. Pode ser um bom pai de família. E deve ser. Pode ser agradável. E deve ser. Mas sua escola política é o oposto da democracia. De repente, é pinçado, sabe Deus por quem, para ser o eleito. Se isto aqui fosse um império, e fosse como no tempo do czar, em que o herdeiro tinha que beijar a cruz e que o czar escolhia na nobreza qual deles ia ser o seu sucessor, ainda vá lá, porque em geral se treinavam os nobres para serem rei e a nobreza controlava eficazmente o arbítrio real. O filho do rei, como o da Espanha, foi treinado para ser rei. Este não. Este foi treinado, muito bem treinado, pelo que ouvi dizer, pelas medalhas que recebeu, para nos defender contra o estrangeiro e para tomar conta da segurança interna.

Até aí, tudo bem. Mas daí para ser Presidente de todos nós e para, de repente, a gente ser surpreendido por um homem, cuja voz não se reconhece e cujas idéias apenas começam a ser esboçadas - e quando leio, tremo; e tremo porque vejo que há um vai-e-vem; tremo porque de repente, hoje mesmo, fala sobre a necessidade de voltarmos à agricultura, se mete em seara que não entende, vai falar com estudantes, tem rompantes, que não próprios de um homem mais equilibrado para ser Presidente da República. Será que isso é diálogo?

**P: Mas dizem que isso agradaria o povo...**

FHC: Isso é formação da imagem. E democracia nada tem a ver com formação de imagem. Tem a ver, sim, com a prática. Não é como dizer palavras. Eu não espero nada de cima. O Brasil vai para a frente porque o nosso povo é forte, porque os trabalhadores estão caminhando, porque a classe média está tendo mais consciência, porque hoje os políticos sabem muito mais. Não dou uma opção fechada para um general que levou nove anos solidário com um regime autoritário e que, de repente, aparece como o mais democrata dos democratas. A história dele não o recomenda.

**P: O General Euler também participou do regime...**

FHC: Eu acho que a posição do General Euler, o que ouvi dele, suas declarações, foram declarações saudáveis. Quer dizer, o que ele disse ao propor uma alternativa e como candidato. E, convenhamos, ele diz coisa com coisa e tem-se mantido coerente. E o que ele disse? Que é preciso democracia, que é preciso Constituinte, que é preciso ter sindicatos. Quem disse? Ele disse e acho que foi uma coisa importante. Dentro do MDB não tenho posição na máquina nem aspiro, mas tenho alguma influência, digamos, geral, intelectual, moral, como queiram chamar, e eu acho que o MDB devia ter dado todo o apoio à candidatura do General Euler Bentes Monteiro. Acho que é importante, no caso, a posição do General Euler também por ser militar, mas por outra razão. Porque ele disse de forma muito direta o que os outros não disseram.

**P: Você não acha, então, que o Magalhães Pinto teria mais chances eleitoralmente?**

FHC: Estou sempre pensando do ponto-de-vista de alguém que quer abrir espaço político para as forças populares. Então, o problema nosso não é a candidatura de Euler ou Magalhães, ou Figueiredo, mas é a conquista de melhores condições políticas para as forças populares.

**P: Abrir maior esforço político... É nesse quadro mais amplo que se inscreve a questão da sucessão?**

FHC: A imprensa fez um papel muito ruim atualmente na discussão dos sucessores do General Geisel. A imprensa adotou um candiato – o General Figueiredo – quando a questão sucessória ainda não estava fechada. Ao contrário deveria ampliar o debate, levantar correntes de opinião diferentes e não satisfazer-se com cartas marcadas. Até há bem pouco tempo a coisa era feita assim, na base das cartas marcadas. Ninguém, nem as elites participavam. E, agora, que há alguma oportunidade de discussão, a imprensa, espontaneamente, volta a trabalhar sobre esse problema como se vivêssemos quatro, cinco anos atrás.

**P: E o que seria ampliar o debate?**

FHC: Entre outras coisas, lembrar que a sucessão deve exprimir as mudanças políticas que vêm ocorrendo no Brasil, porque o crescimento do MDB tornou inviável o modelo original do Governo, isto é, propor, discutir e pensar em democracia quando um só lado ganha, um só

lado deve ganhar. Esse fato deve obrigar ao aparecimento de algumas mudanças, como uma institucionalização do regime, criação de fortes dispositivos de segurança do Estado e a formação de novos partidos.

É inegável que há um forte movimento, apesar de ainda difuso, na sociedade brasileira, por uma maior distribuição de renda e por liberdades democráticas. Isso é inegável e está à vista de todos. Agora, você me pergunta porque os setores econômicos, que estão ganhando tanto com o atual sistema de coisas, querem mudar. Isso não deve surpreender ninguém. O arrocho salarial, por exemplo, não é e nunca foi uma medida permanente em economia. É uma medida que funciona em determinados casos e para determinados períodos. Hoje, por exemplo, o fim do arrocho salarial, o funcionamento livre dos sindicatos e uma maior distribuição de renda ampliariam o mercado, abrindo novas perspectivas de crescimento econômico.

**P: Sucessão igual a democratização: não é o que diz o Governo?**

FHC: Eu sei. O Governo, faz piruetas para ver se amarra a redemocratização à sucessão. Quer evitar o debate claro e a legitimidade que só o voto popular concede. Mas veja bem, hoje não é apenas o MDB – ou os “radicais” dele – que amplia o debate e coloca a questão da Constituinte. Quebrou-se a confiança. Em todos: empresários, Igreja, jornalistas, intelectuais, estudantes, donas de casa, trabalhadores. Eu acho que, mesmo nos quartéis, deve existir quem pense que, como vai, não é possível.

**P: E o próximo Presidente deveria expressar uma nova confiança?**

FHC: Está visto que em termos de conjuntura o País enfrenta dois problemas: sucessão e inflação. Para combater a inflação é preciso persistir numa dada linha e é preciso contrariar interesses econômicos. O Estado, na circunstância atual – de uma transformação na estrutura produtiva dentro do contexto de uma dívida externa elevada e pressão inflacionária – tem que *contrariar interesses*. Veja bem: não basta mais controlar salários. É preciso discutir *quem investe e no quê*. Tudo isto reclama uma direção hegemônica. Sem legitimidade ou sem repressão violenta o Governo não consegue definir os rumos. A repressão, porém, não se justifica mais: não há terroristas, e os subversivos que a extrema direita inventa são, em geral, patriotas honestos. Ninguém mais engole a pílula de que uma sucessão que está amarrada apenas na vontade de uma meia-dúzia (seja qual for o candidato) pode ajudar a tirar o País do impasse. Se houvesse gestos claros de redemocratização, em vez de diálogos indefinidos, então, sim, *qualquer* candiato (civil ou militar) apareceria com força.

**P: Mas o General Figueiredo ameaça “explodir”?**

FHC: Olha, você sabe que em política a gente não pode saber de antemão o que vai ocorrer. Política é o reino da criatividade. O General Figueiredo está fazendo o jogo dele: “Ou nós ganhamos ou vai ser pior”, imitando mal o general De Gaulle, que dizia “ou eu ou o caos”. De Gaulle se foi e não veio o caos... Em 74, diziam a mesma coisa. Não

obstante, o MDB ganhou e não aconteceu nada, não é verdade? Eu acho que, nesse momento, no clima atual, é difícil, se houver uma eleição em que as oposições ganhem de forma esmagadora, que possa acontecer alguma coisa de forma muito dramática. O General Figueiredo ameaça com a exceção e prevê que os militares sempre se disporão a serem serviços submissos da exceção. Aí a gente tem que duvidar do seu prolapado conhecimento profundo da caserna. Tenho o direito de duvidar. Além disso, ele falou para um grupo de velhos companheiros da reserva. Diria o mesmo para o grosso da oficialidade, que enfrenta no dia-a-dia os mesmos problemas da maioria da população, e que o regime, com toda a sua exceção, não pôde ou não quis resolver?

**P: A mentalidade militar é portanto decisiva no encaminhamento da questão sucessória?**

FHC: Nem poderia ser de outra maneira. De início, não acredito que a tática para alterar a mentalidade militar seja aproximar-se dos seus integrantes. Algo ilusório e de fundo conspiratório à maneira de Carlos Lacerda: assoprar nos ouvidos dos militares um golpe aqui, um golpe ali; acabou ele mesmo sendo vítima de um golpe. Penso que, assim como uma sociedade se transforma, as opiniões se transformam. Isso afeta o seu conjunto. Não acho que tal se dê por milagre mas o que acontece comigo e com você também acontece com os militares. O QI médio é o mesmo para todos os grupos, sem supremacia de uns sobre os outros. Portanto, bem distribuído através das Forças Armadas. Naturalmente, as mudanças de mentalidade levam tempo e não é só questão de inteligência, isto é, se historicamente o regime está exaurido; conjunturalmente ainda não. Apesar dos paralelos serem em geral perigosos, o mais próximo é com a Espanha: o franquismo se exauriu quando acabou a guerra fria, teve uma sobrevida graças à uma injeção de álcool canforado dada pelo mundo ocidental e manteve-se ainda por mais de 15 anos. Os processos são muito diferentes (não tivemos guerra civil nem a morte de um milhão de pessoas nem uma ideologia fascista articulada), mas o signo da Espanha é válido já que lá a transição de regime se deu sem que as Forças Armadas se desarticulassem. Aqui tampouco há desarticulação das Forças Armadas. E a transição pode ser mais fácil, o contexto mundial é favorável a isso.

**P: Um civil na cabeça do próximo governo poderia ser o instrumento ideal para esta transição?**

FHC: Necessariamente, não. Um Presidente civil pode ser um governante fraco. Dado que as Forças Armadas são e continuarão fortes, ele só seria presidente se tivesse o respaldo delas. Nesse caso, a coisa não muda muito.

**P: Entre as hipóteses que circularam no início e voltaram à ordem do dia, consta a de um Chefe Civil com um Ministro de Exército forte?**

FHC: Aí talvez a fórmula se tornasse mais simpática. Pode ser um passo importante, porém acho que independe de ser um civil ou um mili-

tar e da forma pessoal de conduzir o mandato. Resta saber que tipo de reforma institucional se quer. Meu receio é de um civil que venha tapar buraco – pior a emenda do que o soneto. O civil que se lançou foi o Magalhães Pinto que nunca chegou a dar seu recado com clareza... Por isso mesmo eu cheguei a dizer, naquele momento, que um General que amanhã ou depois fizesse declarações francamente democratizantes, galvanizaria mais. Não deu outra. De qualquer forma, as palavras estão gastas no Brasil: é preciso *fazer*. Há passos que precisam ser dados com urgência e que eu não sei se o Governo está percebendo. Porque existe um pensamento tecnocrático, por trás dos dirigentes, extremamente perigoso: defensores da idéia de que tudo se faz por fases, etapas. Política não funciona assim, política depende de um profundo senso de oportunidade, não de oportunismo, mas de sintonia com a história.

**P: Política depende de políticos.**

FHC: Infelizmente, nestes anos recentes, o país não gerou um estadista que permitisse afirmar com alívio: *regem habemus* (temos rei). Em vez de um De Gaulle que, bem ou mal, deu ao grande capital a tecnologia, ao Exército a força atômica e à França rumos por 20 anos, o que temos são pacotes, projetos e falatórios. Projetos é ver com as classes existentes o que se espera, o que é possível, é dizer que os trabalhadores vão ter sindicatos, sim. Sem esquecer que, para distribuir, é preciso produzir. Há anos que venho dizendo que o partido que não existe no Brasil é o partido que representa o trabalho, os assalariados. Democracia não é feita sem resolver isso, e a sucessão não resolve nada se não for um passo para a Democracia.

**P: E o que teria que resolver?**

FHC: Como já disse, na superfície existem dois grandes problemas: um é a sucessão presidencial; o outro é a inflação. Eu penso que os dois se ligam porque o que está acontecendo é que quem tem o poder de decisão tem que decidir sobre as regras do jogo da Sucessão e sobre o que fazer para poder controlar a transformação da sociedade brasileira num clima de inflação. A inflação que nós temos é uma inflação curiosa. Não se pode mais atribuir isso à pressão salarial como se fazia até aqui. Hoje a inflação reflete a disputa entre os grupos dominantes e não a pressão dos assalariados pela participação na riqueza nacional, que já foi comprimida ao máximo durante o regime militar.

**P: O que se deve fazer, então?**

FHC: É preciso traçar uma linha de ação com certa coerência, apoio, e certo suporte. Se não há esse suporte não se chegará a nada. Pode-se substituir esse suporte popular por repressão. Mas, para se poder fazer isso, é preciso que se tenha boas justificativas para essa repressão. Não havendo, é preciso ter apelo; é preciso – numa expressão mais sociológica – “ter alguma capacidade de exercício hegemônico do Poder”. É preciso convencer a sociedade. A tentativa que se está fazendo aí é a de dizer que, mudando-se o Presidente, vai-se resolver tudo, sendo uma

espécie de ante-sala da Redemocratização... "salvador da Pátria". E com isso, ao meu ver, estão-se invertendo as coisas. Ou seja: ao invés de primeiro serem definidos os problemas de base está-se definindo em termos de pessoas que supostamente resolveriam esses problemas.

Portanto, nós estamos num jogo de cabra-cega; num jogo de "esconde-esconde". Ninguém fala das questões centrais e todo mundo fala: "... vai ser o general tal; general qual", quando isso não é essencial. Essencial é saber prá quê, em benefício de quem. Isso é fundamental e não está sendo posto abertamente porque nós estamos fazendo o jogo como se tivéssemos que resolver entre A, B ou C. Para mim, A, B ou C, fora do contexto dos problemas reais, dá no mesmo.

**P: Quais são as opções existentes para se solucionar isso?**

FHC: Há dois ou três aspectos interrelacionáveis. Um é o anseio generalizado pelo retorno à Democracia. A "Carta aos Brasileiros" do professor Gofredo Telles Jr. exemplifica bem isso. O desejo de democracia unifica enormes camadas da população... Mas, se me perguntarem se redemocratizar o Brasil resolve o problema eu digo: "Não" Não resolve, mas coloca noutra plano as condições para resolver.

**P: Por quê?**

FHC: Porque coloca possibilidades de as forças sociais reais se apresentarem e se organizarem para tentarem equacionar soluções, participando do processo decisório nos vários níveis.

**P: Quais seriam os temas principais a serem equacionados?**

FHC: Existem três ou quatro grandes problemas. Deixemos de lado o nível político. No nível político temos toda a institucionalização. Quero tratar aqui de outras coisas. Uma delas é a questão da dependência. Algumas opções precisam ser tomadas pensando não no dia de amanhã mas pensando-se para daqui a dez, vinte, trinta anos. Isso depende da maneira de como se vai tomar a decisão a respeito da transferência tecnológica, do tipo de unidades produtivas que criamos e vamos criar, etc, etc...Essas questões têm que ser postas ao nível do debate público: têm que ser articuladas e apresentadas.

A outra grande área de problemas é a área relativa à questão da concentração da renda e da desigualdade social. Nós acumulamos, nas várias décadas passadas, erros que reclamam reparos. Qual vai ser a estratégia para poder levar adiante um processo de transformação que não seja em detrimento das camadas populares? É a isso que necessitamos de respostas.

**P: E o terceiro tema?**

FHC: A terceira área importante é a participação. Que tipo de Democracia?...Nós corremos o risco de fazer uma abertura - se é que vamos fazer - em que essa "abertura" apenas beneficiará as elites, como se fosse uma "Democracia restritiva"! Aí temos outro problema: como é que se faz uma abertura que não seja restritiva e que, ao mesmo tempo, não pareça demagógica; que não termine no populismo demagógico

Na minha opinião, de forma bem resumida, esses são os grandes problemas que deveriam estar juntos com a discussão sobre a Sucessão para que ela, Sucessão, tivesse força e legitimidade.

**P: Os Sindicatos estão se articulando melhor...**

FHC: ... Parece.

**P: Do que advém essa posição mais reivindicativa dos Sindicatos?**

FHC: É preciso afirmar, primeiro, que houve um maior clima de debate nos últimos anos no Brasil. Aumentou a área de liberdade de expressão e, talvez também, a de organização. Isso caracteriza historicamente uma parte do governo Geisel. Que está sendo uma transição nesse sentido. E isso, naturalmente, permite um maior espaço para manobras.

A área sindical está refletindo a concentração da renda; o fato de que em certos momentos os salários foram comprimidos e, portanto, os trabalhadores lesados. A Igreja, nem se fala! A Igreja, de uns anos prá cá, assumiu o papel de crítica da sociedade brasileira. Por outro lado, penso que existe um certo cansaço com o sistema autoritário que está aí. Então, não é apenas virtude do Governo; chegou a hora em que *as forças sociais não aguentam mais*.

**P: Portanto, sucessão e mudança estão ligadas?**

FHC: Sim, mas depende *como*. Com sempre, em fases como a que ora vivemos, se quer amarrar as duas coisas. Ou seja, para poder redemocratizar tem que haver um presidente que redemocratize. Eu penso o contrário: *para poder haver um presidente democrático tem que haver redemocratização*. Mais uma vez se está querendo colocar o carro adiante dos bois. Como tema de debate, em todo caso, trata-se de um progresso comparado com o que havia antes. Porque, pelo menos, agora, para se "legitimarem", os candidatos têm que aparecer envolvidos com algum conteúdo democratizante. E não só democratizante, também com tons sociais.

Entretanto, a visão desses problemas continua extremamente fechada por uma elite. Os círculos responsáveis insistem no pensamento de que essas questões se resolvem na base de conversas de gabinete e que o grande debate não é importante. Num determinado momento o presidente diz quem é o escolhido, só ele sabe quem é. Ora, não é ele que quer ou age assim, é todo um sistema que é elitista e que pensa desse modo. Volto a insistir num ponto a que tenho me referido sistematicamente: *nós não temos substantivamente democracia. O grosso dos dirigentes deste país acredita que discordar é trair, pôr em risco a segurança. E acham que democracia é consenso. Na minha concepção é o oposto, em vez de consenso é conflito. Só existe democracia quando se reconhece que o conflito é legítimo e que se vai ter que negociar a partir de que cada um pensa diferente e não de que todos pensam a mesma coisa*. Logo, sem que eu imponha os meus pontos de vista a você nem você a mim.

**P:** **Aí surge sempre aquela argumentação paternalista de que a Nação não está ainda preparada para isso, de que isso pode levar ao caos.**

**FHC:** Claro que esse processo não é idílico. Há uma correlação de forças e, na negociação, ganha mais quem tem mais recursos políticos. Porém, ao invés de se ter uma regra desse tipo, persiste a tendência da idéia consensual. Veja o encaminhamento da discussão das reformas. Dizia o líder Petrônio Portella: "Primeiro tem que haver um entendimento entre a Arena e o MDB". Quer dizer, tudo devia ser feito nos corredores. Primeiro, um entendimento, para depois se chegar a um consenso e pronto, este se proclama à Nação – um processo substancialmente antidemocrático. Por este exemplo, verifica-se que não houve progresso nesse campo: as elites políticas continuam certas de que é possível governar um país como este, que tem uma mocidade como esta, uma massa de estudantes e trabalhadores que nós sabemos, uma imprensa ativa e uma consciência média mais ou menos elevada, através de discussões dentro de gabinetes. Atacam tanto o PSD, não fazem outra coisa.

**P:** **Você acha que o regime deflagrado pelo movimento de 64 está exaurido ou à beira da exaustão?**

**FHC:** Exaurido eu acho que está. O regime de 64 trouxe consigo duas ou três bandeiras. Uma, acabar com a corrupção, outra, acabar com a subversão, criar bases para um desenvolvimento e manter um país independente. Era o propalado binômio "segurança com desenvolvimento", que veio criado no contexto da chamada guerra fira – detalhe que me parece muito importante. Bem, o empenho para combater a corrupção jamais atingiu as dimensões do que foi proclamado inicialmente. O que foi chamado de subversão se conseguiu frear. No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, a história permitirá, daqui a algumas décadas, constatar que a imagem do crescimento no período 67/68 até 73/74, vendida por aí, não passa de uma meia-verdade. Todo processo de crescimento é ziguezagueante, ele cai e sobe. Se não há dúvida que aconteceu um crescimento muito vigoroso nesse período, em algum momento será preciso saber por quê, em 73, não foram tomadas medidas que em seguida o governo Geisel quis tomar, mas era tarde. O que resultou desse crescimento, todos estão cansados de saber. Cabe lembrar que esse crescimento é fruto do esforço dos brasileiros devendo, pois, ser considerado para a Nação, e não para o pequeno grupo que o proclama. E cabe perguntar: o que foi feito realmente em termos de desenvolvimento e não apenas de crescimento? O que foi feito com relação ao problema da terra? O que tanto se debatia em 63, 64, permanece igual, não foi dado um passo adiante.

**P:** **Este não seria um dos nossos grandes tabus?**

**FHC:** Sim, e não será com meia-dúzia de lugares comuns, aliás desconexos, que se vai enfrentar o problema. Veja que o General Figueiredo se limitou a repetir, sobre o problema da propriedade da terra, as mesmas frases feitas que se repete há mais de 20 anos! Ao fazer esta obser-

vação eu não estou sonhando com grandes transformações revolucionárias. Estou pensando no que qualquer país pode tranqüilamente realizar, como a Suécia fez nos séculos XVIII e XIX. O paralelo aliás, não é gratuito. Foi enfrentando tremendas lutas sociais, durante aquele período, que os suecos conseguiram impor limites à propriedade fundiária e tornaram possível a Suécia de hoje. Aqui, o máximo que se fez em prol da preservação do homem do campo, foi criar o Funrural.

**P: Além de redistribuir a terra é preciso redistribuir a renda...**

FHC: No sistema social vigente no Brasil – como observou o norte-americano James Malloy da Universidade de Pittsburgh – é o pobre assalariado quem transfere sua renda para os ainda mais pobres assalariados. Economicamente não deixa de ser um passo importante, embora isso devesse acontecer tirando dos mais ricos. E a questão urbana, tomou-se alguma atitude efetiva? Conclui-se, pois, que o *regime que teve a faca na mão para cortar os nós cegos da estrutura brasileira, pouco fez além de agravar os problemas*. Confundi o crescimento do País com a expansão das empresas e, posteriormente, o crescimento do Estado com o desenvolvimento nacional. A meu ver, isso atesta apenas uma visão curta. Pegue-se, por exemplo, a questão da independência do País. Eu não digo que ela não tenha sido mantida, mas a nossa dependência econômica gera um problema real, a dívida externa; não é um problema inventado pelas esquerdas brasileiras.

**P: A dependência aumentou?**

FHC: Ela mudou de qualidade, em toda a América Latina. Hoje, existe um dado novo, a industrialização na periferia. Não é um fenômeno exclusivamente brasileiro surgido a partir da metade dos anos 50; as multinacionais têm investido na periferia e integrado parte dela ao mundo central já faz algum tempo.

**P: As multinacionais integram e a periferia entrega?**

FHC: Evidentemente. Lógico que nesses anos recentes presenciou-se um progresso industrial, mas o problema básico do país ainda é a produção de bens de capital. Dando um salto da estrutura para a conjuntura, e retomando a questão da exaustão do regime, eu diria que o que ele podia fazer em relação a todos estes grandes temas atingiu seu limite. E voltando ao início desta conversa, o que continua preocupando é a sucessão e a inflação. Também neste sentido o *regime está curto diante da sociedade. Está exaurido, não por causa do general tal, do presidente tal, do deputado tal e sim, porque não é capaz de absorver, processar e dar saída às demandas que esta sociedade requer dele*.

**P: E a sucessão em São Paulo?**

FHC: Eu acho que a confusão generalizada que nós assistimos aqui mostrou que, de fato, o *regime está esgotado, não está se esgotando*. Está esgotado. Porque esse episódio da ARENA é uma comédia de equívocos. O Natel foi escolhido governador, indicado, porque tinha “força eleitoral”, e especialmente porque era “homem do interior” e

controlava os diretórios. Esse foi o pretexto fundamental para a indicação do Natel, embora, talvez, nem fosse a razão. Isso em detrimento de vários outros candidatos que podiam, de alguma maneira, bem ou mal, unificar pelo menos dois importantes setores. Um, o governo de São Paulo, a burocracia, a máquina. E o outro, a classe dos chamados produtores. Quer dizer, tanto o Setúbal quanto o Delfim poderiam fazer essa proeza. Eles foram afastados e foi posto Natel, porque tinha o voto. E o Maluf não foi considerado, porque parecia que era um candidato que corria fora da raia. De repente nós vimos: Natel não tem a força que se apregoa, não houve unificação do governo com os interesses das classes produtoras.

**P: E o Maluf virou dissidente...**

FHC: É, o Maluf bateu o pé e insistiu. E ele, que na verdade é um homem que sempre foi do sistema, virou um candidato "dissidente". Quer dizer, uma outra aberração. E descarregam votos nele todos aqueles que queriam protestar. E mais ainda. Não acompanhei muito de perto, ouvi pelo rádio a convenção, mas acho que houve um sentimento que é apenas uma expressão, na ARENA, do que é generalizada no Brasil. O pessoal está cansado de não poder opinar, de não poder se sentir parte de uma tomada de decisão. Também na ARENA aconteceu isso. Muito delegado sentiu que o clima estava favorável a um protesto, e protestou. Protestou, no meu modo de ver, no homem errado. Mas enfim, isso é uma questão de detalhe. Politicamente o que importa é que protestou.

**P: Até onde o MDB pode aproveitar esse aparente "racha" na ARENA paulista?**

FHC: Acho que o MDB pode aproveitar profundamente, mas é preciso ir com calma, porque é preciso deixar bastante claro que esse foi um "racha" que se deu a nível das chamadas bases da ARENA. Isso é, um número muito reduzido de pessoas. O MDB tem de reivindicar outra coisa. Tem que reivindicar a manifestação não só das suas bases, mas da base da sociedade.

**P: E o Maluf?**

FHC: Devo dizer que não conheço Paulo Maluf. Há dois lados simpáticos para mim: é a primeira vez que vai haver um governador Salim Maluf. É a primeira vez que vai haver um governador de São Paulo que se chama assim, Salim Maluf. Segundo aspecto simpático: ele teimou.

Agora, é uma pena que ele seja o mesmo do escândalo Lutfalla. É uma pena, depois de 14 anos de uma revolução que diz que veio para democratizar, que a Arena esteja aí, tendo que digerir esse ademarismo atualizado, mais rápido ainda no gatilho. Eu tenho pena de São Paulo, que ainda vai suportar esse processo biônico.

**P: E São Paulo nisso tudo?**

FHC: Como o Castellinho escreveu há pouco, em sua coluna, está havendo um deslocamento do eixo do processo político para São Paulo.

Há em São Paulo, maior discrepância em relação ao autoritarismo vigente do que no resto do País. E isto é sério: por mais que se planeje em Brasília, boa parte do que efetivamente se realiza faz-se em São Paulo. O clima político paulista é mais liberal hoje, refletindo a existência de uma camada ampla de trabalhadores e de setores empresariais que não dependem diretamente do Estado na mesma proporção em que isso ocorre no resto do País. Dificilmente poderia haver uma reunião da SBPC nas condições da última em outro Estado. Nem o CEBRAP. E mesmo um bispo com a independência e o reconhecimento público de sua força moral, como D. Evaristo, dificilmente poderia atuar do mesmo modo nos outros Estados.

**P: Haveria, então, o risco de um novo espírito "separatista"?**

FHC: Não é o que eu penso. Paulistas somos nós todos brasileiros que trabalhamos aqui (eu nasci no Rio). Por certo existe uma velha elite de passado antigetulista e anticentralizadora. E é óbvio que a preocupação instintiva de quem está no poder central é controlar São Paulo. Nem Getúlio nem Jango deixaram que São Paulo tivesse um PTB forte. Com Médici, havia o Delfim que não deixava São Paulo insubordinar-se. Quando decidiram não colocar Delfim no governo de São Paulo, imaginei que o plano da distensão estivesse bastante articulado. Seria impossível fazer a distensão se São Paulo tivesse orientação distinta. Em suma, os regimes autoritários ou procuram desarticular São Paulo, ou procuram subordiná-lo diretamente ao governo central, dando-lhe vantagens, como no tempo de Delfim. Ademar representava a "nova burguesia", os chamados "turcos", os judeus, os italianos, novos ricos do Cambuci. Esses setores sociais, no tempo de Getúlio, não tinham interesses coincidentes com os dos paulistas tradicionais. Delfim unificou todos. Mas agora, como eu disse, o regime ficou curto para a sociedade gerada pelas forças sociais mais dinâmicas de São Paulo.

**P: Como resolver, no futuro, o peso dessa força no Brasil?**

FHC: O sucessor de Geisel - e o regime futuro - terão que se entender com São Paulo, ou seja, com a democracia. Não é São Paulo como geografia. É um espírito que vai até ao Sul e existe nas cidades principais de todo o Brasil. Mas, para evitar a fragmentação social (e talvez política) do País, o pacto futuro terá de absorver a diversidade, reconhecendo-a. Como? Deixando que as forças populares se organizem em partidos socialistas-trabalhistas, pois só assim os interesses empresariais poderão ser contrabalançados e será possível assegurar a integridade nacional. Fazer um partido que corresponda aos interesses dos assalariados é, ao mesmo tempo, fazer um partido que assegure a diversidade e porisso, contraditoriamente, a unidade nacional...

**P: E as empresas poderão aguentar a pressão salarial?**

FHC: Acho que sim. A grande empresa parece aceitar a idéia de negociar diretamente com os operários e livrar-se dos sindicatos controlados pelo governo. E já o provou, nas negociações com os sindicatos do

ABC. Com isso, terá que pagar um preço mais adequado pelo trabalho. Por certo, as empresas médias e pequenas sofrerão mais em termos comparativos. Mas não se pode pensar na reformulação da política social e salarial sem novos programas que viabilizem a rentabilidade dessas empresas também. Há muito que venho afirmando que não creio que o arrocho corresponda, hoje, a uma necessidade das empresas. Além disso, já disse que não estou defendendo um distributivismo à custa da produção. Em circunstâncias específicas é possível aumentar a produtividade e os salários. Mas uma coisa é certa: teremos que enfrentar, em futuro não muito distante, a herança do imobilismo do passado, que mantém a estrutura da propriedade fundiária e urbana em acumulação crescente. E esse processo corretivo não é fácil. Mas, se me permite concluir, São Paulo é apenas a ponta de um processo generalizado no País: as forças sociais mais dinâmicas querem mudança.

## CAPÍTULO VI

### OS PARTIDOS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

*Novos partidos. A tese do partido socialista. Um partido das massas assalariadas. Social-democracia? A oposição e o MDB.*

**Pergunta: Você é contra a criação de novos partidos?**

Fernando Henrique Cardoso: Absolutamente. Sempre fui partidário do pluripartidarismo. Mas, assim como no futuro serei favorável à constituição de Blocos Políticos capazes de aglutinar vários partidos na disputa contra o Bloco chefiado pelo Partidão da Ordem Estabelecida, acho que é possível agora, dentro e fora do MDB, constituir os germens dos futuros partidos, sem que disso decorra a desmobilização da grande frente opositora que é o MDB.

**P: Partido Socialista ou PTB?**

FHC: Depende. O que eu acho básico é evitar as tendências que podem perturbar a formação do que eu chamo de um Bloco Político em Defesa dos Assalariados. Essas tendências são a da criação de um partido de intelectuais de mãos puras, ideologicamente íntegro, mas sem povo que o apóie e, de outro lado, um partido populista, sem ideologia, clientelístico, que representaria a repetição, ao lado da oposição, do estilo de partido de clientela que o governo está montando. Hoje é difícil o populismo, porque não existem mais os setores do aparelho de Estado à disposição dos líderes populares. Mas um arremedo disso poderia ser tentado, e dificultaria a formação de um partido verdadeiramente enraizado no interesse dos assalariados.

**P: Mas há setores que lutam pela criação de um Partido Socialista e pretendem se engajar na atual campanha, inclusive com lançamento de candidatos, para fazer a pregação da idéia da criação de tal partido. O que acha dessa tática?**

FHC: Eu acho que não dá para tapar o sol com a peneira, não adianta dizer que não existam diversas correntes de opinião. Eu acho, no entanto, que essas correntes de opinião, primeiro, não devem impedir a unidade e, segundo, não devem dar prioridade à constituição de partidos que só podem existir com força, no futuro, a partir de um debate mais amplo, depois de superado o autoritarismo. Eu não seria favorável, durante a campanha, a incentivar a criação de partidos. A Arena está aí para isso, mostrando que é preciso superar o regime autoritá-

rio. Existem várias correntes socialistas, como há várias correntes populares, como há vários ideais para o futuro. Mas por que brigar com ideais tão remotos, no futuro, quando há problemas tão graves no presente que nos podem e devem, a meu ver, unificar. Aqueles que têm idéia de organizar um partido a, b, c e d devem entender, também, que há uma oportunidade para isto, que este não é o momento.

**P: Mas dizem que você é favorável à tese da criação de um Partido Socialista...**

FHC: Inicialmente, quero dizer que não há possibilidade, num país como o nosso, de se criar um partido de tipo socialista, ou um partido popular, se você não tiver realmente uma ordem democrática. Tivemos anos e anos de experiência, 14 anos de ditadura, e sabemos qual foi o balanço desse tempo. Nada disso obsta a discussão de outras saídas, inclusive partidárias. Mas repito que não sou favorável a um PS de intelectuais, de elite; pois não adianta nada algumas pessoas saírem por aí dizendo "eu sou socialista", "eu conheço o marxismo-leninismo", e "blá-blá-blá"! Isso não muda nada. Pra mudar, e o que importa é a mudança, você só avança se der passos que tenham sustentação de forças sociais. Se propõe um partido socialista e os trabalhadores não entram nele, ele não será nunca socialista, independentemente da nossa vontade.

**P: Perfeito. Mas a sua campanha não seria uma ponte, uma forma de dar força social para o dito PS?**

FHC: Não vou fugir da questão... Como candidato do MDB estou sendo apoiado por setores os mais variados do partido. E é bom que assim seja. Se não fosse assim, eu estaria simplesmente isolado, num cantinho, talvez com respostas coerentes para uma porção de coisas, mas com uma eficácia política quase igual a zero. Bem. Não posso, durante a campanha, marginalizar os setores que estão comigo no MDB e que não têm proposta socialista. Não vou fazer uma campanha discriminatória. Obviamente, a campanha abre um espaço enorme na luta política. Os vários grupos e pessoas que têm interesse no futuro desdobramento dos partidos, devem agir, a capacidade desses grupos é que será decisiva para o aproveitamento, ou não, do espaço aberto. Tudo dependerá de quem tiver liderança, organização, hegemonia etc.

**P: Uma perguntinha: de que tipo de Socialismo você tem falado?**

FHC: Ah! *Socialismo dentro dos marcos do capitalismo não é socialismo*. Não tem cabimento nem discutir. No plano do que eu penso, Socialismo seria uma sociedade não regida pelo princípio da empresa e do mercado. Mas tal questão não está posta hoje, não é a questão política principal do momento. E para você poder falar em Socialismo, além do nível do discurso, você precisa ter uma articulação social muito mais ampla do que nós temos.

**P: Quando você afirma que a questão não está hoje-em-dia, você nega inclusive o papel da propaganda...**

FHC: Não! Quando digo que a questão não está posta politicamente, não nego que esteja posta no plano da ideologia. Seria muito útil que houvesse, por exemplo, vários jornais alternativos e também centros de debate, etc. Agora, repito que minha campanha não é isto.

**P: Mas você não nega que a tua candidatura pode exercer um pólo de atração política capaz de ajudar na organização de um novo partido? Talvez de um Partido Socialista?**

FHC: O regime está se modificando, como eu já disse, e eu tenho a intenção expressa de constituir um pólo para permitir a aglutinação de forças. Não sei, no entanto, qual o tipo de partido que haverá no futuro. Acho que, *se o MDB continuar existindo, mesmo que seja como sigla, será sempre um partido forte, porque é um partido popular.* Nesse caso, eu acharia mais útil reforçar o setor autêntico (não me refiro à ala autêntica), firme, dinâmico, moderno e agressivo do partido. Se o MDB desaparecer, *estou disposto a contribuir para a organização de um partido de posições nítidas, não retórico. Que não seja uma seita, ou pequeno grupo, mas que tenha raízes populares. Se será um partido socialista, só o futuro dirá.*

**P: Que questões estariam em jogo num partido como esse?**

FHC: Uma das questões que deveria ser objeto de discussão neste partido é a da propriedade. Temos toda a área da propriedade estatal, que vem sendo posta de maneira muito frágil, como se a estatização fosse igual a socialismo... Não é! Há outros problemas especificamente nossos como, por exemplo, a tremenda concentração da propriedade urbana. Isto tem que ser posto e discutido de maneira que as pessoas não digam: bom, o que essa gente quer é bagunçar o coreto. Não é isso. O que se quer é impedir injustiças gritantes. Você tem cidades como Rio e São Paulo, onde existem 30 a 40 mil apartamentos fechados e vazios. Por quê? E que o apartamento deixou de ter uso social e, inclusive, uso econômico tradicional, para se transformar numa espécie de barra de ouro que se acumula sob forma de apartamento. Isto não é aceitável. Nos países mais avançados da Europa existem leis que proíbem isto. Na Inglaterra, se você tem uma casa vazia, as pessoas têm direito de ocupá-la, desde que não a destruam. O que legitima a propriedade é o uso. Um partido de tendência, digamos socialista, deveria bater nestas questões.

**P: Teria que ser um partido frentista?**

FHC: *Difícilmente alguém poderá transformar este País baseado exclusivamente nas forças da base da sociedade. Não é questão de querer ou não.* É que nós entramos num processo de industrialização rápida e houve um salto tecnológico muito grande. A sociedade, hoje, é muito sofisticada e complexa e exige a participação ampla da classe média, dos técnicos. A própria burguesia precisa dessa gente, mas não é só ela, as forças populares, também. Porisso é preciso pensar num esquema de transformação social e num tipo de partido que não seja um bloqueio a qualquer forma de aliança.

**P: As alianças são necessárias, então?**

FHC: Aqui no Brasil existe a idéia religiosa de que qualquer aliança é espúria. Isto é não conhecer a História. *Não houve nenhuma transformação social no mundo, feita apenas por um pequeno grupo em nome dos trabalhadores.* Em nome pode ser, mas de fato, não. Ou os trabalhadores se aliam com os camponeses ou com a classe média ou com o exército ou com a grande burguesia ou parte dela... Nós tendemos a uma visão metafísica, de que a sociedade é composta de dois blocos, a classe dominante e a classe dominada, que se chocam globalmente. Não é verdade, nenhum dos dois é homogêneo, eles são fragmentados. Se não, não haveria transformação.

A gente não pode tomar uma atitude religiosa, de dizer: eu já sei qual é a verdade, então vou até o fim. Não senhor. Se você vai até o fim, você vai perder. Em política quem perde não tem remissão. *Política não é o reino dos pobres de espírito nem dos bem-aventurados. Tenho muita desconfiança de um certo setor de esquerda que pensa que o inimigo é o companheiro do lado e começa a acotovelar. Nunca olha para a frente. Nunca vê quem é o inimigo verdadeiro. Só acotovelando, em nome de purismos, daqui, dali, de acolá. Com este espírito não se transforma este País.*

**P: Uma aliança não leva ao risco de um novo populismo?**

FHC: O risco existe, por certo. Mas dependerá da forma pela qual se resolve o sistema partidário. Se o governo continuar descrendo, como no passado, da capacidade organizativa do povo, e definindo na cúpula quantos e quais serão os partidos políticos, imaginará um "modelo" que será mais uma camisa-de-força. Se, no pólo oposto, tudo for deixado ao sabor de lideranças personalistas, não se terá a camisa-de-força, mas o risco do hospício não será menor. O populismo sempre esteve baseado no personalismo e na manipulação dos votos de massa, pela utilização de partes do aparelho de Estado e das políticas públicas, com fins eleitorais. Ora, hoje, tal possibilidade é remota. É difícil que os que controlam o governo, mesmo querendo, possam ser populistas, pois a tendência popular não é a de votar neles... Por outro lado, pelo menos boa parte da "intelligentzia" de esquerda sabe que o "distribucionismo" não resolve nada. Uma redistribuição de renda desatada, sem produção, tem como resultado um processo inflacionário galopante. A reação a essa conjuntura costuma ser a recessão, o desemprego e, com eles, a repressão. Portanto, "depois", qualquer política popular genuína deverá levar em conta a produção e questionar a assimetria econômica e a distribuição a partir daí. Não tem mais sentido, hoje, o estilo de gozação que o Roberto Campos fazia com os "distribucionistas"; ninguém que saiba algo de política e economia, à esquerda, defende uma tese distribucionista irresponsável.

**P: Um partido popular sem populismo...**

FHC: Sociologicamente, o fenômeno que mais chama a atenção, num país que alcançou os níveis de urbanização e acumulação do Brasil, é a

desigualdade social. A ordem militar instaurada em 1964 tinha a faca e o queijo na mão para diminuir a assimetria. Mas não tomou providências: preocupou-se com as empresas e com o crescimento a qualquer custo. Resultado: as esquerdas têm nas mãos, e legitimamente, a bandeira da luta contra as desigualdades. A solução do impasse brasileiro depende de que se encontrem fórmulas políticas para diminuir a assimetria sem desorganizar o sistema produtivo. Os conservadores pensam que isto é impossível e propõem a fórmula de sempre: democracia para as elites. Os setores progressistas têm, por isso mesmo, nova chance histórica: mostrar que as reformas são mais do que possíveis, são desejáveis, e que já existe um grau de racionalidade na sociedade brasileira que permite organizar, aglutinar e transformar, sem provocar o caos econômico e a demagogia, que terminam sempre em mais repressão.

**P: Você falou na criação de um sistema partidário que não seja definido pela cúpula, como?**

FHC: Porque não seguir, nesta matéria, o caminho espanhol?

**P: Qual?**

FHC: Primeiro, dar claros sinais de que a democratização já está em curso. Olhe bem, não é tão difícil assim: afinal, hoje existe mais liberdade de imprensa e de opinião, e os aspectos mais brutais da repressão estão contidos pelo governo. Veja as últimas passeatas dos estudantes em São Paulo. Muita cara zangada, exibição de força policial, mas com grau de violência efetiva controlada. Porque, então, em vez disso, não dizer simplesmente que os estudantes podem se manifestar? Um gesto claro e unilateral do governo – sem passar por insondáveis e intermináveis diálogos entre quem não dispõe da força (ARENA e MDB) – seria um bom começo, como disse Bolívar Lamounier em sua entrevista ao *Jornal do Brasil*. Por exemplo: restabelecer o *habeas corpus* e dar independência à magistratura. Em seguida, um período de liberdade para que as forças políticas se organizassem para enfrentar as eleições.

**P: Mas isto não levaria à pulverização partidária?**

FHC: Ela não é desejável. Mas a limitação do número de partidos deve ser pelo menos semi-espontânea. Ver-se-ia, primeiro, a capacidade de liderança e negociação entre os vários grupos, antes de definir e limitar um número mágico de partidos (por que 4?). A limitação, para ser legítima, deveria vir no bojo de uma Constituição votada, e não outorgada, que definisse as condições mínimas para o reconhecimento de novos partidos.

**P: Quer dizer que você acha que partiremos para um modelo social-democrático europeu?**

FHC: Por enquanto eu só falei da Europa para lembrar o caso da Espanha. E este mesmo é diferente do brasileiro: se é certo que lá, como aqui, a transição possível vai ser feita sem a desagregação das Forças Armadas, lá, diferentemente daqui, existe maior pressão organizada dos trabalhadores.

Eu não creio que se possa pensar o Brasil com um modelo europeu na cabeça, da social-democracia ou do fascismo. Hoje o Brasil, ao mesmo tempo em que tem um pé na V República francesa (com seus estudantes libertários), tem o trabalho semicompulsório na Amazônia, e a falta de garantias sociais e políticas. Seria engano, diante disso, pensar que temos um pé no século XIX e que no futuro seremos europeus. Se a esquerda pensar que teremos um partido "tipicamente proletário", vai enganar-se. Isto aqui tem cheiro de América, de Novo Mundo. Há uma expansão industrial fantástica e uma fronteira agrícola imensa e aberta. Quando alguém pensa que entende o Brasil a partir da repetição de textos que se referem a outras experiências, se engana. Frequentemente, por causa do doutrinário dogmático, a extrema esquerda fica parada e a direita também: reciprocamente imobilizadas ao nível da bobagem.

A incapacidade de ver o novo e de pensar o real leva à proposição de analogias sem fundamento. Quando se diz que a questão fundamental é a da igualdade social, setores à esquerda lêem logo: "social-democracia", esquecendo-se de que esta dependeu da existência de um forte movimento operário e da chance de transformar revolucionariamente a sociedade, que foi trocada por um desejo de cogerir os interesses capitalistas por parte dos líderes social-democratas europeus. No Brasil, nem se tem um forte movimento de trabalhadores, nem o empresariado está propondo aliança a eles... Logo, é preciso refrescar a cabeça e ter olhos para ver. Por outro lado, a direita radical brasileira - que é gagá - quando digo que precisamos lutar pela igualdade social, pensa logo que eu sou comunista... Seria de rir, se não fosse empobrecedor estar todo o tempo tendo que discutir sobre equívocos.

**P: Até lá, bipartidarismo?**

FHC: Eu acredito que os Partidos deveriam voltar a ter força. O bipartidarismo, a meu ver, está-se esgotando. Nasceu como pantomima; virou algo mais ou menos real graças ao apoio que o povo deu à Oposição num dado momento (1974) e graças às tentativas do General Geisel em rearticular a ARENA numa certa altura (1976), mas é óbvio que o bipartidarismo é uma "camisa-de-força" para a expressão política brasileira.

**P: Qual é a forma institucional preferida?**

FHC: O melhor é que se reformule o sistema partidário de tal modo que existam, não dois, três, quatro, segundo a vontade de não-sei-quem, mas sim um sistema amplo de negociações (por um período) e depois permitir a união das forças segundo certa homogeneidade entre elas. Dessa forma os partidos vão ter, ainda, muito o que fazer. Eu sou contra os partidos do tipo totalitário...

**P: ... corporativista.**

FHC: ... É, corporativista. Deve haver certa diversificação interna nos próprios partidos. O importante é que os partidos tenham capacidade de negociar, em certos momentos, a forma que a sociedade quer. As-

sim como é necessário ter liberdade sindical e permitir que as associações de base se manifestem, é também preciso criar partidos. Uma das precondições para se chegar ao jogo democrático real, substantivo e não puramente de cúpula, será a quebra do bipartidarismo. Nada surge espontâneo, é preciso articular politicamente.

**P: Sua crítica ao bipartidarismo...**

**FHC:** Mas não nos mesmos termos do Governo e de seus arautos! De repente, os "liberais" da Arena começaram a repetir o óbvio: que a ARENA não chega a ser um partido, que o MDB abriga tendências heterogêneas, que uma verdadeira democracia requer pelo menos 3 a 4 partidos, etc. Por trás dessa conversão suspeita à democracia esconde-se – e muito mal – o afã de impedir que se constitua uma real oposição política, e que se utilize o ímpeto dos novos e antigos congressistas, redobrado graças à cautela popular do plebiscito contra o autoritarismo e o arbítrio do Estado, que houve nas eleições de 74, para debater as questões que interessam ao País. Quando chegar a hora de uma real e profunda reforma política-institucional, não será através de atos que outorguem liberdade vigiada a mais 2 ou 3 agremiações partidárias, que se poderá alcançar uma efetiva democratização. Esta – é quase tedioso repetir tais truísmos – só poderá vir se houver pressão e organização dos interesses da sociedade civil independentemente do aspecto paternalista e coercitivo do Estado.

**P: Mas permanece a crítica ao MDB enquanto partido?**

**FHC:** Hoje é moda, em círculos oposicionistas, "queimar" o MDB, principalmente na fase até 1974. Na verdade, mesmo no momento da formação do partido, as coisas não foram fáceis para os oposicionistas, apesar da anedota referente à Arena, partido do "sim, senhor", e ao MDB, cuja "independência" consistia em dizer apenas "sim", tirando altivamente o "senhor". Os que fugiram do oficialismo em 1966, e se mantiveram nas eleições de 1970 e 1972 na oposição, não eram ativamente revolucionários; em boa proporção, queriam, entretanto, marcar uma posição de relativa independência. Sempre houve um grupo de parlamentares que, remando contra a maré, tentava manter algo do espírito democrático. Não me refiro a 1968, pois a conjuntura era outra. Refiro-me aos piores anos parlamentares de 1969 a 1973.

Foi a partir desse núcleo que ressurgiu o MDB: a anticampanha do anticondado à Presidência e a luta anterior de Pedroso Horta foram importantes para permitir o ressurgimento da oposição partidária em 1974. Esta nasceu da fusão de três fatores:

- a percepção política do grupo mais combativo do MDB (autênticos e a liderança nacional democrática), de que era chegada a hora da oposição;
- o descontentamento popular acelerado nos anos do milagre pela carestia; os baixos salários e o controle social e político sobre o povo;

- as discórdias entre os grupos dominantes ocasionadas pela mudança da conjuntura econômica e pela ascensão de nova equipe ao governo.

**P: Isso alterou as perspectivas do MDB?**

FHC: Nas eleições de 1974, o Governo Geisel garantiu certa margem de liberdade na campanha, especialmente através da imprensa, rádio e TV. Graças a isso, a resistência da anticandidatura de 1973 - simbólica - pôde aumentar durante a campanha de 1974, quando o eleitorado viu, pela primeira vez depois de 1968, líderes que falaram na TV sobre os temas que preocupavam nas conversas de botequim, nas filas, nas feiras e nas famílias: custo de vida, educação para os filhos, saúde, falta de boa moradia, baixo salário e necessidade de menos controle político e da volta ao Estado de Direito.

O resultado foi a eleição de 1974, que levou para o Senado maioria emedebista (16 contra 5 da ARENA), aumentou o número de deputados na Câmara Federal e deu à oposição o controle das assembleias do Rio (novamente), de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Entretanto, foram eleitos não os que, por um processo de seleção democrática, tivessem melhores condições para representar o eleitorado, mas os que obtiveram um lugar na legenda, num momento em que era fácil, pois poucos levavam a sério a alternativa eleitoral. Para o Senado, a seleção foi mais cuidadosa, porque nas eleições majoritárias é necessário tomar em conta qualidades pessoais dos líderes para atrair eleitorado amplo.

**P: E hoje?**

FHC: Hoje, eu repito, o MDB tende a se manter como um partido forte, porque é fortemente identificado pelas massas como o "partido dos pobres". Reafirmo que, se ele continuar após a reformulação partidária que, de um modo ou de outro, virá a ocorrer, seria mais útil reforçar seu setor mais autêntico, mais dinâmico e representativo do que abandoná-lo nas mãos de neopopulistas.

## CAPÍTULO VII

### A ECONOMIA VAI MAL E O POVO, PIOR

*O modelo econômico. A distribuição de renda. Inflação. O papel das multinacionais. A situação atual.*

**Pergunta: Como você definiria o modelo econômico brasileiro de 64 para cá?**

Fernando Henrique Cardoso: Em vez de caracterizar abstratamente, o melhor é falar das políticas econômicas fundamentais que caracterizam o modelo, e elas são três: o Estado se manteve como principal investidor direto (mais de 60% do dinheiro aplicado nos diversos empreendimentos provinha do Governo).

Em segundo lugar, o financiamento das atividades produtivas se baseou, cada vez mais, na atração de capital estrangeiro. Disso resulta o aumento galopante da dívida externa, que o Governo tenta atenuar através de uma política ativa de exportações.

Em terceiro lugar, a política do arrocho salarial e, mais amplamente, de forte restrições econômicas das classes trabalhadoras.

Em suma, reforçou-se a tendência de tornar a economia brasileira por um lado, socialmente opressora e, por outro lado, "aberta" ao mercado internacional, com a conseqüente dependência externa, tanto com relação aos capitais, quanto no que diz respeito ao consumo dos produtos exportados pelo Brasil.

**P: Quais as conseqüências internas dessas políticas?**

FHC: Internamente, foi necessário: controlar a inflação em níveis compatíveis com a necessidade de atrair capitais estrangeiros e pagar a dívida resultante; controlar os salários e os gastos públicos em função dessas políticas; e a regulação crescente, pelo Estado, dos investimentos básicos da política econômica e social.

Com isso, a discussão que houve nos últimos anos, sobre concentração de renda, sobre o papel da Bolsa, sobre a necessidade de fortalecer a pequena e média empresa, sobre as desigualdades regionais, etc., só têm sentido quando se orienta à crítica global do modelo em voga e sugere uma estratégia alternativa.

**P: Isso teria repercussões no plano político?**

FHC: O modelo prevaemente que, no plano econômico, é altamente monopolizador, levou à perda de substância do Congresso e ao declí-

nio das formas de representatividade política direta. Em seu lugar criam-se mecanismos de cooptação dentro do próprio aparelho do Estado, funcionando através das pressões de grupos empresariais, de tecnocratas, de interesse da segurança nacional etc. que, dentro do Governo e no seio do Estado, iam filtrando e definindo as políticas capazes de atender aos interesses dos grupos assim articulados. Eliminados os partidos, os sindicatos, os líderes populistas, etc., a grande massa da sociedade ficava marginalizada das decisões políticas. Sua apatia era manipulada no sentido de obter consentimento político, graças aos êxitos do crescimento econômico e à sua incorporação no "mundo do trabalho", assegurada pela expansão do emprego urbano.

**P: Essa situação pode durar eternamente?**

FHC: A questão que se colocou a partir de 73/74 é saber se o modelo de "economia aberta", baseado na concentração da produção em grandes unidades (multinacionais, locais e estatais) pode sustentar-se com as perspectivas de inflação e de retração no mercado mundial. Na verdade, as perturbações da economia mundial só vieram agravar outro tipo de problemas estruturais que a economia brasileira apresenta internamente.

**P: Como seria possível enfrentar esses problemas?**

FHC: A questão é justamente mais delicada no plano político. A rigidez do modelo econômico-político anterior sustentava-se (e ainda se sustenta) na ligação direta entre a coação e o êxito econômico. Que ocorrerá no momento em que o êxito econômico não puder mais ser usado para justificar a opressão? A resposta não é simples, nem única. O Governo Geisel, que assumiu no momento da crise mundial, tentou conciliar o monopólio das decisões políticas com uma participação mais ampla de agentes econômicos. Mas isso já obriga a uma redefinição dos atores políticos legítimos. Em outras palavras, a redefinição das políticas econômicas obriga ao debate, à crítica, pelo menos *entre as elites*.

*Só que o debate acaba ultrapassando o âmbito das elites porque, entre outras coisas, o próprio desenvolvimento econômico aumentou, e muito, a proporção das camadas da população que têm condições para reivindicar e participar.*

**P: Em que é que isso pode alterar o modelo?**

FHC: Fundamentalmente, coloca um novo dilema para o regime: ou restringe o debate às elites, mas os arranjos de cúpula ficam sempre bloqueados pelo temor do que poderá ocorrer *quando* as forças populares puderem reivindicar mais livremente; ou, então, reconhece a legitimidade da participação política das massas, mas com isso restringe a área de manobra das cúpulas. Em suma, enquanto não houver espaço político para a atuação de um grande partido dos assalariados, a redefinição do modelo econômico continuará no impasse.

**P: Esse partido atuaria sobretudo na redefinição da política de distribuição de renda?**

FHC: Não exclusivamente, mas sem dúvida poria em cheque a meta tão divulgada como sendo a prioridade do modelo: o homem. A questão é: crescimento econômico, bem-estar social, para *quem*? Os números, por maiores que sejam os malabarismos dos donos do poder, não deixam margem a dúvidas: o País enriqueceu. Mas *quem*, no País, enriqueceu?

**P: E quem empobreceu...**

FHC: Exatamente. Veja, em 1960, a ínfima minoria dos ricos, 1% da população – menos de 1 milhão de pessoas – possuía de 10% da renda nacional, ou seja, da riqueza produzida anualmente no País. A metade mais pobre – 50 milhões – possuía renda pouco maior (18%). Ou seja, a fatia de cada membro dessa minoria de ricos era comparável à soma das pobres fatias de 50 outros brasileiros.

Pois bem, o País enriqueceu, e muito. Em 1970, a minoria dos mais ricos (1% da população) quase dobrou sua fatia, *enquanto o bolo crescia*, passando a possuir quase 20% das riquezas produzidas no País. Enquanto isso, o que aconteceu com a metade pobre da população? Os 50 milhões de brasileiros mais pobres viram sua parte na renda nacional *diminuir* para menos de 15%. A fatia do rico passou a ser praticamente equivalente à de 70 pobres. Os estudos mais recentes mostram que esse quadro não se modificou. Ao contrário. Em 1976, a parte que coube à metade mais pobre da população era menor ainda: menos de 12%. Entre 1970 e 1976, a renda média dos 5% mais ricos aumentou quase 50 vezes mais do que a da metade mais pobre da população!

**P: Basicamente, quem vive de salário só piorou...**

FHC: Na verdade, as diferenças entre níveis salariais são também gritantes, porque as rendas de muitos empresários e de administradores de empresas e técnicos de alto nível são em grande parte disfarçadas em salários. Mas, na verdade, essas diferenças entre níveis salariais tornam ainda mais claro que a renda real dos trabalhadores não se beneficiou de uma melhoria efetiva mas, ao contrário, diminuiu proporcionalmente enquanto o bolo crescia. *Na verdade, não se esperou o "bolo" crescer para depois distribuir, só que se distribuiu entre uns poucos às custas da imensa maioria.*

Veja bem, em 1967, os salários mais elevados, da pequena minoria de 5% de privilegiados, somavam quase a quarta parte do total de salários pagos em todo o País (23%), ou seja, mais do que a soma de todos os salários de 40% dos trabalhadores, que era equivalente a 19%! Considerando os 10% de salários mais altos, a coisa é ainda mais gritante pois esses privilegiados recebiam o equivalente a 60% dos trabalhadores. Ou seja, se você dividisse o total de salários em todo o País em três partes iguais, a primeira parte caberia a apenas 10% que receberam os salários mais altos; a outra parte – igual – a 60% dos trabalhadores, e o restante com os demais.

**P: E essa situação se manteve?**

FHC: Não, piorou. Em 1976, os 60% de trabalhadores de salários mais baixos ficaram com apenas 33% do total, e os 10% privilegiados com 43% do total de salários. Mas não foi só isso, porque os estudos de índices salariais mostram que o salário mínimo caiu violentamente de 1964 para cá, perdendo mais de um terço do seu valor real (35% entre 1964 e 1972). Estão aí os estudos do DIEESE que não deixam ninguém enganar os trabalhadores.

**P: Em outros países não ocorreria o mesmo?**

FHC: Em alguns, sem dúvida, mas tal comparação nos envergonharia. Enquanto o total da riqueza produzida no Brasil é comparável à dos países mais ricos, o padrão de vida do trabalhador – nem é bom falar em dados como educação, saúde pública, etc. – é extremamente baixo em comparação com o dos países mais ricos. Então, veja: mesmo que o salário real dos trabalhadores naqueles países diminuísse, e aumentasse no Brasil, a distância ainda seria imensa. Ora, no Brasil, o padrão de vida dos trabalhadores baixa, partindo já do fundo do tacho. Para se ter uma idéia, basta comparar salários e preços. Um trabalhador brasileiro precisaria do salário equivalente a 2 anos e meio para comprar um carro, enquanto o americano precisaria de 4 meses e o francês ou o inglês, de 8 meses. Um trabalhador brasileiro precisa trabalhar 3 dias para pagar o preço de um sapato, enquanto um americano precisaria de meia jornada de trabalho e o inglês e o francês, de pouco mais de uma jornada. Para comprar pão, o trabalhador brasileiro precisa trabalhar 5 vezes mais que o francês e 8 vezes mais do que o trabalhador americano.

**P: Mas o padrão de vida não se mede somente em salários.**

FHC: Sem dúvida. Existem os chamados equipamentos coletivos, ou seja, transporte, luz, água, esgoto, etc., existem as “políticas sociais” e tudo o que se chama de salários indiretos, ou seja, tudo aquilo que está ao alcance da população e que ela não teria que pagar diretamente de seu salário. É evidente que tudo isso poderia compensar uma diminuição de salários e até aumentar o padrão de vida. O que é trágico é que isso, tal como é feito no Brasil, agrava em vez de diminuir a injustiça da distribuição de renda.

O governo descobriu a técnica de criar fundos sociais, concentrando enormes somas de dinheiro que, nas mãos de cada trabalhador, representariam quantias insignificantes e seriam gastas imediatamente no consumo de primeiras necessidades. Essa poupança forçada, concentrada em grandes somas e nas mãos de um pequeno grupo de funcionários, se transforma num grande mecanismo financeiro que é redistribuído... às grandes empresas.

**P: Como isso ocorre?**

FHC: O PIS, por exemplo, foi primeiro usado para beneficiar as empresas industriais e até repalicado no mercado de capitais. Mais tarde

criou-se a fórmula do "14º salário" e, agora, pensa-se simplesmente em suprimir a distribuição de benefícios. Ou seja, como já ficou provado no caso do INPS, são os trabalhadores de baixa renda que pagam os benefícios sociais dos trabalhadores de renda ainda mais baixa. Mas o grosso do que é coletado nesses fundos vai beneficiar os empresários. Assim, o Proterra, criado para dar recurso para uma redistribuição de terras ao Norte-Nordeste, está de fato financiando empresários e grandes empresários agrícolas. O BNH, não somente torna proibitiva a aquisição de casa própria pela população de baixa renda, como canaliza recursos para as grandes empresas de construção, atendendo apenas aos grupos de rendas mais altas.

**P: Em que sentido isso agrava a má distribuição de renda?**

FHC: Em dois sentidos que, aliás, reforçam-se mutuamente. Por um lado, como se trata de recursos monetários retirados das empresas e, como no caso do FGTS e do INPS, calculados direta ou indiretamente em função do salário, aumenta os custos de produção em termos de salários. Quando o empresário calcula o salário de um trabalhador ele leva em conta os custos em termos de fundos sociais que o salário vai provocar. De modo que se pode dizer que o salário *pago* pela empresa tende a aumentar com a criação de todos esses fundos, enquanto o salário *recebido* pelo empregado tende a diminuir. Ou seja, o empresário pensa duas vezes ao empregar um trabalhador, a primeira, no salário que vai pagar, e a segunda, nos custos sociais que também vai pagar. E pensa duas vezes, também, quando vai discutir um aumento de salário... Além do mais o aumento dos custos de produção se repercute nos preços, alimentando a inflação que por sua vez, vai diminuir ainda mais o poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores. Não é o cúmulo?

**P: Mas essa massa de dinheiro recolhida não vai reverter para o trabalhador?**

FHC: Aí é que a porca torce o rabo. Você pode dizer que uma pequena quantia a mais nas mãos de cada trabalhador não vai dar para pagar escola, médico, aumento de transporte, casa própria, etc. E não vai mesmo, no máximo vai dar para comprar um pouco mais de comida, para a imensa maioria. Mas se a soma de todas essas pequenas quantias, que representa um capital imenso, é usada para beneficiar as empresas, fecha-se o círculo: o trabalhador acaba não tendo nem uma coisa, nem outra, nem o pouco que lhe caberia em salário para aliviar a fome, nem a escola, o médico, a casa própria.

**P: De qualquer modo, diminuindo o salário da massa de trabalhadores, diminui o consumo e a inflação diminui?**

FHC: Não é bem assim. A inflação é um sintoma de problemas econômicos de base e não apenas uma questão de excesso de dinheiro em circulação, ou de aumentos provocados pelos salários. Esse "excesso" vem de algum lugar, e não dos salários, como já ficou mais do que claro em 15 anos de arrocho.

**P: Se não vem dos salários...**

FHC: Só um economista débil mental ou farsante diria que os salários têm culpa pela inflação. Ela se deve, no Brasil, ao sistema financeiro especulador (que inclui a política de endividamento externo) e à escassez de alimentos, em grande parte devida à sua exportação (destinada a pagar os compromissos da dívida...). Também influi o comportamento das grandes empresas monopolistas, que aumentam os preços para manterem ou aumentarem seus lucros.

**P: O que dizer das "políticas sociais" do Governo Geisel?**

FHC: Qualquer observador atento já terá percebido as modificações contínuas que vêm sendo feitas na política salarial e na política previdenciária. O 14º salário, as modificações nos reajustes do salário mínimo, as isenções de pequenas taxas para fins assistenciais, etc., correspondem aparentemente, à tentativa de modificar a participação dos assalariados na renda nacional. A isso se somam alguns projetos espetaculares, como os "centros sociais urbanos", os centros de lazer. Acontece que essas medidas foram e serão meros paliativos, fogos de artifício na noite da pobreza, se não se orientarem para o atendimento das necessidades fundamentais, de alimentação, saúde, vestuário, habitação.

**P: Não é o que ocorre?**

FHC: Absolutamente. As políticas sociais estão ligadas ao modelo de desenvolvimento. Para bom entendedor, meia palavra basta: só com outro milagre, que, em vez de "sanar" as estatísticas econômicas, diminua os desajustes sociais, é que as políticas sociais poderão beneficiar a maioria, em vez de agravarem suas condições de vida. Mesmo supondo-se uma vontade férrea de redistribuir a renda através apenas das políticas salariais, o resultado mais provável, de imediato, será aumentar a inflação e diminuir o crescimento econômico, dentro do modelo atual.

**P: Como assim?**

FHC: É muito simples. Diante da gravidade das disparidades sociais existentes, e *como todos os mecanismos do modelo econômico favoreceu a concentração de renda, as medidas que forem tomadas isoladamente em benefício da maioria só serão duradouras e positivas a médio prazo, se fizerem parte de reformas que modifiquem profundamente o modelo de crescimento e alterem a distribuição da propriedade*, que é a base que sustenta a distribuição de renda.

**P: Por exemplo?**

FHC: Por que não levar a sério o lema que todas as Constituições mantiveram, mesmo as mais reacionárias, de que só o uso social justifica a propriedade? Com isso estaria aberta a porta para frear a concentração crescente da propriedade da terra e a especulação imobiliária, que privam a maioria da população de condições básicas de existência, e agravam ainda mais a sua insuficiência de renda. Por que não reconhecer que é preciso dar um basta ao consumismo – alterando a

base de produção, ou seja, menos carros e mais máquinas, menos brinquedos eletrônicos e mais roupas e sapatos – e subsidiar a alimentação, a casa popular? Seria utopia mudar a estrutura dos impostos, tomando mais o consumo de ostentação e simplesmente cortando o imposto dos produtos de consumo popular? Ou será preciso reconhecer que, nesse regime, só os ricos podem ser subsidiados, via incentivos fiscais, e os pobres é que pagam a conta?

**P: E não seria mesmo utopia?**

**FHC:** Então seria preciso ficar claro. Se o que querem é agravar a desigualdade social, basta continuar criando esses fundos “sociais” que pouco a pouco se transformaram – devido às características concentradoras do modelo – em recursos para beneficiar as grandes empresas de construção, a formação de capital de giro para as empresas – principalmente multinacionais – e subsidiar o consumo das classes altas.

Por que, então, não pensar que, em vez de criar no operário a ilusão de que ele vai ser proprietário de sua casa – para acabar endividado e mais pobre do que antes – subsidiar aluguéis de baixo custo, mantidos pelo setor público? Será que a enorme capacidade empresarial, e a capacidade quase ilimitada que tem o governo de regulamentar, não lhe permite tratar o problema da alimentação popular com mais eficiência e menos cinismo?

**P: Você falou em multinacionais?**

**FHC:** É uma questão que tem sido mal discutida na grande imprensa e no Congresso. A questão das multinacionais não pode se limitar a uma série de queixas, mais do que conhecidas, dos empresários brasileiros contra as manobras dos estrangeiros que os sufocam. Nem perder tempo com a discussão vazia sobre o “papel necessário” do capital estrangeiro. Porque, nesses termos, ou se vai concluir com a velha história da “contribuição indispensável” do capital estrangeiro, ou simplesmente repetir as mágoas dos empresários locais e, neste caso, cabe a dúvida de que eles apenas desejam substituir os estrangeiros – sem mudar o estilo – representando o mesmo papel. E desse jeito, os trabalhadores e consumidores só poderão perguntar: “e que vantagem Maria leva?”

**P: E como você colocaria a discussão?**

**FHC:** É preciso encarar a questão *do ângulo dos interesses nacionais*. Os interesses nacionais, no caso, não se confundem com os interesses da iniciativa privada nacional. Têm a ver com o modelo de desenvolvimento, que vem orientando o crescimento econômico do país, e com a forma de participação e controle que cabe aos assalariados, aos técnicos, aos políticos, aos jornalistas, enfim, aos cidadãos.

**P: É um problema político?**

**FHC:** Mas é claro. A questão das multinacionais tem a ver de forma direta com o problema político geral do país e com a participação popular no processo de criação e controle da riqueza nacional. O que es-

tá por trás da gravidade da situação econômica atual é precisamente o fato de que o crescimento econômico a 10% (como se afirma), só foi possível acumulando distorções. O “modelo” de crescimento, posto em marcha desde a segunda metade dos anos cinquenta, provoca desajustes gritantes, que se reforçam, graças ao papel das multinacionais no estilo de crescimento adotado. Para ser didático e direto: produzir automóveis com a quantidade e variedade de marcas que se produz quer dizer gastar a gasolina do petróleo que ainda não produzimos e provocar, além do mais, uma distribuição de renda altamente injusta. O preço de um automóvel representa quatro vezes mais do que a renda média anual do brasileiro. Portanto, para que um cidadão compre um carro, ele precisará gastar o equivalente do que é ganho por três outros que, nesse caso, precisam ter zero de renda. É um exemplo simplificado, mas ilustra o que quero dizer.

**P: É a questão da dependência externa?**

FHC: Seria ingênuo, sendo o capitalismo brasileiro o que é, e sem que se discutam modelos realmente alternativos, simplesmente propor uma imagem de “capitalismo nacional e autônomo”, quando ele é basicamente dependente do exterior nos seus pontos mais vitais. Mas tem cabimento a discussão pública das opções concretas e exigir que se preste contas de “entregas” passadas e das conseqüências econômicas e *sociais* do tipo de crescimento empreendido, nos dez últimos anos, sob comando das multinacionais.

**P: Mas as empresas estatais também cresceram, talvez tanto quanto as multinacionais?**

FHC: Mas é preciso saber se esse crescimento beneficiou os interesses nacionais (e portanto do povo), ou se as S/A do Estado, acabaram por se comportar mais como S/A do que como empresas públicas, tornando-se sócias das multinacionais. Em um processo de crescimento que provoca e aumenta as desigualdades e as distorções.

**P: O debate é necessário?**

FHC: Foi exatamente porque, no passado recente, a Imprensa, o Parlamento, os Partidos, as universidades – enfim os fóruns da discussão política – estiveram (e ainda persistem) de quarentena, que as decisões mais contrárias ao interesse nacional (p. ex.: os termos da concessão da Fiat ou o desmantelamento da indústria elétrica nacional) foram tomadas nos gabinetes “tecnocráticos”, cercadas de sigilo de uma pseudo-segurança nacional. Ora, é preciso que as próprias Forças Armadas – que em princípio tendem a favorecer modelos mais independentes de decisão do Estado frente às multinacionais – possam informar-se sobre o que ocorre e sobre as alternativas, e que setores significativos, não apenas da “elite”, mas do povo, possam dar apoio a formas ativas de controle das grandes empresas. Para isso é preciso que a informação apareça livremente na imprensa, no Parlamento, nas empresas, nas universidades, etc., que as opiniões possam manifestar-se e

que os grupos possam organizar-se em defesa de idéias e soluções que acreditem mais justas.

**P: De novo a questão da democracia...**

FHC: Em suma, sem democratização efetiva e sem que o medo da arbitrariedade desapareça, conclusões "técnicas" como as da CPI das multinacionais, correm o risco de amontoarem apenas denúncias que, no melhor dos casos vão para a gaveta de alguma máquina burocrática (talvez mesmo no SNI) ou, numa hipótese mais pessimista, aumentam o fichário, em geral já enorme, dos que, como eu, somos suspeitos eternos de "subversão", porque não nos conformamos com a espoliação econômica, com a exploração social e com a negação sistemática dos direitos humanos.

**P: Não basta denunciar?**

FHC: É ingênuo pensar que, da noite para o dia, apenas com as denúncias de sub ou superfaturamento, de registros indevidos de marcas e patentes, da venda de tecnologia por preços astronômicos etc., será possível controlar a ação das multinacionais. E não seria realista considerá-las como os próprios demônios que tudo sabem, a tudo se antecipam e, com mil maquinações, conspiram dia e noite contra a economia nacional (embora também possam agir assim). Elas obedecem à lógica da *grande empresa*, que tende a controlar o mercado e a substituir os gastos particulares dos grupos e indivíduos, pela uniformidade de seus interesses de empresa. Podem até ser "melhores patrões" do que as indústrias nacionais de porte médio e ter mais eficiência que outras burocracias.

**P: É o que ocorre no mundo inteiro?**

FHC: Tanto no capitalismo avançado, quanto no Socialismo, a grande unidade de produção possui vantagens técnicas que as tornam estratégicas no crescimento da economia. Por isso mesmo, entretanto, as decisões das grandes empresas – mesmo quando se trata de empresas privadas – devem ser consideradas como *de interesse público* e devem estar sujeitas, portanto, ao controle público.

**P: Ao controle do Estado?**

FHC: Não somente. O controle público só pode existir quando existe fluxo de informações, debate e capacidade de regulamentação que, apoiada na força e na diversidade dos grupos sociais (incluindo especialmente os consumidores e os trabalhadores assalariados, com suas organizações sindicais e políticas), torne legítimas as decisões do Estado. Se não for assim, *o progresso social será pequeno quando se substitui o "livre arbítrio" das multinacionais pelo puro arbítrio do Estado.*

**P: Em tudo isso, o que mudou? Quais as perspectivas atuais do modelo econômico?**

FHC: Basicamente não mudou. De 70 para 76, aumentou a concentração de renda. Quer dizer, não foi só até 70, de 60 a 70, como diziam. Não, de 1970 para 1976 também houve.

**P: É o modelo Delfim...**

FHC: O modelo Delfim. Mas continua, porque está inscrito na estrutura da nossa economia, garantido pela repressão social e política. Continua a concentração de rendas... Nós tomamos consciência de que os trabalhadores tinham sido explorados de uma maneira muito violenta. Ainda não se falou suficientemente de que não foram só os trabalhadores. A classe média também. O salário do funcionário público. Quer dizer, à reposição salarial, pela qual os operários gritaram, os funcionários também têm direito. Não é verdade? As camadas assalariadas no Brasil vêm sendo, digamos, superexploradas em comparação com as outras classes. Veja, 60% mais ou menos dos assalariados no Brasil recebem até 2 salários mínimos. Então, se quisermos falar seriamente de melhorar a situação do Brasil, é melhorar a situação dessa gente que recebe até 2 salários mínimos. O ABC, como nós falamos, simbolicamente, nessa questão, aponta para essa gente, embora o ABC que entrou em greve não esteja aí. Está acima dos 6 salários mínimos. Mas pelo menos aponta, já, para um problema mais para baixo. Ora, como você vai resolver isso? Tem que aumentar, elevar o piso dessa sociedade. O sólo dela está muito lá em baixo. Acho que nós deveríamos até pensar em dobrar o salário mínimo. Não tem nada de tão extraordinário assim, desde que faça parte de um conjunto de medidas que alterem a política econômica.

**P: Para a grande maioria, o mínimo é o máximo...**

FHC: E acho que deve dobrar. Agora, dobrar o salário mínimo vai ter um efeito inflacionário. Vai, mas depende, insisto, de como você articule o resto das políticas. Repito: outra coisa que também tem que ser vista com muita profundidade e seriedade é a questão dos juros. Todo mundo paga juros. E o sistema, o milagre, foi montado para beneficiar realmente só as grandes empresas e uma camada de especuladores. O que há de especulação aqui hoje é um negócio brutal. Letras do Tesouro. Obrigações Reajustáveis, "over night", todo esse negócio é uma máquina infernal de sugar o dinheiro da maioria para dar para os prestamistas do Estado. Que é um pequeno grupo nacional e um imenso grupo internacional, cuja ação predatória se reflete na dívida pública, na dívida externa. É o mercado do dinheiro com taxas de juros das mais elevadas, do mundo. Ora, se nós formos apontar para a raiz das questões nós temos que começar por aí. Tem que haver realmente alternativas que vão muito mais adiante do horizonte em que os temas estão sendo debatidos. Quer dizer, não há voltas a dar. Por isso que digo, vamos fazer uma transformação que não será igual a 74.

**P: Quais as diferenças...**

FHC: Outro dia alguém me pedia para comparar 74 com 78, do ponto de vista de eleições. Em 74, eu escrevi o programa do MDB, programa da campanha. Tínhamos uma discussão que era o seguinte: minha tese, que foi aceita facilmente, era: nós estamos falando de liberdade, de AI-5. Perfeito. Nós temos de falar também de salários, de INPS, de

saúde, de BNH, dessas coisas: Bom, a intersecção entre salários, questões sociais e questão política, era esse o tema. Hoje, esse tema permanece. Todo mundo está se ralando por isso aí. Só que hoje não é só para os assalariados das classes populares. Também a classe média começa a sentir o mesmo, e até os produtores. E além disso há outros problemas. Pegue-se os 10 grandes projetos dos governos chamados revolucionários, vamos ver o que eles fizeram: a Ferrovia do Aço, a Transamazônica, o Pólo Petroquímico de Camaçari, o carvão lá no sul, o atraso nas hidrelétricas, o atraso do programa atômico, que nós apoiamos sem saber o quê, que não foi debatido. Vamos ver então, além das coisas de cada exploração de classe, no conjunto, todos fomos lesados por incompetência, em parte, por mordomias e corrupção, por outro lado. Junto com todos esses atrasos vêm mordomia e corrupção; eu acho que isso também tem que ser dito, quer dizer, uma posição progressista não deve fechar os olhos para a roubalheira. Acho que nós devemos ser absolutamente contrários a essa roubalheira porque ela é parte integrante do sistema. Essa coisa do capitalismo especulativo, da negociata, isso é parte do sistema. Então, entre os temas pra discutir estamos dando de bandeja isso aí.

**P: A edição recente duma das revistas paulistas mostra que os bancos continuam sendo os que mais lucram no País, e os que mais crescem. FHC: Os que mais crescem e com mais velocidade. E os bancos estrangeiros também. Eu li nos dados a respeito do First National City Bank, que ele teve um lucro, aqui no Brasil, que foi, assim, absolutamente inédito no conjunto das operações dele no mundo. Foi altíssimo o lucro que teve aqui. E o Itaú, Banco Nacional, chegou a apresentar lucro de 100% no último balanço!**

**P: Os bancos estatais deveriam mudar de papel, deixar de apresentar balanços com lucros astronômicos e exercer uma competição com outros bancos?**

**FHC:** Veja: não só os bancos estatais. O setor público no Brasil está sendo adulterado no seu sentido. Eu sempre fui partidário disso, fui até processado por isso, defesa do petróleo, da Petrobrás, etc. E continuo achando que é importante ter um setor público, mas tem que ser público. E o setor público nosso está cada vez mais privado. Quer dizer, ele faz uma política igual à política das empresas privadas e às vezes em benefício delas. Vou dar um exemplo simples: o quilo de aço, em certos momentos, é mais barato que o quilo de pão. Agora, quem consome o aço é a Volkswagen, a Ford e depois quem consome, é a classe média e a alta. Então, o que adianta ter uma empresa estatal, que está subsidiando o setor privado? Não é pra isso que a empresa está aí feita. Ou, inversamente, em outras áreas, está tendo superlucro, igual ao do setor privado, como é o caso dos bancos. Nós temos a aparência de um setor público muito grande, nós temos empresas que funcionam com o mesmo afã de lucro e orientação da grande empresa pri-

vada, controlada pela burocracia sem que o público ao menos se beneficie com as políticas que eles põem em prática, nem opine.

**P: Como você coloca o recente episódio do BNDE, nesse aspecto? Me refiro ao caso Lutfalla...**

**FHC:** Há uma coisa chamada IOF - Imposto de Operações Financeiras. O que se faz com o IOF? Todos nós pagamos IOF, todos os que devem, todos os que compram a prazo, pagam o IOF. E o que se faz com o IOF? Se tapa o buraco da má administração privada. Pegam o dinheiro, que é nosso, e transferem do Estado para uma empresa, sob o pretexto de defender essa empresa privada. Nos Estados Unidos, as empresas vão à falência, não tem IOF prá salvá-las. Aqui nós temos o melhor dos mundos. As empresas criticam o Estado, querem a livre Empresa, mas sempre quando estão em dificuldades não são livres nada, pegam o dinheiro do Estado. É livre para ganhar, mas sempre socializando as perdas. Nós é que pagamos. E o Estado pega depois uma empresa falida. Aí, injeta dinheiro, injeta dinheiro, que vem de onde? Vem do nosso lombo.

**P: Sua plataforma e a do MDB incluem esse tema?**

**FHC:** Sem dúvida. Acho esse um tema muito importante. Acho que a discussão da empresa estatal versus privada está falseando o problema. Acho que a gente só pode defender a empresa estatal quando ela é realmente pública, quando ela tem interesse público. E o setor privado, quando a crítica, a crítica oportunisticamente, porque é o primeiro a pedir, depois, apoio ao setor público para se salvar dos buracos em que ele mesmo se meteu, às vezes nas más administrações, negociatas, etc. Tem um caso escandaloso que está na imprensa, que é o do Banco Econômico. O que aconteceu? Um cheque de 200 milhões de cruzeiros, quem pagou foi o Banco Central. E depois o banco privado vai pagar, mas sem juro, sem correção monetária, quer dizer, doação.

**P: E quem é lesado aí?**

**FHC:** O povo, obviamente.

**P: Mas tudo isso não impede o desenvolvimento? O Brasil "potência emergente" existe?**

**FHC:** Outro dia o Professor Antonio Cândido deu uma entrevista à revista "ISTO É"... Ele disse uma coisa mais ou menos cruel, mas certa. Nós não temos um bolo para repartir; nós temos uma empadinha prá distribuir. É preciso ter noção das proporções. Nós temos que pensar nos problemas do nosso povo e não querer projetar artificialmente uma imagem cor-de-rosa lá fora. Nós só vamos ser uma Potência quando acabarmos com o analfabetismo, as doenças endêmicas, a pobreza absoluta...

**P: Como o senhor gostaria de ver a sociedade brasileira?**

**FHC:** A sociedade é dinâmica. A sociedade brasileira tem um imenso poder de mobilidade social. E tudo se dá num contexto de um país que tem uma fronteira agrícola enorme e aberta. Isso é raro no mundo. Além disso, é uma Nação de cento e dez milhões de pessoas que sub-

sistem com o que se planta internamente. O Brasil importa poucos alimentos: trigo, e ocasionalmente outras coisas. O que também é raro no mundo. Portanto, nós temos certa base objetiva para sermos uma sociedade decente, na qual cada um possa viver condignamente. O importante é que se construa uma sociedade onde todos se sintam capazes de um mínimo de realização pessoal e de consciente responsabilidade coletiva.

## CAPÍTULO VIII

### EM CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

*Um novo estilo de campanha. O apoio da liderança sindical. As reivindicações populares: salário e autonomia.*

**Pergunta: Como é a vida de um intelectual candidato a Senador?**

Fernando Henrique Cardoso: Vocês querem um exemplo? Eu fui anteontem para Santos. Em Cubatão, havia um grupo de amigos me esperando, na Câmara de Vereadores. Fizemos uma visita rápida. E aí, junto com o presidente do diretório, juntamos o pessoal. Conversa e tal. Saímos de lá e fomos para a Vila Parisi. Aí também fomos recebidos por amigos. Juntamos gente. Foi um pequeno comício. Sai dali e visitamos mais três vilas desse tipo. Dali fomos para Santos, num clube onde havia vários deputados, candidatos a deputado, umas cem pessoas, as lideranças locais etc... Fiz uma exposição. A situação brasileira e tal, o que fazer, o que não fazer, o que dizer. Termina isso aí e vem o debate. Geralmente é a hora que o pessoal fica mais entusiasmado. Aliás o debate termina sempre no momento em que o pessoal está mais entusiasmado.

Vamos para um restaurante jantar com as lideranças locais. Isso já pela meia-noite. Conversas longas. Aí, você sai lá pela uma ou duas da manhã. Fui dormir. Levantei às 5 horas, peguei um carro e fui para a estação pegar o trem. O "pirulitão", como eles chamam, o trem que leva os operários da Cosipa. Aí estava o pessoal do sindicato esperando. Entramos no trem. Fomos falando com os operários, apresentados pelo líder sindical. A receptividade tem sido fantástica. Então fica muito mais fácil, mais aberto do que se você for falar para estudantes. O pessoal pega a propaganda, pega o folheto, lê, dobra e guarda no bolso. Ninguém joga fora. A não ser que façam depois. Mas o respeito é muito grande. Conversamos seriamente. Quando chegamos, na saída do trem, abraços, o presidente do sindicato conhece alguns operários, muitos, naturalmente, juntam os grupinhos, ele vai falando, o candidato ao Senado e tal. Depois seguimos para São Paulo. Passei pelo comitê em São Paulo e segui para Guarulhos. Dei entrevista à imprensa, depois visitei o Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, acompanhado pelo deputado Brandão, que é o deputado federal da região, e dois candidatos locais. Do sindicato fomos até a prefeitura. O prefeito

é do MDB. Não estava Visitamos a prefeitura, falamos com todos os chefes de seção e tal. Fotografias com todo mundo. Saí dali e fui para o depósito da prefeitura. Fizemos um pequeno comício para os operários. Umhas 150 pessoas. Distribuição de material. Fala um deputado. Fala o outro. Termina isso e eu venho para São Paulo. Tinha outro compromisso aqui. À noite, voltei a Guarulhos. Fiz uma conferência para a liderança local na Câmara. É isso.

**P: Com esse contato íntimo com os eleitores, qual é o seu prognóstico? Como é que estão as coisas?**

**FHC:** Antes do prognóstico, eu gostaria de fazer um pouco de história. Eu, quando entrei nisso (vocês sabem tão bem quanto eu), foi aquela parada da convenção. Como é que alguém que só tinha um contato superficial com a máquina partidária podia enfrentar uma convenção. Eu tinha ligações antigas com o Ulysses Guimarães, tinha ajudado o Quércia na programação da campanha em 74 – aquele negócio de dizer certas coisas, sugerir coisas para ele dizer e tal, mas com a estrutura do partido tinha pouco contato. Na convenção, eu não tinha falado com nenhum diretório do MDB no interior, à exceção de Bauru. Em Bauru, eu tinha feito uma conferência. E ganhei o diretório.

Quer dizer, o pessoal estava muito favorável. O próprio Ulysses estava muito interessado numa candidatura alternativa. Não para passar a perna no Montoro. Ele nunca teve esse tipo de interesse. O que ele tinha era um interesse genuíno de fazer com que houvesse mais vida dentro do partido, e em setores que estavam fora do partido. Havia o interesse do Quércia em não fechar as portas do partido pelas razões dele. Bem. Na convenção eu tive 300 votos, o Montoro teve 700. Esses 300 votos, de onde vieram? Foram votos de deputados que apoiavam a candidatura, e que têm força dentro do partido. Não são muitos que têm força. Mas um fenômeno que eu notei desde Bauru é que os quadros jovens tinham tendência para aderir. Um terço desses 300 votos é de gente que leu um livro meu, que viu uma declaração e que achou que valia a pena apoiar. Mas eu não tinha nenhum compromisso no partido. Isso de um lado é bom, mas de outro é muito ruim. Eu estava pairando. Tinha que aterrizar. Não se pode fazer política voando.

Minha aterrissagem foi feita em etapas. Primeiro, tinha que me empenhar para ver se conseguia apoio da liderança sindical. Afinal, não se pode fazer nenhuma modificação nesse país, ou renovar coisa alguma, sem estar entrosado com o que há de expressivo no momento, uma coisa que polarize. Foi o Lula que começou a mexer a coisa. Ele mandou um recado para mim dizendo que gostaria que eu fosse ao sindicato. Eu fui, e ele disse que estava disposto a apoiar a minha candidatura, uma candidatura que não tivesse ligação com o passado, com o regime, que na sua essência não tivesse ligação com a máquina do MDB. Mas não foi só o Lula. No movimento sindical, há muitos

Lulas por aí que as pessoas não conhecem. Eu fui pulando de sindicato em sindicato. Santo André, Osasco, petróleo de Campinas, petróleo de Cubatão. Fomos tendo conversas, e isso resultou no apoio de toda essa gente, todos esses sindicatos mais combativos de São Paulo.

Nós firmamos uma carta-base de reivindicações, feita em comum com o pessoal e com o meu suplente, o dr. Maurício Soares de Almeida, advogado do sindicato de São Bernardo e Santo André. Havia também a Igreja. Não se pode discutir com eles em termos eleitorais, ou partidários, mas todo mundo sabe que Dom Paulo mesmo deu uma declaração, no jornal, da campanha, que é suficientemente clara para que exista um clima muito favorável. Outro setor é a Universidade. Em São Paulo, são quase 600 mil universitários, e esse setor, por enquanto, tende a votar em mim. Se fosse um grupo homogêneo, seria o maior partido de São Paulo, longe. Mas você transformar uma tendência em votar numa disposição de trabalhar não é fácil. Não é fácil você transformar, também, apoio social em voto. Então, se na primeira fase eu me dediquei basicamente a conquista de apoios, na seguinte me dediquei à conquista do MDB, que é o canal político, o suporte eleitoral. Então, agora nós estamos transformando apoio social em voto. Estamos trabalhando com os diretórios mais combativos do MDB, estamos instalando comitês em toda parte, comitês modestos, é verdade. Uma salinha e pronto.

**P: E a Lei Falcão?**

FHC: O problema da Lei Falcão é que ela é conservadora. Ela não é arenista nem emedebista. Mas ela tende a manter quem esteja em cima, seja Arena, seja MDB. Mas o que eu acho importante é que, três meses atrás, se você fizesse uma sondagem a meu respeito, eu não existia. A candidatura não existia. Hoje, não se pode dizer a mesma coisa. Hoje, você existe, tem relacionamentos, o pessoal procura você, tem o diretório que você pode trabalhar, tem o deputado e tal. Assim, respondendo àquela pergunta sobre o prognóstico, eu acho que há espaço para uma programação política e para uma campanha do tipo não-rotineiro. E esse espaço é crescente. Minha função, então, é ampliar esse espaço, porque isso é que pode, no futuro, consolidar qualquer coisa. Essa qualquer coisa vai depender muito da votação obtida. Quanto maior a votação, mais peso você vai ter no posicionamento político daqui de São Paulo, uma política, aliás, que parece estar sem liderança. Vocês vêem, nós estamos em campanha para o Senado, mas só eu faço campanha. Porque o Montoro joga com a inércia, com o capital acumulado antes, e o Lembo arranha a campanha, mas não entra nela.

**P: Diga uma coisa que essa gente vê em você, além, naturalmente, da possibilidade de uma renovação?**

FHC: Eu acho que eles vêem algo na direção do socialismo. Ou melhor: algo em direção de uma sociedade mais justa porque, se você for

espremer essa tendência socialista, você não consegue identificar a coisa, não consegue especificar. Mas uma sociedade mais justa, mais igualitária, isso é fácil de você perceber que é uma aspiração das pessoas. Eu acho que, aqui em São Paulo, hoje, você tem três grandes demandas: liberdade, salário e autonomia. Tudo está girando em torno disso, de liberdade, salário e autonomia. A questão do salário não é nova. Todo mundo sempre quis mais. Liberdade também é uma demanda antiga. O que eu acho interessante é a demanda de autonomia. O pessoal, hoje, quer realmente se organizar para lutar pelos seus próprios ideais. Eles não querem que você chegue lá e formule um grande ideal para eles. Não creio que eles esperem de mim a formulação de uma doutrina ou de um ideal que galvanize. Não é isso.

**P: Quer dizer que pregar vagamente democracia não basta?**

**FHC:** É pouco. Muito pouco. Basicamente, o que querem os trabalhadores é salário e autonomia para reivindicar. Liberdade para eles é isso: autonomia para reivindicar. Ainda na questão da autonomia, você vai encontrar neste Estado um movimento negro importante, importante simbolicamente, como representativo de uma tendência. Eu conheço pouco o movimento, mas sei que há cinco ou seis candidatos negros no MDB, alguns se manifestando como negros. Então, você verifica que essa busca da autonomia passa por uma coisa que é a busca da identidade. Quando o Lula disse que não queria saber de estudante, nem de padre, nem de intelectual, muita gente reagiu negativamente. Eu, não. Porque eu acho que isso é uma maneira de formular um processo de auto-identificação. O Lula estava dizendo: "Eu sou trabalhador". O estudante diz a mesma coisa: "Eu quero a UNE, a UEE, eu não quero ser manipulado". Os negros estão dizendo a mesma coisa. As mulheres também. Isso tudo caracteriza um momento de busca de identidade. E está ligado à autonomia. Agora o passo seguinte - e aí é que entra a função do político - é juntar essas várias buscas de identidade e encaminhar num certo processo.

**P: E como é que se consegue isso, concretamente?**

**FHC:** Eu acho que nós vamos ter que quebrar o regime. Mudar o regime. Para isso, porém, nós devíamos ter um período de experimentação social, experimentação coletiva da liberdade. Você não pode, por exemplo, definir já se serão três, quatro ou cinco partidos. Você tem que ter esse período de experimentação social para poder justamente acertar a diversidade. Quer dizer: agora nós estamos na fase de reconhecimento da diversidade. Cada grupo está se reconhecendo. Ninguém sabe qual vai ser o passo seguinte. Eu acho que o passo seguinte deveria ser o da liberdade para você experimentar, para testar e ver o que é que une as coisas. Para isso, você precisa ser radicalmente democrático. Eu acho que é isso que eu emito como sinal, mesmo independentemente das minhas palavras, do conteúdo delas. Minha atitude é radicalmente democrática, e por radicalmente democrática se dirá autonomia para reivindicar melhores condições de vida, indo até mexer nas estruturas.

**Impressão e Acabamento**

**Círculo do Livro S.A.  
Av. Ermano Marchetti, 283 - Lapa  
Caixa Postal 7413  
Fones: 62-4034 - 62-1181  
São Paulo - Brasil  
Filmes fornecidos pelo editor**

## DEMOCRACIA PARA MUDAR

Uma conversa franca, numa linguagem clara, com posições nítidas. Neste livro de entrevistas, Fernando Henrique Cardoso fala de nossa luta do dia a dia, fazendo a ligação entre o que nos interessa mais de perto e os grandes problemas de nossa sociedade. A questão da democracia, as perspectivas políticas do povo brasileiro, a participação dos trabalhadores e dos intelectuais, são discutidos com a clareza do professor, a simplicidade do cidadão engajado nas lutas sociais, a firmeza de posições do político. DEMOCRACIA PARA MUDAR não é um modelo *para* os brasileiros. Não é só uma lição de política ou de economia. É um instrumento de debate para todos os que lutam no sentido de *mudar para a democracia*. Para mudar a sociedade.

